

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Empreendedorismo social e capitalização da vida: narrativas
sobre a gestão da criminalidade e fagulhas de resistência

Paula de Melo Ribeiro

Niterói
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Empreendedorismo social e capitalização da vida: narrativas
sobre a gestão da criminalidade e fagulhas de resistência

Paula de Melo Ribeiro

Tese apresentada do Programa de Pós-graduação em
Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do título de Doutora em
Psicologia Área de concentração: Estudos da
Subjetividade.

Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão
Social

Orientadora: Cecília Maria Coimbra Bouças

Niterói
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R484 Ribeiro, Paula de Melo.

Empreendedorismo social e capitalização da vida : narrativas sobre a gestão da criminalidade e fagulhas de resistência / Paula de Melo Ribeiro ; orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra. – 2017.

191 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia, 2017.

Bibliografia: f. 181-191.

1. Empreendedorismo social. 2. Capitalismo. 3. Tráfico de drogas. 4. Droga ilícita. 5. Negro. 6. Pobreza. I. Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título.

Bibliotecária: Mahira de Souza Prado CRB-7/6146

Rebento

Rebento, substantivo abstrato
O ato, a criação e o seu momento
Como uma estrela nova e seu barato
que só Deus sabe lá no firmamento
Rebento, tudo que nasce é Rebento
Tudo que brota, tudo que vinga, tudo que medra
Rebento raro, como flor na pedra
Rebento farto, como trigo ao vento
Outras vezes rebento simplesmente
No presente do indicativo
Como a corrente de uma cão furioso
Com as mãos de um lavrador ativo
Às vezes só porque fico nervosa
Eu Rebento
ou necessariamente só por que estou viva
Rebento
A reação imediata
A cada sensação de abatimento
Eu Rebento
O coração dizendo bata
A cada bofetão do sofrimento
Eu Rebento
Como um trovão dentro da mata
E a imensidão do som desse momento

Compositor: Gilberto Gil

Ao meu rebento: Heitor.

In memoriam, ao meu pai, Luis, que me ensinou a amar as palavras, a observar as “insignificâncias” do mundo. Você está presente no meu texto e para sempre no meu coração.

AGRADECIMENTOS

A minha família. A minha mãe Penha e as minhas antepassadas, que através de suas lutas diária me permitiram traçar um caminho diverso do delas.

Ao Carlos, meu companheiro, que a cada dia afirma junto a mim a experimentação do amor enquanto potência de vida. Obrigada por ouvir as ideias contidas nessa tese incansavelmente. Por ler atentamente este escrito e por se desdobrar para permitir que eu fizesse esse trabalho.

Ao meu filho Heitor, por provocar em mim o desejo de ser uma pessoa melhor a cada dia.

À Cecília, querida orientadora, que com delicadeza e carinho acompanhou essa trajetória de pesquisa. Obrigada por me ajudar a encontrar os vaga-lumes e por apoiar minhas reinvenções na vida e na escrita.

À Heliana Conde por despertar em mim a vontade de estudar. Pelas contribuições ao longo do texto, pela parceria e cuidado.

À Joana Feraz, Adriana Rosa, Abrahão Santos e Rafael Dias pelo carinho na acolhida do texto.

À Katia Aguiar e Vera Malagutti pelas valiosas contribuições e questionamentos que guiaram a feitura dessa tese.

Ao cecilândia, nosso grupo de orientação, que com carinho me acalentou nos momentos de dificuldade maior e em muito me ajudou na construção desse texto. Muito obrigada: Alessandra, Julia, Thiago, Ilana, Tátia, Zé, Catarina...

À querida Áurea companheira de inquietações. Gratidão pela leitura cuidadosa, pelas correções e pelas preciosas dicas. Obrigada por lutar por nós, você é exemplo de militância e doçura.

Às Vanessas, Andrade e Diniz, obrigada pela paciência em, muitas vezes, nos explicar o óbvio. A fala de vocês ainda pulsa aqui dentro de mim. Vou levar para a vida toda. Gratidão pelos deslocamentos e provocações.

À Aline e Cacau, pela amizade e cuidado. Por terem me apoiado na entrada no doutorado e em tantos outros momentos. Por acreditarem em mim. Lili, obrigada pela leitura cuidadosa.

Àqueles que com suas histórias de vida me convidam a entrar na luta.

RESUMO

Esta tese tem por intuito apreender os elos que atrelam criminalização da pobreza e o empreendedorismo social. A base desta pesquisa é a narrativa de experiências que se deram no trabalho em instituições que, pretensamente, lidam com a “prevenção” ou “recuperação” de pessoas pobres envolvidas com o tráfico de drogas ilícitas. Tomando como fio condutor a “questão das drogas” na atualidade, esse trabalho se desdobra em alguns eixos de análise: a dinâmica entre o empreendedorismo social e a objetificação de jovens pobres e negros; o uso do discurso do capital humano, principalmente por ONGs, no manejo com pessoas potencialmente atingidas pelo dito tráfico de drogas; a produção da ideia de segurança como condição da cidadania; a gerência da ilegalidade e o encarceramento seletivo, bem como, a criação de práticas de resistência frente ao empreendedorismo de si e a tentativa de pacificação de condutas.

Palavras-chave: empreendedorismo de si; guerra às drogas; capitalização da vida.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the links that connects criminalization of poverty and social entrepreneurship. The basis of this research is the narrative of experiences occurred in working in institutions that, allegedly, deal with the "prevention" or "recovery" of poor people involved in illicit drug trafficking. Considering the current "drug problem" as a guideline, this work develops some axes of analysis: the dynamics between social entrepreneurship and the objectification of poor and black youth; the use of human capital discourse, mainly by NGOs, in the management with people potentially affected by the "drug trafficking"; the production of security's idea as condition of citizenship; the administration of illegality and selective incarceration, as well as the creation of resistance practices against self-entrepreneurship and the attempt to pacify conduct.

Keywords: self-entrepreneurship; war on drugs; capitalization of life.

RESUMÉ

Cette thèse vise à comprendre les liaisons qui attachent la criminalisation de la pauvreté et l'entrepreneuriat social. La base de cette recherche est le narrative d'expériences qui se sont arrivées dans le travail dans des institutions qui traitent, prétendument, de la «prévention» ou du «rétablissement» des personnes pauvres impliquées dans le trafic de drogues illicites. Considérant comme principe directeur l'actuel "problème de la drogue", ce travail déplie certains axes d'analyse: la dynamique entre l'entrepreneuriat social et l'objectivation de la jeunesse pauvre et noire; l'utilisation du discours sur le capital humain, principalement par des ONGs, dans la gestion des personnes potentiellement touchées par le trafic de drogue; la production de l'idée de sécurité comme condition de la citoyenneté; la gestion de l'illégalité et de l'incarcération sélective, ainsi que la création de pratiques de résistance contre l'entrepreneuriat de soi et la tentative de pacification.

Mots-Clés: entrepreneuriat de soi; guerre aux drogues; capitalisation de la vie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Caminhos percorridos	15
CAPÍTULO I: CAPÍTULO I: OBJETO FUGIDIO, EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA	
1.1. Parir-se	18
1.2 – Daquilo do empreendedorismo que nos habita	22
1.3 – De onde falamos: escrever, narrar, experienciar	26
1.4. Tecer e olhar, em busca de uma metodologia transversal	30
1.5 – Pistas para uma metodologia transversal: perspectivismo ameríndio e o conhecer xamânico	36
CAPÍTULO II: PERTENCER A ALGO MAIOR QUE SI: TERRITÓRIOS QUE VIVEM ATRAVES DO CORPO	43
2.1. O corpo compassado pelo tempo da produtividade: gestar vida e gerenciar carreira	46
2.2 A servidão maquínica e a resistência do homem lento	53
2.3 Território como abrigo ou recurso.....	57
CAPÍTULO III: EMPREENDEDORISMO SOCIAL E OBJETIFICAÇÃO DA VIDA	63
3.1 Repressão e empreendedorismo: duas faces de uma mesma moeda?	68
3.2. Vulnerabilidade e risco na governamentalidade neoliberal	70
3.3. Os “cidadãos de bem” e a transformação do criminoso em cifras	76
3.4. Uma dobra: resistir, às vezes, “é se fazer de bobo para sobreviver”	81
3.5. O papel da “raça” na objetificação do negro.....	84

CAPITULO IV: GESTÃO EMPRESARIAL DA CIDADE E POLÍTICA DE MORTE: O CAPITALISMO NOS PAISES PERIFÉRICOS -----	89
4.1. Políticas “públicas” de segurança e gestão empresarial da vida-----	91
4.2 Cidadãos seguros e empreendedores-----	98
4.3 O capitalismo ao sul: Necropolítica e capitalismo gore-----	104
4.4 Diante da mortificação, o que é resta resistir-----	110
CAPÍTULO V: A POLÍTICA PENAL COMO REGULADORA DO MERCADO DO CRIME -----	116
5.1 A produção da guerra às drogas como mecanismo de controle -----	120
5.2 A Justiça Penal e a produção de subjetividades criminalizáveis-----	124
5.3 O encarceramento seletivo e a gestão das ilegalidades-----	132
5.4 A prisão para além dos muros -----	134
CAPÍTULO VI: DOS LAMPEJOS DE RESISTÊNCIA: estética da existência e a liberdade como prática -----	139
6.1 Nas marginais seguimos: o empreendedorismo em forma de resiliência no sistema prisional -----	147
6.2 Por linhas pontilhadas seguimos: resistir nas fissuras e irromper no novo -----	159
6.3 O amor político como ato revolucionário -----	166
6.4 A vida como obra de arte: cuidado de si e resistência-----	173
PONTUAÇÕES FINAIS: TRAVESSIA -----	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	181

O que cabe em quatro anos de pesquisa? Múltiplas ressonâncias: morte, vida, inquietações, fagulhas de resistência...? Diante da vida sempre em movimento, transmutando em infinitas nuance e cores, a dificuldade de colocar na folha estática, em preto em branco, aquilo que não cessa em sua incompletude, se faz presente. Neste sentido, esta tese é um recorte inacabado, são apenas traços, fragmentos, que denotam um trajeto que pretende ganhar algum contorno. Foi em meio à fluidez da vida que o processo de feitura desse trabalho se mostrou desterritorializante. Como uma vagante, em diversos momentos, me percebi buscando situar essa pesquisa em territórios muito diferentes e, desse modo, o mais difícil se impôs: construir um lugar habitável na desterritorialização. Esse lugar com o tempo ficou explícito a mim ser o pertencimento a algo maior que eu, que uma identidade: a produção de um lugar estava intrinsecamente ligada a construção um “pertencer” enquanto coletividade.

Nesse percurso nômade, meu tema de pesquisa permaneceu o mesmo, contudo, meu lugar de fala se deslocou. Em minhas inquietações iniciais falava do lugar da psicóloga que se deparou com um campo de experiência de trabalho. Entretanto, num determinado ponto desse processo, uma situação se fez presente e urgente: a gestação de Heitor e o processo de pari-lo, que trouxe como correlato o parir-me própria escritora. Esse acontecimento redesenhou a escrita, ampliou a memória de uma coletividade em mim, e fez a pesquisadora se encontrar com um novo regime de sensibilidade despertado pelo desencontro dela consigo mesma. O encontro com outro ser que estava em meu ventre me fez percorrer minha história numa outra perspectiva, criando novas

memórias, no novo corpo que brotava dessa relação. E assim, da mesma forma que esse desterro se atualizava em meu corpo, ele também exigia sua presença na escrita.

Longe da retórica intransigente de suposta neutralidade e objetividade, assumimos que é preciso deixar evidente de que lugar falamos. Os acontecimentos de nosso tempo exigem que as descrições desmoronem e que nossos lugares sejam reafirmados diante da academia. Diante da asfixia de uma sociedade que tem clamado por fascismos, é preciso que nossa biografia seja usada, não como intimidade exposta, mas como arma contra o óbvio. Nossos lugares de fala são múltiplos, não estamos diante de um texto escrito apenas por uma psicóloga que trabalha com moradores de favela, ele é escrito pelas mãos de uma mulher que viveu toda sua infância e adolescência em uma favela; que se liga às várias gerações de mulheres que tinham como única opção o trabalho como doméstica. Essa tese, portanto, não tem um objeto definido, pois este se confunde com o próprio pesquisador.

Fui levada ao doutorado por uma inquietação: queria pesquisar o atrelamento do discurso do empreendedorismo às práticas ditas de prevenção ou recuperação de jovens pobres envolvidos no tráfico de drogas ilícitas. Meu interesse por esse tema surgiu a partir de algumas experiências de trabalho em que atuei como psicóloga: há mais de sete anos, trabalho em um posto de saúde, em Niterói, em algumas ocasiões realizei trabalhos na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP)¹; e assim que me formei, tive uma experiência, de mais de dois anos, com Organizações Não Governamentais, que lidam com a problemática da chamada garantia de direitos. Esses diferentes espaços de trabalho partilham tramas comuns. Primeiro, o público atendido é composto por pessoas, mormente, com pouco poder aquisitivo, residentes em periferias e/ou favelas. Segundo, tanto no serviço público, quanto nas unidades prisionais ou nas ONGs sediadas em favelas, a população atendida, recorrentemente, tem questões relacionadas à problemática da criminalização do comércio no varejo de drogas ilícitas.

¹ Nossa experiência nessa instituição se deu por meio de Estágio profissional oferecido pela especialização em Psicologia Jurídica da UERJ. Posteriormente nosso contato com algumas unidades da SEAP se fez através da condução de palestras e oficinas com grupo de presidiários.

Por meio deste campo de trabalho e da vivência cotidiana nesses espaços – que, de fato, não nos era em absoluto estranha –, foi possível observar/experimentar² várias facetas da violência que se sucediam em relação àquela população: sobre o pretexto de “guerra ao tráfico” e defesa da sociedade, a violência de Estado se faz presente diariamente; além disso, há a violência empregada pelos ditos traficantes a membros de grupos rivais e a população favelada. Não menos angustiante, todavia, foi o desconforto em lidar com as posições, a princípio paradoxais, daqueles que supostamente almejavam “resgatar” os jovens, de áreas pobres, do suposto mundo crime. Isso porque, certos trabalhadores desse campo, ao mesmo tempo em que apresentavam um discurso ressonante com alguns pressupostos dos ditos direitos humanos, se serviam disso para angariar lucros para suas instituições através da mercantilização da imagem do “traficante de drogas regenerado” e da administração das questões sociais daquele território.

Essa inquietação, com nosso campo de trabalho, fica explícita quando em determinada situação, mais especificamente, na inauguração de uma grande sede de ONG, dentro de uma favela, um empreendedor social, em discurso para autoridades do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que aquela comunidade não necessitava de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) porque ali já havia se instalado a sua empresa social. Essa fala, a princípio elogiosa, reverberou por muito tempo em nós. Afinal, quais eram os atravessamentos da prática psicológica e do empreendedorismo social que suprimiam a repressão de uma UPP? Seria essa uma supressão ou mero desdobramento de uma política de segurança que tem por intuito deter as pessoas apresentadas como vulneráveis?

Neste sentido, alguns projetos sociais se mostravam a mim como simples investimento de empresas privadas e Estado que objetivavam, sob o argumento da recuperação e prevenção, apenas manter determinada parte da população pacificada e policiada. Isso nos remete a Foucault (2003) quando evoca a distinção colocada por Von Justi, no século XVIII, entre os termos *Politik* (do alemão, política), como fundamentalmente uma tarefa negativa, repressiva, que consiste, para o Estado, colidir-se contra seus inimigos tanto internos quanto externos; e *Polizei* (do alemão, polícia),

² Alguns desses espaços situam-se em comunidades. No trabalho diário nestes locais, vivenciamos junto à população, ainda que em lugares diferentes, situações-limite: incursões policiais violentas, a “guerra” entre grupos rivais que comercializam drogas ilícitas, e as violências destes grupos a moradores da comunidade.

como tarefa positiva que consiste em dirigir a vida da população, ao mesmo tempo em que fortalece o Estado. Em muitos sentidos, éramos, enquanto empresa social, convocados à atualização da *Polizei*, a sermos responsáveis por deixar a população feliz enquanto administrávamos sua miséria.

Diante disso, aliados a Augusto (2010), arriscamos afirmar, que através de alguns projetos sociais atualiza-se o policiamento da vida “como prática que não se restringe à ação do Estado, mas que associa e aproxima ações de Estado com sociedade civil, por meio de cidadãos e empresas, que realizam a prática policial como expressão e exercício de assujeitamentos”³. A permanência dos psicólogos na ONG não visava, simplesmente, ao bem-estar dos usuários, a expectativa dos gestores e alguns profissionais era a de levar os usuários a se culpabilizarem por seus atos diminuindo com isso a chance dessas pessoas de agirem contra a opressão. Imbuídos do desejo de modificar suas vidas, estes jovens vão sendo constituídos para localizar em si a fonte de seus infortúnios.

Em nossa experiência, tanto na prisão, quanto na ONGs dentro de favelas, frequentemente, a passagem de uma pessoa pelo tráfico é utilizada como um marco identitário. Nesta perspectiva, o trabalho do psicólogo, e demais técnicos, é marcado pela expectativa de responsabilização desses sujeitos pelas suas escolhas. Aos empreendedores sociais interessa que esses jovens se mostrem capazes de autocuidado e produtividade tornando-se, assim, pacificados e propícios a investimento.

A identificação das escolhas que comprometiam seu futuro e a ligação dessas escolhas a sua personalidade opera como uma pacificação dessas subjetividades: não mais contestar os abusos da ONG, do tráfico ou do Estado, mas investir em seus potenciais para mudar de vida. Logo, torna-se inequívoco que governar cidadãos democraticamente constitui “governá-los através de suas liberdades, escolhas, e solidariedades, e não apesar delas. Significa transformar sujeitos, suas motivações e inter-relações, de lugares de resistência em potencial ao governo em aliados”⁴.

Numa espécie de ciranda vertiginosa, a lógica do lucro se maximiza: jovens vendem sua mão de obra precarizada no mercado de drogas; policiais “levantam” dinheiro com práticas corruptas, ONGs angariam investimentos de empresas e do

³ Augusto, 2010, p. 272.

⁴ Rose, 2011, p.36.

governo; empresas privadas financiadoras de projetos sociais melhoram sua imagem junto aos consumidores; psicólogos e especialistas garantem mercado de trabalho enquanto a sociedade, em geral, pleiteia o logro de uma consciência mais leve com práticas assistencialistas e filantrópicas. Diante disso, nosso problema de pesquisa se delimita: tomando como analisador a questão do tráfico de drogas ilícitas, como apreender os elos que atrelam criminalização da pobreza e o empreendedorismo social?

Requerendo essa questão como direção, nosso trabalho vai se desdobrar em diferentes eixos. Dessa forma, entendemos que no diagrama que engendra vidas criminalizadas, o dispositivo⁵ de produção de subjetividade envolve desde as vertentes do direito penal, passando pelas ações das ditas políticas sociais, pela gerência empresarial da cidade, pelo aprisionamento e dizimação de populações. Foucault (2008a e 2008b) nos diz que o governo não se restringe a instituições estatais, este se atualiza na sociedade sendo parte constituinte da própria subjetividade. A miséria e as questões sociais a ela ligadas tornam-se, assim, um negócio cada vez mais lucrativo. O famigerado “enfrentamento ao tráfico” – que vem se desenhando através do combate armado ou ações assistencialistas e filantrópicas – hoje possibilita uma série de ganhos políticos, econômicos e, quiçá, subjetivos. Entendemos que eles permitem explicitar a hegemonia de uma lógica de “condução da conduta” – governamentalidade das populações –, manifestas no duplo processo de “criminalização da pobreza” e a sua concomitante transformação em produto rentável a serviço do “empreendedorismo social”. Inspirados em Foucault, entendemos, portanto, que a gestão dos ilegalismos, na atualidade, está intimamente ligada ao neoliberalismo, não apenas como uma forma econômica, mas, de fato, como um estilo de vida que atravessa a todos nós.

Caminhos percorridos

A partir da nossa mudança de lugar de fala, se fez necessário o aporte de uma metodologia que nos ajudasse a apreender a nova estética e ética ligada à inseparabilidade entre o pesquisar e as nossas vivências. Por isso, o **primeiro capítulo** é dedicado a essa relação entre a inseparabilidade entre parir e parir-se; os efeitos desse

⁵ Vale destacar que a compreensão do conceito de dispositivo que empregamos baseia-se na leitura que Gilles Deleuze (1996) fez do conceito de Michel Foucault. Dessa forma, por dispositivo tomamos o emaranhado de linhas de natureza diferente aos quais pertencemos e nos quais agimos. Um dispositivo é composto pelo regime de enunciação e de visibilidade.

parir-se na escrita; o brotar de uma nova direção da pesquisa e o encontro com leituras que possibilitaram dar um plano de consistência ao que parecia, num primeiro momento, ser inominável.

E em todos os demais capítulos observar-se-á esse plano comum, qual seja, partindo de narrativas, pretendemos analisar a capitalização da vida e sua ligação improvável com a criminalização de determinada parcela da população. Os planos de análise decorrentes daí fizeram surgir o **segundo capítulo** em que falaremos da urgência do tempo da produtividade que atravessa nossos corpos, transformando-nos em empreendedores de si. Pretendemos evidenciar como no neoliberalismo não há a separação da produção de subjetividade da produção econômica ou política. Valendo-se do conceito de “homem lento” de Milton Santos (1994) queremos pensar como é possível criar zonas de resistência no próprio movimento de desterritorialização capitalista.

No **terceiro capítulo**, discutimos como a lógica neoliberal se tornou o eixo central da gestão de diversas ONGs que, na atualidade, se converteram em verdadeiras empresas sociais que apregoam transformar pessoas em situação de vulnerabilidade em capital humano. Dessa forma, sob a justificativa de “prevenir” ou “recuperar” jovens envolvidos com o tráfico de drogas os transformam em “produtos rentáveis”. Neste ponto, foi importante a nós pesquisar como a criação do conceito de raça se faz essencial à tentativa de objetificação desses jovens.

Em seguida, em nosso **quarto capítulo**, analisamos a peculiaridade do capitalismo nos países periféricos. Especificamente, pensamos como, no Rio de Janeiro, caminham juntos projetos de gerência empresarial da cidade e de política de dizimação de determinada população, a saber, negros e pobres. Fazendo uso das análises de Michel Foucault sobre o neoliberalismo americano, discorreremos sobre o conceito de “segurança cidadã” e sua incidência nas políticas de segurança que passaram a ter como escopo a garantia da lei e o enfrentamento da criminalidade como pressupostos ao exercício da cidadania. Com Mbembe e Triana entendemos que há um modo de governança em que a violência e o terror presentes nas antigas colônias atingidas pela escravidão se atualizariam a partir do neoliberalismo.

Ainda tomando como fio condutor a questão das drogas, no **quinto capítulo**, buscamos entender como se dá o encarceramento seletivo da população negra e pobre.

Inspirados nos trabalhos de Michel Foucault (2005; 2012b; 2008a; 2008b), tentamos evidenciar como o sistema penal serve de regulamentador ao mercado do crime, bem como, age no gerenciamento das ilegalidades e na produção da criminalidade. Junto a isso, atentamos para o fato de no modo neoliberal de controle o encarceramento se estender para além da prisão e seus muros. Evidenciamos como ONGs vem trabalhando nas favelas e periferias convocando a todos a participar da gestão de seu próprio assujeitamento.

No sexto e último capítulo da pesquisa, retomamos a análise da participação de ONGs na SEAP e a produção do discurso da resiliência como prática empreendedora. Inspirados nos últimos escritos de Foucault, contrapomos o engendramento de subjetividades empreendedoras às práticas de liberdade, tão caras à criação de uma estética da existência. Com isso, trouxemos a cena algumas narrativas que nos servem como lampejos de resistência em meio à asfixia do sistema penitenciário.

CAPÍTULO I

OBJETO FUGIDIO, EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA

1.1 - Parir-se

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(CONCEIÇÃO EVARISTO)

Disseram-lhe que estava fragilizada...

Mas onde viram fraqueza pujava força, potência, vida que já não cabia em seu corpo, transbordava em amor, criava outrem de si e outrava-se.

Outra vida pulsava em seu corpo, e ela transmutava-se em abrigo seu.

Seu corpo, agora, fazia-se alimento de outro ser, estranha equação: provir de si não sendo eu.

Não, não era fraqueza, foi preciso vestir-se de coragem para ter as entranhas da carne-alma abertas para parir esse novo ser (que ser foi parido? Ela? Ele?). Uma vez expostas, essas frestas não se recompõem imediatamente. Da identidade foi feita ruína, rastejando em meio a escombros tentou-se escavar qualquer vestígio de ser: só achou cacos, fragmentos, incompletudes...

O bebê nasceu e sua identidade fora abortada. A armadura do eu enferrujou, não lhe servia mais, e de repente, passaram-se nove meses e eram nó e nós. Onde termina ela e começa ele? Ele nasceu e ela deslizou para fora de si, se desfez e se refez nesse encontro. A partir dele experimentou a abertura radical para o outro, para o mundo, para um pedaço seu que se desgarrava e já não era mais eu...

Sorte a dela, perder-se de si! Diria Benjamim que “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-

se numa cidade, como alguém que se perde numa floresta, requer instrução”⁶. Mas, perder-se de si dói!

PARIR-SE

*"Criar de si próprio um ser é muito grave. Estou me criando. E andar na escuridão completa à procura de nós mesmos é o que fazemos. Dói. Mas é dor de parto: nasce uma coisa que é. É-se."
(CLARICE LISPECTOR - in: "Água Viva")*

De fato, a carne aberta não a abateu, mas a tornou estranhamente mais sensível. Com o corpo desorganizado, os nervos se fizeram em flor a habitar a superfície da pele e o leite que jorrava no seio veio lembra-la que ela era bicho, corpo também era alimento. Funcionalidades do corpo retorcidas, momentaneamente corpo não codificado em órgãos ou organismo. E dessa intensidade que lhe atravessava os sentidos emergia a possibilidade de experimentar o mundo sobre outras perspectivas.

Ele era ventania, soprou tão suave que a afastou do chão, tal foi a leveza que a ela desterritorializou! Era preciso in(ventar)-se, traçar curvas diante das frias retas milimetricamente calculadas outrora! Foi necessário habitar os desvios de uma vida que agora se fazia aposta na imprevisibilidade. Ninguém está preparado para isso, que bom, os caminhos seguros são entediantes. Já dizia o poeta que “a reta é uma curva que não sonha”⁷!

Com o tempo, ela descobriu que entre o “nós” cabiam muitos, e o “nó” forjou-se em múltiplos laços, dobras e emaranhados. Descobriu que era preciso uma tribo para cuidar de um bebê, e que

⁶ Benjamin, 1995, p.73.

⁷ Barros, M.

os dois não bastavam. Afinal, como lembrara João Cabral de Melo Neto:

*Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão⁸.
(Tecendo a manhã)*

*E foi assim que constatou, que mãe não nasce junto ao bebê, é
sim construída nos encontros, com ele e com o mundo. Na
solidariedade entre muitos galos na tessitura do comum. Duas
novas criaturas a serem cuidadas, a cada respirar a reafirmação
da vida que insiste, enquanto há viver, há possibilidades e agir na
possibilidade é desejar. Como ela desejou aquele momento...*

*Aquelas pequenas mãozinhas a levavam a experimentar um
mundo que já havia esquecido, com ele foi fácil apostar na leveza,
mesmo diante de tempestades. Não foi nada fácil ficar sem dormir,
por vezes, enlouquecedor! Contudo, foi assim que ela pôde
experimentar o cheiro do sol ao amanhecer; como não tinha sono
na madrugada, juntos descobriram os sons que habitavam a noite.*

⁸ Melo Neto, 1994, p.345.

O que falar, então, do doce da sombra ao passar a tarde debaixo de uma mangueira, cada dia uma descoberta deles, cada dia um encantamento e uma dificuldade dela para acompanhá-lo.

Para eles, sempre haverá as folhas secas estalando de alegria a cada passo descalço, o deitar o corpo sobre a grama e o sorriso nos olhos ao testemunhar a luz invadindo cada minúscula fresta entre as folhas... Ele vai se esquecer, mas ela sempre vai lembrar-se do cheirinho delicado de sua cabecinha sobre seu colo e o som de suas intermináveis gargalhadas.

Através dele, sentiu-se continuidade, contudo a finitude e a ruptura se fizeram presentes ao mesmo tempo. Sentiu-se passageira, efêmera... A vida não haveria de morrer, mas o vivo sim. Através de seu corpo abriu passagem para seu desfile pelos caminhos da vida. Tal qual mestre-sala, em uma escola de samba, adornou-lhe o caminho, deixou passar e se fez passageira. Neste instante, fez-se apenas elo, caminho entre a sua ancestralidade e a descendência.

Experimentar a desterritorialização é sair do curso, é abrir-se a novos possíveis, é navegar por linhas de fuga e ter a possibilidade de criar. Contudo, esse deslizar implica um risco: o das linhas de fuga tornarem-se linhas de morte, da criação ceder lugar à pura abolição. “A prudência com a qual devemos manejar essa linha, as precauções a serem tomadas para amolecê-la, suspendê-la, desviá-la, miná-la, testemunham um longo trabalho que não se faz apenas contra o Estado e os poderes, mas diretamente sobre si”⁹. Em meio ao caos há de se criar um entorno para si, uma moldura.

Moldura que, num mesmo movimento, cria contorno e em si, no seu traçado, a possibilidade de retorno ao caos. Territorializar, desterritorializar, reterritorializar em outro lugar, assim se dá o

⁹ Deleuze, 1998, p. 160.

*movimento dos ritornelos que nos compõem. Seus três aspectos são sempre simultâneos: ora direcional, que vai do caos a um limiar de agenciamento territorial, o esforço em fixar no caos um ponto frágil; ora seu componente dimensional, em que organizamos no caos um em-casa, a busca da consolidação, território; ao mesmo tempo temos sempre presente o componente de passagem, a fuga do território que está sempre presente, a possibilidade de passagem de um agenciamento a outro*¹⁰.

*Nestes ritornelos que nos compõem embarcamos numa viagem sem saber o destino final. “Do lugar onde estou já fui embora”*¹¹. A criação da moldura frente ao caos não parte de uma vontade, nem de um puro exercício de pensamento, pensamento encarnado em ato, talvez.

*É imersa no exercício de cuidado com outro, que ela teve acesso a uma ética da experimentação. Mais uma vez, foi o rebento que lhe apontou o caminho para construção de um em-casa. Mas a “casa não pré-existe: foi preciso traçar um círculo entorno de um centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado”*¹². A chegada do filho a remeteu à proveniência, à sua ancestralidade e à sua continuidade. Enviou-lhe novamente ao território natal. Mas se todo território é provisório, esse retorno também se fez na diferença. “Um território está sempre em vias de desterritorialização, ao menos potencial, em vias de passar a outros agenciamentos, mesmo que o outro agenciamento opere uma reterritorialização (algo que vale pelo em-casa)”¹³.

¹⁰ Deleuze e Guattari, 2012, p.124.

¹¹ Barros, 1997, p.71.

¹² Deleuze e Guattari, 2005, p. 116.

¹³ idem, 2012, p. 144.

1.2 – Daquilo do empreendedorismo que nos atravessa

Em meio à gestação desta tese de doutorado, tornei-me mãe. Abruptamente, percebi que isso não poderia passar despercebido e não incidir em minha escrita. Até aquele momento, minha pesquisa narrava histórias de pessoas que tiveram suas existências cruzadas por práticas de empreendedores sociais. Interessava-me a capitalização de vidas feitas por ONGs em favelas e presídios no Rio de Janeiro. Mas, tão logo meu filho nasceu, fui arremessada em um hiato – ou melhor, um alargar do tempo. Por meses, o cuidado com o recém-nascido me arrancou da rotina anteriormente vivida. Inusitadamente, cuidar da estreia dessa nova vida, me mostrou o quanto aquilo era anti-empresendedor e, mais, através dessa entrega – prazerosa e desesperadora – pude paradoxalmente perceber que o empreendedorismo não estava apenas “lá fora”, nas práticas de outrem, ele também fazia parte de mim. A desterritorialização que chegou junto ao “maternar” me fez indagar a que territórios devo meu pertencimento, conectando-me mais com a esfera do “pesquisar com” do que com o “pesquisar sobre”.

Reconectar-me ao território natal, me impõe muitas questões. Em uma sociedade deveras machista e racista, meu menino nasceu em meio a mil privilégios: sexo masculino e a pele branca. Ao completar seu primeiro ano de vida tinha mais livros em seu quarto do que eu possuía até os 20 anos. O único livro que possuí na infância foi um minidicionário de português, presente de um pai orgulhoso. Durante anos amei aquele pequeno livro! Nele havia mil histórias a serem descobertas. A cada palavra nova um enredo diferente. Adorava folheá-lo, na busca das palavras mais estranhas. Como poderiam caber ali tantas palavras?! Hoje, torço para que meu menino ame os livros e se delicie com eles como outrora eu fazia com meu minidicionário em baixo de pé de urucum, num quintal povoado de sonhos.

Essa criança que circula no colo de doutores e acadêmicos tem infinitas oportunidades a mais que seus ascendentes que ainda vivem em favelas sobrevivendo

do duro trabalho braçal. Como minha avó e mãe, eu também precisei trabalhar como doméstica, e assim pude testemunhar como o discurso da meritocracia, por muitos propagado, não passava de uma falácia descabida. A sina rompida só foi possível porque tive sorte e a ajuda de muitos – pais que trabalharam incansavelmente, pré-vestibular comunitário, amigos, professores...

Por muito tempo, envaidecida com as pequenas conquistas (a academia faz isso) acreditei que o fato de ter entrado e permanecido numa universidade pública era consequência simplesmente de minha luta solitária. Sem me dar conta, embebecida pelo discurso da eficiência e do empreendedorismo, acreditei ter me libertado do destino imposto aos favelados, simplesmente pela perseverança. De onde venho muitas crianças ainda são criadas para servir. Agora, com meu bebê no colo, entendo que preciso encontrar uma forma de afirmar a presença dos meus na minha vida, no meu corpo, na universidade pública e neste trabalho.

Hoje, eu sei e espero que um dia meu menino entenda que “ser livre e estar ligado, são uma mesma coisa. Eu sou livre porque estou ligado, porque faço parte de uma realidade mais vasta do que eu”¹⁴.

Afinal, não foi fácil permanecer na Universidade. A Universidade nos expõe: nosso modo de falar, a forma com que vivemos, nossos hábitos são objeto de estudo, mas a eles de difícil convivência. Aos olhos da maioria dos acadêmicos, os favelados são excentricidades. “[...] O pensamento cunhado na academia, simultaneamente e com maior intensidade na mídia caracteriza-se por constituir-se enquanto hegemonia. O modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno”¹⁵.

Mas eu também sou portadora de privilégios. Dependendo do ambiente ainda consigo me camuflar, a mestiçagem forçada ao qual meus ancestrais foram submetidos apagou muito dos traços de negritude. Posso circular, sem alarde, na maioria dos lugares sem sofrer preconceito racial, o que não acontece com alguns de meus primos, tios e tias. Os gestos e trejeitos foram sendo moldados ao longo dos anos trabalhando como “mucama de luxo”, babá de fim de semana (quase uma amiga de aluguel que

¹⁴ Comitê Invisível, 2016, p.103.

¹⁵ Santos, 2000, p. 107.

acompanha a “sinhá” nas festividades). A chegada de meu filho, em meio a esta escrita, trouxe de volta essas lembranças... Nas praticinhas e plays a procura por babá ainda se assemelha ao mercado de escravos. A preocupação com a aparência da babá, o grau de instrução e o pregão, às avessas, para ver quem consegue a babá mais barata e que trabalha mais. A que melhor serve pelo menor preço.

1.3 De onde falamos: escrever, narrar, experienciar.

De negros fujões, mestiços invasores a favelados cariocas, fazer nascer um texto através de nós, esta é a nossa direção... Fugir, invadir, persistir em nossos territórios, são ações locais, mas provocativas. Espaços inventados que furam o sistema organizado. Nossa luta consiste em compor com esses conhecimentos locais, nosso horizonte não se resume a uma experiência individual. Tratamos aqui de um território existencial, de uma subjetividade fora do sujeito, onde através de nós fala uma multidão. Uma luta local que não seja privada, eis o desafio que se coloca. Como afirma Milton Santos, precisamos “pensar a realidade do mundo a partir do que nós somos”. “Não se trata de inventar de novo a roda, mas de dizer como a fazemos funcionar em nosso canto do mundo; reconhecê-lo será um enriquecimento para o mundo da roda e um passo a mais no conhecimento de nós mesmos”¹⁶.

Esta escrita toma corpo a partir de fragmentos de histórias inacabadas, as quais, à medida que vão sendo tecidas, transformam-se em uma rede. Escrevemos na tentativa de conjurar em nós as verdades prontas que teimam em balizar a existência limitando os possíveis. Portanto, nossa pesquisa se produz em torno de resistência, mas também discorremos sobre corpos machucados, corpos que têm uma história a contar, uma história que ainda é de dor. Sendo essa dor real, a difícil tarefa que se impõe é torná-la impessoal, nossa aposta é que forjando essas narrativas junto ao coletivo, tornando-as públicas, elas possam se desentranhar de um eu ressentido.

Nesta perspectiva, nos inspiramos nas proposições de Benjamim (1987) segundo o qual a narrativa é ela mesma uma forma artesanal de comunicação, seu fundamento não é o de informar ou explicar algo, pelo contrário ela se inscreve num tecido vivo, em que as histórias não são estanques, estão sim abertas e incompletas.

¹⁶ Santos, 2002, p.52.

Dirá Benjamim (1987) que a matéria prima da narrativa é a experiência (*Erfahrung*) tecida a cada encontro com o outro, experiência que cada vez que é contada se modula. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes”¹⁷.

Gagnebin¹⁸ atenta para a etimologia da palavra *Erfahrung*, corriqueiramente traduzida por experiência coletiva. Sublinha que *Erfahrung* deriva do radical *fahr* que significa atravessar, percorrer uma região em uma viagem, o que aponta, por conseguinte, para a concepção de experiência ligada diretamente à ideia de passagem, de uma experiência que se faz no percurso. Neste sentido, portanto, narrativa sempre inconclusa, sempre em vias de transbordar aquele que a anuncia. Histórias em textura, contadas na mesma cadência que um fiar, que escorre pelas mãos do artesão (narrador) rompendo com pretensão binarismo indivíduo e coletivo, binarismo este que se apresenta caduco, na medida em que a experiência é forjada a cada passagem.

Mas, se a trama da narrativa escapa ao psicologismo ensimesmado, não quer dizer que seu narrador não imprima nela algo de sua singularidade. A Narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”¹⁹. Tal marca não denota, contudo, o aporte de uma individualidade, aponta, sobretudo, para a incompletude daquilo que é narrado, denota o caráter fluído e em vias de se modificar, narrativa que ganha contorno ao passar de mão em mão.

A história contada é, assim, nômade, ela constituiu-se num movimento próprio que transborda os contornos do indivíduo. Ela se inscreve no entre. Nela há a “inserção do narrador e do ouvinte dentro de um fluxo narrativo comum e vivo, já que a história contínua está aberta às novas propostas e ao fazer junto”²⁰.

Dada a impessoalidade da experiência, já que traçada no percurso, torna-se impossível apreendê-la em uma identidade. Por ser aberta à interpretação daquele que a escuta, a narrativa atinge uma intensidade que não existe na informação ou no simples relato de um fato ocorrido. No cotidiano, apesar de saturados de informação, não mais

¹⁷ Benjamim, 1987, p. 204.

¹⁸ 1994.

¹⁹ Benjamim, 1987, p. 204.

²⁰ Gagnebin, 1987, p. 11.

nos surpreendemos com as histórias. “A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações”²¹.

Nesta era de imediatismo da informação, a narrativa tradicional entrou em colapso. Isso acontece ao passo que a sociedade capitalista moderna deixou de dispor de condições de transmissão de uma experiência em sentido pleno. A “*Erfahrung*”, experiência como percurso, passagem, teria cedido importância à “*Erlebnis*”, experiência vivida, característica do indivíduo solitário o qual persegue o significado da própria existência. É neste sentido que Benjamin estabelece um laço entre o fracasso da “*Erfahrung*” e o fim da arte de contar²².

As histórias às quais nos aliamos neste escrito modulam-se em constante peleja: ora com as narrativas da História hegemônica que tentam apagá-las, ora com os escritos que ensimesmados apenas corroboram com uma hermenêutica do sujeito em um mundo de vivências (*Erlebnis*). Nosso norte metodológico é, por conseguinte, a resistência à perda da experiência (*Erfahrung*), desejamos contar histórias construídas em um movimento de errância. Neste percurso, a oralidade será uma instância de registro privilegiada; desejamos, com isso, apontar pequenos acontecimentos do cotidiano, fragmentos de vozes e gestos silenciados, infames e invisibilizados que teimam em existir.

Nos rastros de Benjamin²³, para quem “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”, faremos eco neste trabalho às histórias vividas, contadas e passadas em favelas cariocas (em especial Parada de Lucas), mas também como que em zigue zague, vamos recorrer às experiências que nos atravessaram em nossa infância e adolescência numa favela na região norte do Espírito Santo, Invasão do Juparanã.

A princípio, este escrito discorreria apenas sobre nossa experiência como psicóloga de ONGs sediadas em favelas cariocas. Mas, no caminho de feitura dessa pesquisa, muitas forças agiram em nós, rupturas, encontros e modulações nos trouxeram a necessidade de cunhar essa pesquisa de outro lugar. Apresentou-se à nós a necessidade de afirmar o lugar do favelado como pesquisador. Renegando a

²¹ Benjamin, 1987, p. 203.

²² Gagnebin, 1987, p. 9.

²³ 1987, p.198.

Universidade em sua ânsia de neutralidade, apostamos que o conhecimento possa se fazer em sua inseparabilidade da vida.

Uma inversão se colocou: tecer uma tese que decantasse cenas da vida comum em que aqueles outrora objeto de estudos, se tornaram artífices, narradores, de sua história. Assim, para profanar o reto ensino da academia é necessário se apropriar de um método desviante²⁴. Não temendo o desvio, fazendo da errância nossa aliada, esta tese pretende aportar “entre dois” territórios: a favela carioca e outra mais ao norte, a favela capixaba.

O olhar acadêmico hegemônico que se faz politicamente míope, polarizado pelas lentes das teorizações forasteiras (colonizadoras), faz desprender do singular identidades, sujeitos e territórios como formas engessadas no tempo. Queremos pensar que o zigue-zague não se fará presente apenas nas experiências que nos atravessam, mas também nos autores que utilizamos. Ao longo da escrita, fomos nos encontrando com escritos de pensadores que falavam a partir da periferia do capitalismo, e isso nos fortaleceu. De fato, esse encontro se deu um pouco tarde, então, o que teremos são breves reportes a algumas dessas obras. Dizemos, novamente, zigue-zague porque não abandonamos os autores europeus e norte americanos, pelo contrário, para nós a riqueza do que propõem está justamente no fato de podermos nos apropriar de seus conceitos num contexto outro.

Pisamos o mesmo solo que nossos antepassados. Perfazemos os caminhos que nossos ancestrais fizeram, e se a luta ainda permanece, é porque em nós ainda há potência de resistir contra o que insistem em tentar nos aprisionar. Nesta perspectiva, retomar nossos territórios é apostar que a resistência já está lá. A aposta é estar atento às formas que encontramos de sobreviver, de nos fortalecer à partir dos recursos que inventamos. Na travessia das questões que unem e distinguem as favelas cariocas da invasão do Juparanã, que nos faremos outros. Como bem nos disse Foucault²⁵, “o homem moderno não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida: é aquele que busca inventar-se a si mesmo”.

²⁴ Gagnebim, 2017.

²⁵ 2006, p. 241.

Sob a mesma perspectiva, Milton Santos²⁶ tece uma crítica aos intelectuais brasileiros que só conseguem olhar seu próprio território a partir de lentes estrangeiras (europeias ou norte americana). Olhar distorcido, desligado de sua terra, que recusa olhar sua gente para além de objetos de estudo.

Em algumas ocasiões, os estudos estrangeiros se fazem reducionistas e ganham tamanha importância no contexto acadêmico brasileiro, que passam a ser usados como chave de interpretação para toda e qualquer situação local, dessa forma, não fazemos mais que reproduzir novos exemplos para formulações alheias à nossa realidade social. “O ponto de partida é sempre redutor, neutraliza o ímpeto da crítica ao aceitar raciocínios estabelecidos em função de outras realidades”²⁷.

Esse caminhar acarretou pelo menos dois problemas. O primeiro, a partir da nossa construção via colonização, levava a limitar o pensamento na órbita de uma história que já havia sido feita por outros, como se a história nova fosse mera repetição ou herança obrigatória do passado alheio. O segundo problema vem de fato da mesma colonização, atribuindo ao ensino das ideias um certo caráter instrumental, na medida em que outras formas de pensar eram excluídas. No fundo, essa atitude acaba por produzir, perto ou longe, direta ou indiretamente, uma certa legitimação à instrumentalidade da economia na produção do pensamento social²⁸.

Por outro lado, como diz Foucault²⁹, é recente a descoberta dos intelectuais que as massas não necessitam deles para falar em seu nome e dispendem sobre eles seu conhecimento. O que de fato ocorre é que o saber da massa é invalidado perante o saber acadêmico que teima em fazer destes objetos de estudo.

O papel do intelectual não é mais o de portador da verdade de todos; “é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso”. A teoria não dá conta de expressar ou traduzir a vida, a teoria há de ser a própria prática. Uma prática local onde a luta se dá contra o poder, luta esta direcionada ao ponto em que o poder é mais insidioso³⁰.

²⁶ 2002.

²⁷ Santos, 2002, p.51.

²⁸ ibidem, 50.

²⁹ 2011a

³⁰ Foucault, 2011a, p.71.

1.4. Tecer e olhar, em busca de uma metodologia transversal

Os passos rangiam apressados pela Avenida Brasil. Ressonante ao coração que rápido pulsava, ecoavam um som da máquina que trovejara pela pista, e o dizer, alarmado do motorista: “Tem certeza? É perigoso”.

Uma entrada para favela, ufa! - disse a mim mesma. Perambulo alguns minutos. Em pouco tempo, sinto-me absorvida por um labirinto de vielas úmidas. Estou perdida? Becos fechados, janelas e intimidade expostas. Em seguida aberturas, céu, sol, muito sol, mais uma vez concreto, foi-se a umidade (agora tudo parece esturricado pelo sol...) Tenho uma entrevista de emprego em uma ONG, preciso me localizar! De súbito, a ajuda. Uma mão me guia. Entro em um só movimento, pelo emaranhado de caminhos e no cotidiano daquela senhora, através da espontânea narrativa de seu dia a dia. A linha do trem parece espremer a comunidade, a Avenida Brasil impõe seu limite. Mais uma abertura, o horizonte aqui é visível, um terreno baldio. “Campinho da marinha” - assim o chamam: um terreno com muito mato, ali as crianças brincam. O calor me engloba, sinto o cheiro do mato amassado pelos pés miúdos. Os fios da memória seguem seus próprios caminhos. Acompanho, aqui e lá, avenidas, até longe. “No norte, é assim o cheiro de mato amassado” - recorda uma lembrança a mim.

A Avenida Brasil mesclava-se agora à BR101, a estrada recorta então outra comunidade. Ao invés do trem, há um Rio, que é Doce até no nome. Quando criança, aos domingos eram meus pés a suar o mato verde. Passava horas a ver caminhões atravessando a ponte sobre o rio rumo ao sul. Ali com os pés que roçavam o verde, corríamos, num pega-pega com o vento. Penso que aquele mato que

deitava sob meus pés exalava cheiro similar ao que agora eu sentia.

O tempo passa. Ensolarado, o campinho da marinha, agora familiar, mantinha-se refúgio às vielas sempre escuras e úmidas. Naquela manhã, porém, novo trovejar, outra máquina: em uma operação policial, um helicóptero da polícia singra, qual zangão, o espaço... Numerosos disparos, sem cadência, ultrapassam em muito o ritmo da percussão deflagrada em meu peito. O refúgio, então devassado, não refugia mais, ele expunha. Aqui, as crianças escapam por pouco.

Mais uma vez, a memória, com seus caprichos, me carrega até o norte. Lá, naquele tempo e espaço outro que trago em mim, um moleque não escapou. Um dos meninos que corriam atrás do vento comigo, um primo, tivera a carne atravessada por balas... As balas eram as mesmas que ouvia aqui, munições do Estado que exterminam vidas na famigerada “guerra contra as drogas”.

Este trabalho surge a partir de experiências. Para além do sentido canônico que esse termo recebe em psicologia, que o aproxima ora da noção de “campo de experiência”, ora da noção de um “experimento controlado”, penso estas experiências como linhas de um tecido multicolor, cuja trama a ser desenhada inclui a própria experiência de escrita. Como em Gabbeh (1996), filme do diretor iraniano Mosen Makhmalbaf, em que as experiências ganham formas nos tecidos; no filme é o próprio tapete (o “gabbeh”) a contar a história. Os encontros dos quais tratamos aqui, a partir de narrativas, ponderações, conceituações, imagens e acontecimentos, se polarizam em torno da questão do “tráfico de drogas ilícitas”. Descrever uma metodologia de trabalho é também delinear uma determinada forma de olhar, e os olhares são múltiplos.

Em 1822, Hoffmann, no conto *A Janela da Esquina do Meu Primo* – de cunho autobiográfico –, narra as impressões de um escritor que, vítima de uma doença crônica, vive enclausurado em seu apartamento. O protagonista vive em um prédio de esquina que dá para a Praça Gendarmenmarkt, Berlim. Seu único contato com o mundo exterior é uma janela da qual ele vê e analisa todo aquele espaço que se abre diante de si. Deste lugar onde o olhar torna-se privilegiado, através de uma luneta, o protagonista direciona seu olhar para diferentes cenas que acontecem diariamente no mercado.

Ante o olhar que passeia pelos corpos, o que antes parecia uma multidão amorfa, a partir de seu foco ganha contorno... Seu olhar mostra-se treinado, e a curiosidade diante de alguns personagens o leva a indagar: quem são? Qual sua história? O desconhecido desperta nele o desejo de conhecer. Mas todos são anônimos, inclusive o protagonista que conversa com seu primo. Todos se mostram personagens efêmeros e fugidios, sob a luneta e o olhar treinado ao focalizar cores, expressões, formas e gestos; por instantes, ganham a luz e saem da invisibilidade para logo em seguida dissipar-se no espaço citadino.

Uma abordagem metodológica tradicional defenderá a neutralidade de um observar separado de seu objeto de estudo. Inerte e pretensamente passivo, como o protagonista de Hoffmann, esse olhar apenas coloca foco sobre algo que supostamente é exterior a si, um olhar treinado de especialista que usa de seus instrumentos teóricos e lunetas perspicazes para buscar uma história que é exterior a si mesmo, uma verdade que está lá fora a sua espera. Nós, pesquisadores, estamos sempre às voltas com esse contemplar que tem sede de verdade, e insiste em nós. Luis Antônio Batista (2001), em um intrigante texto, nos coloca em contato com os percalços do olhar especialista o qual ao lançar luz sobre seu “objeto de estudo” tende a apagá-lo. Em “A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios” mostra o perigo, sempre à espreita, de as luzes do saber especialista aprisionar histórias singulares e sinuosas em previsibilidades e predestinação.

Um dia, uma luz lá embaixo chegou ao lugar onde habitava e ele começou a ganhar nitidez e a falar esquisito. A sagacidade esmoreceu e a armadilha funcionou. Encruzilhadas viraram ruas retas, labirintos desapareceriam, o passado e o presente incrustados em seu corpo desvencilhavam-se. O foco luminoso lá embaixo, revestindo-o de

inusitado poder; um poder que o transformava em indivíduo e o fazia falar³¹.

De início, os primeiros traços que movimentam essa pesquisa passam pela agonia de se definir (ou indefinir) que olhar desejamos direcionar àquilo que experienciamos, àquilo que nos faz questionar uma realidade tida como dada. Afinal, o que nos movimenta em direção a este tema do empreendedorismo nas práticas cotidianas? Será este tema que apenas testemunhei ou que vivo/vivi? Por vezes, uma questão retorna, estarei falando de mim ou das pessoas atendidas nas ONGs e projetos sociais ou encarcerados? Amante da discricção e temerosa quanto às luzes de um saber, que a mim também pode fazer sumir, assumimos o risco de buscar uma pesquisa que afirme a dimensão da transversalidade. Não visamos à autoria como pessoa ou interioridade, mas como um polo aglutinador de questões. Como nos alerta Veyne “[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela”³².

Em Parada de Lucas, os cheiros, imagens, palavras nos remetiam à “íntimas” memórias e nos colocavam perante a segurança do familiar. O percorrer daquela experiência na favela transbordava por todos os lados, mas já não era possível digerir aqueles acontecimentos como algo pertencente a mim. Algo daquela experiência, insistentemente, se mostrava indigesto. Com o tempo, as convicções - que até então me guiavam como um leme por mares seguros -, passariam a dar lugar a sentimentos inomináveis, fazendo de meus dias um eterno marear. Meu corpo denunciava a inquietação e o desassossego... Novas “companhias”, a gastrite e seus efeitos eméticos se faziam presentes todas as manhãs ao chegar ao trabalho.

(...) perder-se nos espaços protegidos do familiar, o desnorreamento que nos transporta para caminhos nos quais o pensamento não terá sossego. Por meio deste desassossego, o movimento se politiza indicando-nos a inércia do pensar deflagrada pela conclusão de um percurso, ou a inconclusividade produzida por encontros do pensamento com o mundo³³.

³¹ Baptista, 2001, p.198.

³² Veyne, 1998, p. 243.

³³ Baptista, 2010, p.57.

O corpo-pensamento aturdido denotava que aquela experiência não seria linear, como também, não se centraria em um sujeito que a antecede. O que sinto não sei se é meu ou de quem escuto - em certo momento, cinco técnicas com quem trabalhava passaram a sofrer de uma insistente dor no estômago. Tal configuração de espaços, corpos e experiências, evoca-nos uma metodologia para nossa pesquisa que não se paute no linear desvendar das causas dos fenômenos sociais. Neste emaranhado, há fragmentos de uma trama inconclusa, caleidoscópio de leituras, vivências, memórias e narrativas.

Em uma belíssima passagem, em que relata sua experiência ao fotografar animais em Galápagos, o fotógrafo Sebastião Salgado nos presenteia com uma cena desafiadora em que se lança em uma dança sinuosa com uma tartaruga. Na tentativa de capturar uma imagem do animal, Salgado se vê diante da espera de um acontecimento. Dirá ele, “é preciso ter paciência para esperar o que vai acontecer. Pois algo vai acontecer, necessariamente”³⁴.

Deparei-me com uma tartaruga gigante, enorme, de no mínimo duzentos quilos, da espécie que deu nome ao arquipélago. Cada vez que me aproximava, a tartaruga se afastava. Ela não era rápida, mas eu não conseguia fotografá-la. (...) Então me fiz tartaruga: fiquei agachado e comecei a caminhar na mesma altura que ela, com palmas e joelhos no chão. A tartaruga parou de fugir. E quando se deteve, fiz um movimento para trás. Ela avançou na minha direção, eu recuei. Esperei um momento e depois me aproximei, um pouco devagar. A tartaruga deu mais um passo em minha direção e, imediatamente, dei mais alguns para trás. Ela então veio até mim e deixou-se observar tranquilamente. Foi quando eu pude começar a fotografá-la³⁵.

O desprender-se de si do fotógrafo, e a sua entrega a esta dança, permitiu que em uma arte e tempo outros houvesse a possibilidade da negação do simples reconhecimento de uma tartaruga ou a captura de uma imagem do familiar. Nas palavras de Luis Antônio Baptista (2010), a arte (cinema, fotografia e literatura) nos lega a oportunidade de dissipar a certeza presente na naturalização, e esta desnaturalização, por sua vez, abre espaço para criação de metodologias singulares a respeito do estudo da subjetividade. Dessa forma, as metodologias em que há a preexistência de um sujeito anterior à trama da história não encontra mais lugar. “Essas

³⁴ Salgado, 2014, p.10.

³⁵ ibidem, p.9.

modalidades de arte teriam a chance de interpelar verdades da palavra e da imagem, assim como a do sujeito que as consome e as dá significado”³⁶.

Quem é o protagonista da cena, Salgado ou a tartaruga? Não sabemos! A cena provoca desacomodação, e isto basta. Com estas inspirações, gostaríamos de pensar a transversalidade da metodologia que guia esse trabalho. Não se trata aqui de buscar a representação criada socialmente para a imagem do favelado empreendedor de si. Partindo de sentimentos indefinidos desejamos contar histórias, nas quais não há herói ou vítima, pesquisador ou objeto de estudo... Intenta-se captar a dimensão “des-individual” destas experiências, como na dança de Salgado e a tartaruga, retirar de sua suposta centralidade o sujeito como “protagonista” e formas que se querem universais forjadas pela transcendência. “Nesta ética-estética, tenta àquilo que o contemporâneo nos oferece como urgência, a imobilidade do hábito será interpelada; urgência que nos solicita o que temos a dizer ou fazer, despossuídos do leme da convicção, é o ponto de partida de sua política”³⁷.

1.5 – Pistas para uma metodologia: perspectivismo ameríndio e o conhecer xamânico

A subjetividade não é o que separa o homem da “natureza”, uma vez que não há nada de “natural” nesta separação. Não se trata de algo dado, mas, ao contrário, de uma operação tão epistemológica quanto política. Há certamente alguma coisa anterior à oposição sujeito/objeto e é preciso partir do ponto de fusão entre ambos. Guattari prefere falar de “objetividade” e “subjetividade” para marcar a não separação e a superposição recíproca em questão.³⁸

Pasolini, na década de 1960, em vão, procurou por vaga-lumes, onde os poderosos holofotes do fascismo ofuscavam as pequenas luzes intermitentes. Naquela Roma, descrita pelo cineasta, o fascismo que o atormentava não era aquele histórico de

³⁶ Baptista, 2010, p. 58.

³⁷ *ibidem*, p.62.

³⁸ Melitopoulos e Lazzarato (2011, p.8).

Mussolini, era sim um fascismo pulverizado que se atualizava nas práticas ao entranhar-se nos mais ínfimos gestos. Didi Huberman (2011), em um lindo livro, nos aponta um caminho possível em que podemos, ainda, encontrar a tênue luz na escuridão ou na luz ofuscante. Segundo o autor, às vezes, é necessário mudar de lugar para atingir outros pontos de vista. Os vaga lumes estavam por lá, na Roma de Pasolini, estão por aí! Resta a nós mudar o foco e, então, encontrar a potência das minúsculas resistências que rompem com noção de impossibilidade de experiência.

Como Pasolini, nesta pesquisa frequentemente nos encontramos aturdidos em meio à luminosidade dos fascismos cotidianos. Por certo, corremos o risco de nos ater às denúncias do insuportável, que também é um passo importante. Contudo, aos poucos, pudemos descobrir que para enxergar as coisas de um outro lugar, como nos aconselha Didi-Huberman, é necessário esgarçar nossos contornos e deixar nascer um outro corpo, onde seja possível se ater a uma outra perspectiva do mundo. Não tínhamos uma metodologia formatada, contudo, algumas inspirações se fizeram presentes.

A nós foi de grande importância percorrer, mesmo que brevemente, aquilo que Viveiros de Castro, em suas investigações sobre a cosmopolítica amazônica, nomeou de perspectivismo ameríndio. Dentro da complexidade desta cosmovisão, dois pontos, em especial, nos interessam. O primeiro deles diz respeito à base do desenvolvimento da concepção de perspectivismo: o rompimento com o modo ocidental de reconhecer o mundo e a relação entre os existentes³⁹. Na cosmovisão ameríndia há uma multiplicidade de perspectiva intrínseca ao real, “[...] todos os existentes são centros potenciais de intencionalidade, que apreendem os demais existentes segundo suas próprias e respectivas características e potências”⁴⁰. Neste sentido, a concepção de mundo moderna e ocidental seria apenas mais uma perspectiva dentre inúmeras, uma vez que “o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos”⁴¹.

³⁹ “Alguns esclarecimentos iniciais são necessários. Em primeiro lugar, o perspectivismo raramente se aplica em extensão a todos os animais (além de englobar outros seres); ele parece incidir mais frequentemente sobre espécies como os grandes predadores e carniceiros, tais como o jaguar, a sucuri, os urubus ou a harpia, bem como sobre as presas típicas dos humanos, tais o pecari, os macacos, os peixes, os veados ou o tapir. Pois uma das dimensões básicas, talvez mesmo a dimensão constitutiva, das inversões perspectivas diz respeito aos estatutos relativos e relacionais de predador e presa” (CASTRO, 2004, p.228).

⁴⁰ Castro, 2015, 42.

⁴¹ idem, 2004, p. 225.

O segundo ponto que nos serve de inspiração é o do ideal epistemológico que deriva da cosmovisão ameríndia. De forma adversa a nossa, os ameríndios não procuram eliminar a “intencionalidade do ambiente” com a finalidade de “atingir uma representação absolutamente objetiva do mundo”, pelo contrário, o “conhecimento verdadeiro visa à revelação de um máximo de intencionalidade”, conhecer é uma arte política ⁴². No xamanismo ameríndio, “conhecer é ‘personificar’, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. Ou antes, daquele; pois a questão é a de saber ‘o quem das coisas’ (Guimarães Rosa), saber indispensável para responder com inteligência à questão do ‘por que’” ⁴³.

No desenvolvimento da concepção de perspectivismo, Viveiros de Castro toma como interlocutor privilegiado as pesquisas de Lévi- Strauss em que se narravam as semelhanças e diferenças que se impõem no encontro do homem branco com os indígenas. A semelhança seria a ignorância de ambos frente ao desconhecido, isto é, seu etnocentrismo: os índios suspeitavam que os brancos eram deuses enquanto esses questionavam se os índios eram meros animais. A diferença estava em “a despeito de uma igual ignorância a respeito do outro, o outro do Outro não era exatamente o mesmo que o outro do mesmo ⁴⁴. É então esse desequilíbrio que conduziu à ideia de que regimes ontológicos ameríndios seriam diferentes dos difundidos no Ocidente, sobremaneira no que diz respeito à concepção de corpo e de alma.

Para os espanhóis do incidente das Antilhas, a dimensão marcada era a da alma; para os índios era o corpo. Por outras palavras, os europeus nunca duvidaram que os índios tivessem corpo (os animais também os têm); os índios nunca duvidaram de que os europeus tivessem alma (os animais e os espectros dos mortos também as têm). O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotadas de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas ⁴⁵.

Para os ameríndios o que há de comum entre os existentes seria a alma – “essência antropomorfa de tipo espiritual”-, já o que os distinguiria seria sua “aparência

⁴² Castro, 2015, p. 51.

⁴³ *ibidem*, p. 50.

⁴⁴ *ibidem*, p.36.

⁴⁵ *ibidem*, p.37.

corporal variável”. Essa aparência, contudo, não seria uma propriedade fixa, mas sim uma espécie de roupa trocável ⁴⁶. “O referencial comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição” ⁴⁷. “O que nos faz humanos é nosso corpo e não nossa alma. A alma é, ao contrário, a coisa mais comum no mundo. Todas as coisas são animadas. Eis o animismo. É preciso fazer um corpo” ⁴⁸.

Embora, a princípio, possam parecer semelhantes, o perspectivismo não é um relativismo, isso porque ponto de vista não é a mesma coisa que representações. Apesar do que esteja em jogo seja sim uma compreensão do mundo diferente a cada ponto de vista, aquilo que determina a perspectiva é o corpo e sua posição na cadeia predatória. As representações, por outro lado, para o homem ocidental moderno, são atributos do espírito.

O que estou chamando de ‘corpo’, portanto, não é sinônimo de fisiologia distintiva ou de anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um habitus. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos, há esse plano central que é o corpo como feixe de afecções e capacidades, e que é a origem das perspectivas. Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um maneirismo corporal.⁴⁹

Ainda que para os ameríndios a capacidade de ocupar uma perspectiva é uma potência da alma, a partir dela só é permitido enxergar a mesma coisa em todos os lugares, uma vez que a alma é idêntica através das espécies. Os ameríndios concebem uma “continuidade metafísica e uma descontinuidade física entre os seres do cosmos, a primeira resultando no animismo, a segunda, no perspectivismo”. A alma seria uma forma reflexiva, que integra os existentes, já o corpo seria uma afecção ativa responsável pela diferenciação ⁵⁰.

Sendo a diversidade de perspectivas entendida a partir da especificidade dos corpos, conclui-se que há uma economia da corporalidade no núcleo da ontologia

⁴⁶ Castro, 2004, p.228.

⁴⁷ Descola 1986:120 apud Castro 2004, p. 230.

⁴⁸ Castro, 2011, p.18.

⁴⁹ idem, 2004, p. 240.

⁵⁰ ibidem, p. 242.

ameríndia. Por conseguinte, não se trata de saber como os seres veem o mundo, mas de que mundo eles são o ponto de vista. Enquanto a alma os assemelha, o corpo distingue: “o que para nós é sangue, para o jaguar é cauim; o que para as almas dos mortos é um cadáver podre, para nós é mandioca pubando; o que vemos como um barreiro lamacento, para as antas é uma grande casa cerimonial...”⁵¹.

Neste âmago, os xamãs seriam indivíduos capazes de transitar, de forma deliberada, entre as diferentes perspectivas, eles teriam o poder de cruzar as barreiras corporais entre as espécies e assim conhecer e traduzir os pontos de vista ontologicamente heterogêneos. Para Viveiros Castro este encontro ou intercâmbio de perspectivas é uma arte política carregada de perigos, uma verdadeira diplomacia cósmica dedicada a mediar as relações entre humanos e não-humanos. “Vendo os seres não-humanos como estes se veem (como humanos), os xamãs são capazes de assumir o papel de interlocutores ativos no diálogo transespecífico; sobretudo, eles são capazes de voltar para contar a história, algo que os leigos dificilmente podem fazer”⁵².

O xamanismo ameríndio “é um modo de agir que implica um modo de conhecer, ou antes, um certo ideal de conhecimento”. Este ponto é de especial interesse para a nossa pesquisa, pois Castro sublinha como a nossa epistemologia objetivista (moderna e ocidental) se coloca em oposição a esse ideal de conhecimento do xamanismo amazônico. Na epistemologia corrente em nossa sociedade, é o objeto que fornece o telos, pois conhecer é dessubjetivar, é identificar no processo aquilo que é da ordem do sujeito de forma a neutraliza-lo e reduzi-lo a um mínimo. Neste sentido, “conhecer é objetivar; é poder distinguir no objeto o que lhe é intrínseco do que pertence ao sujeito cognoscente, e que, como tal, foi indevida e/ou inevitavelmente projetado no objeto”⁵³.

Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são vistos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver ‘de fora’, como um ‘isso’. Nosso jogo epistemológico se chama objetivação; o que não foi objetivado permanece irreal e abstrato. A forma do Outro é a coisa⁵⁴.

⁵¹ Castro, 1996, p.127.

⁵² idem, 2004, p. 231.

⁵³ idem, 2015, p.50.

⁵⁴ idem, 2004, p.231.

No xamanismo amazônico a forma do outro é a pessoa, isto é, o conhecimento xamânico dirige-se sempre a um outro sujeito ou agente. Tudo que acontece está relacionado a uma intenção. O sujeito é uma forma de descrever a ação das coisas. A subjetividade está no campo da multiplicidade e não se resume, portanto, “a uma unidade da consciência ou uma função de integração, mas é, ao contrário, uma função de dispersão. A subjetividade não é a síntese transcendental e sim, ao contrário, uma síntese disjuntiva, para falar como outros”⁵⁵. A boa interpretação é aquela que atribui a intencionalidade a um agente. “Um ente ou um estado de coisas que não se presta à subjetivação, ou seja, à determinação de sua relação social com aquele que conhece, é xamanisticamente insignificante — é um resíduo epistêmico, um ‘fator impessoal’ resistente ao conhecimento preciso”⁵⁶.

Nossa epistemologia busca eliminar a atitude intencional, esta seria produto do senso comum em sua tentativa de explicar o que é por demais complexo e que ainda não foi devidamente decomposto pela ciência. Restringindo ao máximo a dimensão subjetiva, acredita-se que toda ação ou expressão possa ser reduzida a equações de causa e efeito. “Em suma, se no mundo naturalista da modernidade um sujeito é um objeto insuficientemente analisado, a convenção interpretativa ameríndia segue o princípio inverso: um objeto é um sujeito incompletamente interpretado”⁵⁷.

Em seus escritos Guattari também desenvolve, de certa forma, uma teoria animista da subjetividade. Ao conceber o Objeto, o Outro como um portador de dimensões de subjetividade parcial, dirige seu esforço para um descentramento da subjetividade. Para ele é crucial entender como a subjetividade pode ser singular “mas também ser suportada por agenciamentos espaciais, arquitetônicos, plásticos um agenciamento cósmico inteiramente outro. Como a subjetividade se encontra ao mesmo tempo do lado do sujeito e do objeto”⁵⁸ [...].

Nos momentos mais nebulosos de nossa experiência/pesquisa onde pareciam ter sumido as tênues luzes da resistência, foi necessário abdicar do paradigma de uma subjetividade única encarnada pelo homem ocidental. As resistências surgiram em nosso texto como tênues lampejos que apareceram e sumiram ao longo da escrita.

⁵⁵ Castro em entrevista concedida à Melitopoulos e Lazzarato (2011, p.23)

⁵⁶ Castro, 2004, p.23.

⁵⁷ idem, 2015, p.52.

⁵⁸ Guattari em entrevista concedida à Melitopoulos e Lazzarato (2011, p.8).

Apostando nos modos ontologicamente heterogêneos de subjetividade foi possível, em alguns momentos, ouvir o mundo e suas enunciações. Tais fagulhas são escassas, mas estão presentes: na solidão de uma instituição punitiva, larvas persistem e resistem ao habitar suas paredes; atrás de caveirões e camburões, correm os cães e “mulheres ferozes” a protestar; quando psicólogos tentam formatar uma família, uma menina leoa se rebela... Tais imagens serão desdobradas por nós ao longo da tese. Dessas experiências, pudemos notar que resistir não é um privilégio daquilo que convenciamos chamar humano. As resistências se dão onde quer que agenciamentos ou máquinas produzam diferenças, alteridades e singularidades. “Por todo o Cosmos, há devires, hecceidades e singularidades. Se eles não são a expressão de “almas” ou de “espíritos”, eles são a expressão de agenciamentos maquínicos que, pelas diferenças e disparidades que criam, possuem uma capacidade própria de ação e de enunciação”⁵⁹.

Como vimos, a partir do perspectivismo, a relação com a diferença, com o outro é marcada por continuidades e descontinuidades. Um mesmo espírito que atravessa os diferentes corpos e um corpo afetivo que nos diferencia. Cada vivente possui uma potência singular de enunciação; é preciso fazer nascer um corpo para acessá-los. Neste trabalho arrisquei questionar sobre as perspectivas possíveis de se acessar a partir de um corpo mamífero, mestiço, favelado, acadêmico...

⁵⁹ Melitopoulos e Lazzarato (2011, p.10).

CAPÍTULO II

PERTENCER A ALGO MAIOR QUE SI: TERRITÓRIOS QUE VIVEM ATRAVÉS DO CORPO

Havia passado muitos anos, mas me recordo, nitidamente, de como no asfalto recapado, Simone era encaixada no estereótipo da doméstica dedicada e mulher submissa. Seus dois filhos passavam o dia na creche, enquanto “madrugava” na casa da patroa. No beco em que viviam todos sabiam que Grande, seu companheiro, a recebia com agressões no cair da noite. Sua família era de Rondônia e, solitária, aquela mulher parecia entregue ao próprio destino.

Grande era gigante, aos meus olhos. Apesar dele estar sempre sorrindo e contando anedotas, guardava em mim verdadeiro pavor daquele homem.

Certa feita, pela fresta da janela entreaberta, Simone me chamou, e do quarto sombreado pediu-me para buscar seus filhos na creche, estava impossibilitada de sair... Simone estava

desfigurada, rosto inchado e roxo. Nunca consegui contar a ninguém aquilo que havia visto. Acontece que semanas depois, Grande viajou a trabalho e Simone vendeu tudo o que tinha na casa, inclusive a casa e fugiu.

Simone rompeu com o destino anunciado e tornou-se minha heroína de infância. Sempre que via alguma mulher sofrer violência doméstica retorna-me à mente: “Simone fugiu do Grande, você também pode!”.

Na favela, muitas histórias foram criadas sobre o paradeiro de Simone, alguns diziam que havia fugido para Rondônia, outros falavam que havia apenas se mudado para a capital. Na minha imaginação juvenil, Simone era uma verdadeira guerreira que havia “passado a perna” naquele homem violento.

Eis que algum tempo depois, caminhava rapidamente pelo centro da cidade, era bem cedo e todos corriam para seus postos de trabalho quando o tilintar de uma marmitta de alumínio, ao cair do bagageiro de uma bicicleta, zuniu no chão... O cheiro de ovo frito e o conteúdo da vasilha espalharam-se pelo ar. Constrangido ao apanhar o vasilhame está Grande. A marmitta, repetidas vezes, escapava de suas mãos trêmulas. Era patético aquele homem imenso, acuado, que não conseguia apanhar do chão o vasilhame caído.

Não me passou pela cabeça ser a heroína a qual ajudaria Grande naquela cena de constrangimento acompanhada por muitos. Não foi propriamente pena, mas doeu ver aquele homem tão pequeno. Fora de seu gueto ele era reduzido ao boia-fria atrapalhado. Embora para mim aquele sujeito não fosse apenas um boia-fria, seu constrangimento tornou-se o meu. Comungávamos

de algo em comum: aquilo que chamavam de casa. Não era apenas o espaço dado e imóvel, a localização geográfica.

Por mais diferentes que fossemos, havia solidariedade naquela cena, habitávamos o mesmo território subjetivo. Naquele breve instante, em que o tempo parecia suspenso, o cheiro de ovo frito ergueu-se feito um muro onde nos abrigamos. Naquele dia, habitamos mais que o mesmo endereço...

Estranho é que esse pertencimento ao mesmo território não dizia respeito a algo já existente. Não foi apenas um processo de adequação a uma suposta identidade ligada a um lugar - algo do tipo "os favelados da Invasão se reconheceram". Não que essa identidade não exista, mas é outro processo que estava em curso ali. É porque derivávamos do mesmo lugar, que sabíamos o quanto diferentes éramos e quanto próximos àquela situação nos colocava.

Seguindo os trilhos frios do trem, que recorta a favela carioca, trazendo à memória histórias que me compõem, me recrio, estabeleço com aquilo que pretendo pesquisar outra relação que, por vezes, esvazia o lugar da psicóloga e do pretense objeto de estudo. Nas nervuras dos becos, através dos gestos mais simples, os emaranhados de linhas e nós rompem cotidianamente com a sina imposta de fora. Sina esta que teima em pretender engessar aquelas (nossas) vidas em representações simplistas – o traficante, a doméstica, o trabalhador, o bandido, o menor.

Apesar de renitente, representações são estilhaçadas no cotidiano. Como nas palavras de Maurice Blanchot, o cotidiano é “o que há de mais difícil a descobrir”⁶⁰. “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história

⁶⁰ Blanchot, 2007, p. 235.

a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”⁶¹. Mas como pode o pesquisador viver a favela de dentro e não do alto? Certeau nos dá uma pista através de seus “praticantes ordinários da cidade”⁶². Estes seriam sujeitos errantes possuidores de uma forma própria de apreensão da cidade. Detentores de saber subjetivo, lúdico e amoroso, os praticantes, desenvolvem uma cegueira o que lhes garante experimentar a cidade de um outro lugar que não o da cidade espetáculo.

O cotidiano não se vive de fora, é preciso estar imerso nele para poder enxergar de perto os esboços inconclusos, onde de fora, a luz da academia, em geral, só permite apreender identidades. É necessário descer do trem e perfazer os caminhos cáusticos... Pois, da locomotiva de passagem, da janela embaçada, observando passivo e contemplador, tornamo-nos míopes às ranhuras e dobraduras que se desprendem do “todo”. Totalidade essa verbalizada na voz corriqueira dos bastiões da moral: “Favelado é bandido ou trabalhador!”.

Para quem olha de fora o cinza só se faz presente nos barracos amontoados; das pessoas, estas são sempre boas ou más, trabalhador romantizado ou bandido mal, é tudo preto ou branco. Mas quem deita seus pés naquela terra sabe que nem o cinza dos barracos é o mesmo... cada casa uma história única e especial.

Por mais que tentem os uniformizar ou romantizar, moradores de favela não são todos iguais, em geral, as pessoas não sabem nada a seu respeito: boia-fria, babá, ou doméstica são apenas ofícios, isso é apenas parte desses viventes. Na cena narrada, os caminhantes do asfalto, por certo, tomam o território de origem de Grande apenas como lugar de afirmação de uma identidade pré-definida. Como se no asfalto liso fossem estrangeiros. Apesar de grande, ali, cotidianamente, ele era invisibilizado na homogeneização do favelado – era o favelado trabalhador. Contudo, naquela manhã a cena do boia-fria tornou-se a história a ser contada no decorrer do dia. A arrogância travestida de piedade encontrou uma cena para validar sua boa intenção. O cheiro de ovo frito espatifado no chão e o homem esguio aturdido romperam a monocromia do vai-e-vem cotidiano, algo estava fora do lugar.

⁶¹ Certeau, 1996, p. 31

⁶² idem, 1994, p. 171.

2.1. O corpo compassado pelo tempo da produtividade: gestar vida e gerenciar carreira

Na complexidade de sua vida, Emma rompia com vários códigos - familiares, empreendedores, maternos. Sozinha, vivia com dois filhos em um barraco na favela. Um menino e uma menina, estes estavam sempre sujos, crianças de corpos indomáveis e indisciplinados. Fabiana a mais velha, tinha uns 4 anos, com a cara amarrada empurrava qualquer criança que tentava se aproximar, mas cuidava com um carinho comovente do irmão mais novo que sofria de um problema cardíaco. Parecia uma pequena leoa ao defender o irmão de qualquer aproximação. As crianças se negavam a fazer qualquer oficina na ONG, contudo nas sextas-feiras, no fim da tarde, sempre estavam por lá para assistir filmes.

A “polícia das famílias”, funcionários da empresa social, atenta ao comportamento arredio das crianças e a “agressividade” de Fabiana, logo acionou a psicologia e o serviço social para investigar o caso. A patrulha em questão já havia averiguado que a mãe das crianças era uma suposta “drogada” que, segundo eles, negligenciava o cuidado com as crianças. A conclusão era a da necessidade de alocá-la em um emprego para que esta mãe pudesse assim “construir uma vida”.

Quanta “gentileza e preocupação” com Emma! Acontece que a cada proposta de trabalho, Emma simplesmente se afirmava lançando uma negativa. Com uma tranquilidade estupefacente não aceitava as propostas de encaminhamento a trabalhos. Acreditaram, então, que um curso poderia “alavancar a vida da mulher”. Acreditaram que a inserção numa profissão mudaria a perspectiva de vida daquela mulher. A fala recorrente era a de que

Emma “acordaria para vida” com um emprego! Tal qual o personagem Bartleby dos escritos de Melville⁶³, de maneira desconcertante, Emma ia recusando cada proposta direcionada a ela, o que provocava verdadeira consternação na equipe.

Fabiana e eu tivemos um bom encontro, criamos um laço de amizade. Sempre que vinha ver filmes, passava por minha sala para dizer um “oi”. Eu não estava imune, também era atravessada pelo discurso asséptico hegemônico, por vezes, me pegava imaginando cuidadora de Fabiana. Imaginava o quão feliz aquela criança seria sob meus cuidados, procurava a menininha limpinha e domesticada por traz da sujeira e magreza. Logo procurava censurar o meu ideal de salvadora, afinal por que seria eu melhor cuidadora que Emma? Contudo, não podia deixar de me apaixonar por aquela criança, inteligente e perspicaz, daquele tamanho, tinha senso de humor e certo cinismo. Impressionante.

Emma, sempre permaneceu um enigma. Talvez por isso, a princípio, tenha sido apontada como “drogada”. Sua negação era uma forma de resistir à nossas intervenções inapropriadas.

O mais perto que cheguei daquela família foi através da janela do ônibus numa tarde de muito sol. Da poltrona encardida do ônibus que percorria a Avenida Brasil, vejo Emma na marginal puxando um carrinho cheio de papelão. O sol ainda ardia no asfalto e ela seguia seu caminho lentamente. Naquele difuso instante, em meio à velocidade dos carros e das pessoas, a mulher parecia resistir ao não ter suas ações determinadas pelos relógios e pressão vindas de outros.

Em cima da montanha de papelão estava Fabiana e seu irmão mais novo. De perninhas cruzadas, trazia à mão um

⁶³ Melville, 2003.

pequeno guarda-chuva com a figura desbotada de uma princesa loura. Em meio à cena, só consegui sorrir e concluir que naquele momento Fabiana era a dona do pedaço. Aquelas pessoas me mostravam que era crível experimentar outros possíveis.

Havia tanto amor e cuidado naquela cena. Havia também uma dobra, a princesa loura apesar de fazer parte da cena estava do lado de fora. Permanecia impressa na borda de fora do guarda-chuva. Se de Emma pouco sabemos, por outro lado, nossa posição enquanto empresa social estava bem evidente: a consagração do trabalho enquanto valor. E sabemos que trabalho em nossa sociedade tem um caráter propositalmente ambíguo, “pois trabalho significa doravante o ‘trabalho sobre si’ que é preciso efetuar para se metamorfosear em empresa individual”⁶⁴. Aquela mulher considerada fora dos padrões era perversamente culpabilizada, afinal aos olhos daqueles que, supostamente, tentaram lhe “ajudar”, ela apenas teria escolhido o “caminho dito mais fácil”. Diante da celeridade do mundo, Emma parecia imóvel, acomodada em sua condição.

Diante das codificações rosa de princesas louras ou da romantização aprisionadora que faz pesar sobre as mulheres um ideal de mãe, o guarda chuva de Fabiana se faz primordial. Escrevi minha qualificação do doutorado com um serzinho ganhando forma dentro de mim, cerca de um mês depois, com seu nascimento, fui arremessada em outro tempo. Tempo de exceção e êxtase, de pausa na vida, na vida que levava, e então, com surpresa e estranhamento, encontrei beleza na lentidão de si.

⁶⁴ Lazzarato, 2010, p.174.

Nesta experiência limite, constatei que, distante do que corriqueiramente é entendido, a lentidão não é um grau de aceleração ou desaceleração do movimento, do rápido ao devagar, é sim outro tipo de movimento: “Lento e rápido não são graus quantitativos do movimento, mas dois tipos de movimento qualificados, seja qual for a velocidade do primeiro, e o atraso do segundo”⁶⁵. Tratava-se de imprimir no ser uma outra qualidade de movimento.

Todavia em um mundo regido pela celeridade, as condições impostas às mulheres que escolhem a maternidade não são fáceis. A experiência da maternagem, tal qual escolhi para mim, se apresentou como extremamente “anti-empREENDEDORA”, anti produtivista num mundo onde a chave da sociabilidade é a transformação das vivências em capital.

A existência na sociedade contemporânea é caracterizada por um processo contínuo de aceleração e busca dessa subjetividade empreendedora. As inovações tecnológicas, as informações que proliferam por todo o mundo e os saberes que gerem a vida são rapidamente descartados em prol de descobertas mais atuais. Assim, tão rápido quanto chega, este turbilhão de novidades se torna obsoleto. O indivíduo dito empreendedor de si, perplexo, se vê mergulhado numa incessante busca pelo novo.

Na sociedade regida pelo empreendedorismo de si, não basta ser mãe, a expectativa é a da concepção de uma mãe empreendedora: ser multifacetado que concilia os cuidados com os filhos, trabalho, estudo e cuidados estéticos (afinal, exige-se que a mulher mostre-se linda e saudável, a imagem de uma mãe descabelada, com olheiras, com o peso acima ou abaixo do padrão coloca em xeque a ideia da maternagem ideal, romantizada).

Entretanto, cuidar de um bebê dá um trabalho imenso, e isso não acrescenta nada em currículos *lattes*; o tempo gasto com colo, mimos, sorrisos e trocas de fraldas não incrementa salários, muito menos ajuda a ser promovido no trabalho... Algumas mulheres não terão escolha, terão que retornar ao trabalho o mais rápido possível para poderem sobreviver, tantas outras escolherão voltar brevemente ao labor, o certo é que independente da alternativa, as dificuldades estarão presentes.

⁶⁵ Deleuze; Guattari, 1996, p. 52.

Às privilegiadas que têm a possibilidade de escolher passar mais tempo junto aos filhos, pesarão as premissas de “investimento” no filho e a culpa por não estarem “investindo” em suas carreiras profissionais. A escolha por se afastar da carreira profissional e se dedicar aos filhos é vista como um risco, afinal, a “ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado”⁶⁶.

Gerar um filho e gestar uma carreira profissional bem sucedida estaria, então, no rol deste ser dinâmico e versátil. E qualquer desvio a este empreendimento de si já incita a retórica: “quando vai retomar sua vida?”. Ora, mas cuidar do meu bebê não é vida? É uma vida menor, pior? Nestes termos, um empreendimento arriscado, talvez, já que “o *homo oeconomicus* é um empresário [...] empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda”⁶⁷.

Como é sabido, no neoliberalismo, decisões sobre as mais variadas dimensões da vida passam pelos cálculos econômicos e suas repercussões no desempenho dos indivíduos na gestão empresarial da vida. A conjectura do capital humano toma os indivíduos como empresários de si mesmos, sendo assim, as decisões sobre a vida, como ter ou não filho, quanto tempo dedicar a esta criança, são avaliadas a partir de seu impacto na gestão empresarial de si.

O mercado geral de valores produzido pelo capital tomará, portanto, as coisas de dentro e de fora, ao mesmo tempo. Esta traduzibilidade geral dos modos locais de semiotização de poder não depende unicamente dos dispositivos centrais, mas de "condensadores semióticos" adjacentes ao poder de Estado, ou que lhe estão diretamente enfeudados, e dos quais uma das principais funções consiste em fazer com que cada indivíduo assuma os mecanismos de controle, de repressão, de modelização da ordem dominante⁶⁸.

Enquanto empreendedores de si, atualizamos na criação dos filhos mais um investimento para o futuro. Os equipamentos capitalísticos organizam-se tal qual uma

⁶⁶ Guattari, 1987, p.202.

⁶⁷ Foucault, 2008, p.311.

⁶⁸ Guattari, 1987, p.202.

rede maquina tentacular que penetra em todos os níveis da vida. Dessa forma, temos uma modulação da força de trabalho onde a produção não concerne apenas aos trabalhadores, a interpenetração desses mecanismos nos afetos faz de desempregados, crianças e idosos também produtores. A educação das crianças é um ótimo exemplo, pois, “desde o seu nascimento, através da família, da televisão, da creche, dos serviços sociais, é "posta para trabalhar" e se engaja num processo complexo de formação, ao termo do qual seus diversos modos de semiotização deverão estar adaptados as funções produtivas e sociais que a esperam”⁶⁹.

O nascimento de meu filho mostrou-me o quanto sou escrava desse discurso/prática da produtividade sem nem mesmo perceber. O hábito de abrir e-mails inúmeras vezes durante o dia, a necessidade de estar conectada ao *WhatsApp* nos inúmeros grupos - sempre há uma emergência, algo que deva ser respondido imediatamente cujo email já não dá conta -, há necessidade de ter o telefone celular sempre à mão (afinal sempre pode haver uma emergência). A esse respeito, Pelbart⁷⁰, afirma que o novo capitalismo se estabelece em rede, e que assim sendo, funciona na base de projetos que enaltecem as conexões, a movência e fluidez. Ao homem, é imposto que esteja o tempo todo conectado aos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que devem ser acessados constantemente.

Muitos de nós se transformaram em “revolucionários” do *facebook* onde todo mal-estar gerado perante as atrocidades são rapidamente digeridas em nossa catarse diária na rede social. Compartilhamos, comentamos, curtimos e, às vezes, nada mais conseguimos fazer, além disso. As mídias sociais são um potente mecanismo de articulação e resistência, porém, frequentemente têm ocupado o lugar de anestésicos, pacificadores de consciência, os quais tomamos em doses cavalares diariamente. Um círculo vicioso: acesso fácil a informações, a ira frente às injustiças e a imobilidade diante da tela. A existência na contemporaneidade é caracterizada por essa estranha equação: a velocidade máxima com que se percorrem as atividades cotidianas equivaleria a uma inércia absoluta, a uma imobilidade total⁷¹.

Uma cronopolítica está em curso cujos desdobramentos ainda são desconhecidos, mas que implica necessariamente no declínio de uma

⁶⁹ Guattari, 1987, p.203.

⁷⁰ Pelbart, 2003, p.21.

⁷¹ idem, 1993.

profundidade de campo nas nossas atividades as mais cotidianas. [...] O paradoxo é que a desmaterialização provocada pela velocidade absoluta equivale a uma inércia absoluta. Estranha equação em que coincidem velocidade máxima e imobilidade total ⁷².

Habitar o espaço urbano exige do homem uma total conectividade com tudo o que acontece no mundo, no entanto, essa conexão ocorre de forma peculiar, ela é imediata e efêmera. Aturdido na busca insaciável de algo que fenece instantaneamente, o homem é fixado numa inércia em que a corrida desenfreada pelo novo impele à anestesia com tudo o que o cerca.

2.2. Servidão maquínica e a resistência do homem lento

Os momentos de pausa, como quando da chegada de um filho, podem possibilitar a percepção de como na atualidade não há mais diferenciação entre jornada de trabalho e descanso. O sobretrabalho não ocorre apenas pelo trabalho, tornou-se penetrado na vida. Ou melhor, não há mais diferença entre sobretrabalho e trabalho, “o tempo humano cada vez mais é substituído por um tempo maquínico” ⁷³. Trabalhamos acoplados as redes sociais, e-mail, etc. Tempo da servidão onde não diferenciamos mais “sujeito e objeto, humano e não humano, natural e artificial. [...] À diferença do tempo e da mais-valia humanos, os tempos e a mais-valia maquínicos têm a propriedade de não serem nem quantificáveis, nem determináveis” ⁷⁴.

Se por um lado, ao vendermos a força de trabalho, disponibilizamos nosso tempo ao estar presente exercendo função em uma empresa; junto a isso, o capital está se apropriando do “direito de poder explorar um agenciamento complexo, [...] as maneiras de perceber e de sentir, todas as semióticas” ⁷⁵. Para além dos maquinismos técnicos o capital se acopla ao “funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos, etc., que se engasta a

⁷² ibidem, p.34.

⁷³ Guattari, 1987, p.195.

⁷⁴ Lazarrato, 2010, p.171.

⁷⁵ ibidem.

maquinaria capitalística [...]. O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro”⁷⁶.

Esse acoplamento se dá através do atrelamento do capital a imanência da vida, assim aos meios habituais de repressão direta, são incrementados dispositivos de controle que demandam a cumplicidade ou mesmo o consentimento passivo dos indivíduos. “Os indivíduos são "equipados" de modos de percepção ou de normalização de desejo, da mesma forma que as fábricas, as escolas, os territórios”⁷⁷.

Nesta perspectiva, no neoliberalismo não há a separação da produção de subjetividade da produção econômica ou política. A subjetividade ocupa uma posição central no funcionamento do capitalismo. No núcleo do projeto político capitalista está a articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade o que culmina na figura do “capital humano” ou “empreendedor de si”. É então a partir de agenciamentos maquínicos como empresa, economia, mídia que se poderá pensar a subjetivação⁷⁸.

De acordo com Lazzarato, o capitalismo exerce um duplo cinismo: “cinismo “humanista” de nos atribuir uma individualidade e papéis pré–estabelecidos”, que no neoliberalismo assume o caráter de “capital humano” ou “empresário de si”; e um “cinismo “desumanizante” de nos incluir em um agenciamento que não distingue mais humano e não humano, sujeito e objeto, as palavras e as coisas”⁷⁹. Tomando como fundamento a obra de Deleuze e Guattari, Lazzarato tece uma discussão em que assevera que no capitalismo contemporâneo, todo processo de produção operaria na intersecção de dois dispositivos de poder heterogêneos e simultâneos: servidão maquínica e a sujeição social. Para Lazzarato, “é no ponto de intersecção entre eles que a produção de subjetividade se dá”⁸⁰.

Deleuze e Guattari distinguirão os conceitos de servidão maquínica e a sujeição social da seguinte forma:

⁷⁶ Guattari, 1987, p.204.

⁷⁷ Guattari, 1987, p.205.

⁷⁸ Lazzarato, 2014, p.27.

⁷⁹ 2010, p.170.

⁸⁰ 2014, p. 18.

Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário, ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido pela máquina⁸¹.

Portanto, a sujeição social seria o processo de equipagem do ser humano com uma subjetividade individual, ela lhe atribuiria uma identidade. É nela que se dá a produção do sujeito individuado, que no neoliberalismo assume o caráter de “capital humano” e “empresário de si”⁸². Na servidão maquínica os viventes individuados são desmontados, despidos de suas singularidades passam a ser concebidos como peças de uma grande engrenagem que os excede, um componente do sistema. A servidão maquínica “ativaria a dimensão molecular, pré-individual, pré-verbal, pré-social do homem”, já a sujeição social “se dirigiria à dimensão molar, individuada, da subjetividade”⁸³.

O servomecanismo maquínico não coincide com a alienação social. Enquanto a alienação engaja pessoas globais, representações subjetivas facilmente manipuláveis, o servomecanismo maquínico agencia elementos infrapessoais, infra-sociais, em razão de uma economia molecular de desejo, muito mais difícil de se “segurar” no seio das relações sociais estratificadas⁸⁴.

Esse funcionamento do capitalismo – que desterritorializa de um lado, para reterritorializar, a sua maneira, de outro - apresenta uma de suas faces mais cruéis e sedutoras. A sedução seria a sujeição que assegura a “reterritorialização e a recomposição dos componentes subjetivos “liberados” pela servidão maquínica sobre o “sujeito” individuado, carregando-o assim de culpabilidade, de medo e de responsabilidade”.

Contudo, podemos mapear nesse mesmo movimento momentos de escape. “A dessubjetivação operada pela servidão maquínica pode ser aproveitada para escaparmos

⁸¹ Deleuze; Guattari, 2012, p.168.

⁸² Lazzarato, 2014, p. 27.

⁸³ idem, 2008, p. 114

⁸⁴ Guattari, 1987, p.

às sujeições capitalistas e das sujeições individuais que nos encerram sempre de novo no eu, na pessoa, na família, etc”⁸⁵. Com astúcia Emma e tantos outros, em seu cotidiano, inventam táticas para sobreviver numa sociedade onde o imperativo é a produção e eficiência a todo custo. Sendo assim, aproveitar o movimento de desterritorialização para criar outro contorno para si é um desafio que se coloca. Como forjar-se para além de uma peça entre outras de uma maquinaria social ou um sujeito individual, um capital humano.

Contrapondo-se ao prosaico elogio à velocidade dos homens aprisionados nas engrenagens perversas dos “tempos rápidos da competitividade”, Milton Santos⁸⁶ subverte a lógica corrente ao proclamar que a força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade.

Santos ressalta que na atualidade, nas grandes cidades, é possível localizarmos áreas opacas e áreas luminosas. Nas áreas opacas, espaços abertos não racionalizados, o tempo tende a ser mais lento já que adaptado às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado. A margem da aceleração própria às áreas marcadas pela modernidade, os espaços opacos trazem a possibilidade de tornarem-se zonas de resistência⁸⁷. Não por acaso, justamente essas áreas configuram-se como espaços privilegiados na sobrevivência de um personagem que resiste às forças verticais e externas. Personificado no homem comum, pobre, do lugar, essa figura é denominada por Santos de “homem lento”.

Aqueles que habitam as áreas luminosas, áreas da velocidade e da vertigem, têm acesso à mobilidade e à tecnologia, assim podem trafegar e esquadrihar a cidade. Acontece que esses corpos marcados pela velocidade, em geral, terminam por experimentar pouco da Cidade. Isso porque aturdidos diante do frenesi perdem o contato com o outro, nos gestos já não encontram surpresa. Dessa forma, os corpos velozes, cada vez mais, perdem a habilidade de sentir o mundo e as pessoas em volta, já que se encontram conformados com a repetição da técnica. “Sua comunhão com as

⁸⁵ Lazzarato, 2010, p. 176.

⁸⁶ 1994

⁸⁷ Santos, 1994, p. 39.

imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perda. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens”⁸⁸.

Ainda sobre este modo de produção de subjetividade na atualidade, Pelbart⁸⁹ aponta para o que denomina de “saturação em todos os sentidos”. Para o filósofo, vivemos em meio a uma mobilização dos sentidos, seja através de estímulos visuais ou de palavras e sons, nossa atenção está o tempo todo capturada.

No cotidiano, contrastam a alta velocidade de transitoriedade de novidades e a imobilidade dos indivíduos. Parece ser justamente essa aceleração do tempo que deixa o indivíduo no mesmo lugar, pois aflitas pela próxima inovação, pelo último celular, pelas informações do dia, as pessoas parecem transformar seu cotidiano numa simples passagem por uma série em que os elementos não têm densidade. As pessoas, as relações, os afetos, passam pelo indivíduo numa celeridade tal que não lhe deixam marcas, mas sim um eterno sentimento de vazio.

Os homens "lentos", os quais são colocados à margem do processo de aceleração do mundo contemporâneo, têm essas imagens como puras miragens. Desprovidos dos aparatos que os tornariam céleres, entram em contato com o espaço e com o tempo o que permite a eles ver e sentir a cidade para além de suas fabulações, tornam-se assim velozes na descoberta da cidade. Para Santos, nosso esforço deve ser o de tentar buscar essa “nova solidariedade fundada nos tempos lentos da metrópole”⁹⁰.

O homem lento de Milton Santos ou praticante ordinário de Certeau resistem à pacificação dos sentidos. À sua maneira, Emma e tantos outros inventam formas de habitar a cidade por suas brechas, sempre à terceira margem do Rio. Desafiando a construção do consenso em torno do discurso do empreendedorismo, sua simples presença cotidiana explicita conflitos e provoca dissenso ao apontar para uma cidade viva.

2.3 Território como abrigo ou recurso

⁸⁸ *ibidem*, p. 41.

⁸⁹ 2016.

⁹⁰ Santos, 1994, p.41.

Encontrei Rosa sentada na calçada, olhar bovino e corpo rígido. O riso fácil que estava sempre presente havia cedido lugar ao diagnóstico de depressão. Todos na favela tinham Rosa como exemplo de fortaleza. Trabalhava desde os 9 anos, aos 16 teve o primeiro filho, depois dele vieram mais 2 (2 meninos e uma menina). Mas isso já tinha muito tempo, sua filha agora tinha 26 anos. Os rapazes, ela não tinha mais nenhum. Estavam todos mortos, na guerra entre facções e nos confrontos com a polícia.

Rosa estava há mais de um mês apática, deixou de ir ao trabalho, passava o dia entre o sofá da pequena sala e a calçada em frente de casa. Não queria conversar com ninguém. O que sentia era da ordem do insustentável! O sentimento que lhe tomou o corpo era inominável, não conseguia mais falar sobre... Há mais de um mês, dois policiais invadiram sua casa e, com estranha familiaridade, comeram o bife que ela fritava.

Já se indignara, diversas vezes, com as revistas em sua casa, já quebraram seu guarda roupa, a geladeira era revirada, cama desfeita, as roupas dobradas e passadas jogadas ao chão... Mas invadir sua cozinha e comer o alimento que preparava a arremessara num abismo.

Não sabia lidar com aquilo... sentiu-se sem chão, sempre foi forte e enfrentou as adversidades, mas naquele dia, em meio àquela cena não resistiu. Depois de lhe tirarem tudo, sentiu ruir seu abrigo, parecia que nada mais escapava. Agora seu campo de batalha se resumia a seu corpo.... Único território que ainda resistia às investidas do Estado.

Certa vez, recebemos uma demanda de uma ONG um tanto inusitada. Uma psicóloga nos procurou afirmando que um estudo havia sido feito, há um tempo, e que havia se constatado a incidência de um número muito grande de adolescentes grávidas na favela em que trabalhávamos. Aflita, a psicóloga pedia ajuda para encontrar estas meninas, pois havia recebido um recurso para investir num plano de cuidado a estas gestantes, mas ela não estava localizando o tal público na favela em questão.

Organizou-se uma reunião com moradores e ONGs locais para localizarem-se as supostas adolescentes grávidas. Entretanto, o número de gestantes na faixa etária recortada era ínfimo.

A psicóloga em questão não se conformava, para ela estas adolescentes deviam estar escondidas, envergonhadas da situação em que se encontravam. Indagada sobre a possibilidade de aplicar o recurso em outra área da saúde, pois ali havia mil demandas, aflita respondeu não poder. Isso porque o recurso financeiro veio atrelado ao tal estudo que identificava a necessidade de cuidado de adolescentes grávidas na localidade.

Ao ser questionada sobre o estudo, a desesperada profissional trazia de forma loquaz dados e mais dados, números e teorias que apontavam a existência de adolescentes grávidas na região. Como afirmara Milton Santos, “O elenco das condições de realização das verticalidades mostra que, para sua efetivação, ter um sentido é desnecessário, enquanto a grande força motora seria aquele instinto animal das empresas [...] multiplicado e potencializado a partir da globalização”⁹¹.

⁹¹ Santos, 2000, p. 53.

Aquela mulher, visivelmente não sabia nada sobre aquela localidade e não se constrangia com isso. Ela tornou-se piada entre os moradores com suas teorias e formulações sobre a grande quantidade de grávidas que não existiam.

Para Milton Santos⁹² território é “o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence”. Joel Rufino, em sua leitura do geógrafo baiano, assevera que “no lugar é que se dão o poder, o desejo, o afeto, a informação – a cultura, em suma. No lugar, portanto, eu diria, nascem os processos culturais autônomos, com relação ao mercado e ao Estado”⁹³. O território é, portanto, a “[...] base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida”⁹⁴. Foi esse chão que nossa personagem Rosa sentiu ruir sob seus pés. A militarização foi minando tudo que lhe pertencia, a polícia foi ocupando todos os espaços e, por fim, para resistir, decidiu se fechar sob seu último reduto: seu corpo.

Sob a perspectiva de Santos, o território é atravessado de maneira concomitante por verticalidades e horizontalidades. Dessa forma, pode ser tomado tanto como abrigo, quanto por recurso a depender das relações que lhe atravessam. Nas verticalidades, há o interesse em adaptar os comportamentos locais a interesses globais que estão sempre em vias de se modificar. “Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”⁹⁵. O empreendedorismo capital que transforma os espaços, pessoas e suas relações em simples fonte de recurso é facilmente vislumbrado no posicionamento da psicóloga empreendedora que toma a favela como uma localidade inerte e passível de exercer a força do mercado.

Embora as verticalidades persistam, estratégias e táticas são inventadas nas mais diversas circunstâncias em enfrentamento às hegemonias. São de distintos lugares que partem as resistências. Isso porque ao mesmo tempo em que o território é cortado por verticalidades, ele também é tomado por horizontalidades. Se nas verticalidades impera

⁹² Santos, 2000, p.47.

⁹³ Santos, 2004, p.131.

⁹⁴ Santos, 2000, p.96.

⁹⁵ ibidem, p. 52.

o tempo regido por um relógio único e inexorável, nas horizontalidades temos várias temporalidades ao mesmo tempo, os relógios são os mais diversos e funcionam de formas particularizadas.

É nas horizontalidades que se dá o “espaço banal”, “o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências”⁹⁶. Espaço este onde há uma produção local de uma integração solidária, “obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica”⁹⁷. Resistindo às forças hegemônicas que incidem no território, a diversidade trabalha a favor da sobrevivência do conjunto. Longe de acordos explícitos, a própria existência depende da criação de soluções diárias constituídas através de saberes moleculares que rompem com as verticalidades. Nesta perspectiva, o território “comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso [...] constitui um abrigo”⁹⁸.

Fora do espaço em que se vive, somos facilmente homogeneizados e representados a partir de estereótipos. O território é determinante, ele não é apenas um mapa de vida, um quadro inerte, é sim um espaço vivido, “isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo”⁹⁹. Em determinado momento Grande era tido por mim como um algoz, contudo, na fluidez do território, como espaço vivido, pude experimentar ser solidária a ele.

Nas periferias e favelas, não raro, os gestos são moldados na tentativa de adequar o sujeito a um meio alheio ao seu, para sobreviver aprende-se desde cedo a cultivar a discrição para passar despercebido. Mas a existência não cabe no contorno de carne e pele, o corpo é matéria expressiva do território em que se habita. A própria expressão é uma marca territorializante, uma assinatura. Nesta perspectiva, os corpos não carregam em si uma identidade ou essência, mas trazem a marca expressiva de um

⁹⁶ *ibidem*, p.53.

⁹⁷ *ibidem*, p.54.

⁹⁸ *ibidem*, p. 54.

⁹⁹ *ibidem*, p.56.

território. O corpo desdobra-se em território e vice versa, ambos se constituem em seus encontros em sua história.

O território é mais que um simples atributo da identidade. Deleuze e Guattari entendem território tanto como um espaço vivido, não necessariamente o espaço geográfico, quanto um sistema em que um indivíduo se sente “em casa”. Assim, o território é considerado como uma espécie de apropriação, num sentido bem amplo, os seres vivos se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes. "O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”¹⁰⁰.

A conduta, o comportamento, não preexiste ao território e nem o contrário, logo, a assinatura expressiva não pode ser explicada pelas condutas, mas encarna nelas. “As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território”¹⁰¹. O território, as funções e condutas nele exercidas já pressupõem um ato territorializante, uma expressão anterior. Logo, a expressão territorializante que pode se atualizar nos gestos e condutas, não se resume a uma identidade. “Essas qualidades são assinaturas, mas a assinatura, o nome próprio, não é a marca constituída de um sujeito, é a marca constituinte de um domínio, de uma morada. A assinatura não é a indicação de uma pessoa, é a formação aleatória de um domínio”¹⁰².

¹⁰⁰ Guattari e Rolnik, 1993, p.323.

¹⁰¹ Deleuze e Guattari, 2012, p.128.

¹⁰² *ibidem*, p.130.

CAPÍTULO III

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E OBJETIFICAÇÃO DA VIDA

Naquela manhã de domingo, a comunidade em que João vivia fora cercada pela polícia: as ditas “forças de pacificação” invadiriam a qualquer momento. Transmitida pela mídia como espetáculo, a ação chega aos televisores de todo país, em “tempo real”. No enquadre principal, o contraste entre o silêncio atônito dos habitantes e o trovejar dos helicópteros de combate e blindados da Marinha. A monocromia das fardas e insígnias ditava o tom da representação pública destinada a impressionar. Na coxía, João, mercador de substâncias ilícitas, teve medo. Ganharia ele as manchetes de jornal sendo mais um a morrer ali? Negro, “favelado”, trazia no corpo marcas que o identificavam às vidas tomadas, por muitos, como “descartáveis”...

Uma vez que a tensão majorava, sua mãe e alguns religiosos tentavam convencê-lo a entregar-se à polícia e, assim, quem sabe, evitar “o pior”. Após poucos instantes de ponderação, a decisão, de súbito, emerge: “Já que vou me entregar, vou com minha melhor roupa”. João veste-se, logo, com uma camisa de preço elevado, estampada com uma grife de renome, marca que diferenciava aqueles que podem ostentar seu status.

Ao entrar em cena, descendo a ladeira junto à sua mãe, os flashes o cobrem de luz. Para o grande público, algo parecia fora de lugar: a imagem do famigerado “traficante”, trajando o emblema que particularizaria certo estrato social, invadiu as “redes sociais”. A princípio temeroso, o responsável pela grife preocupa-se com a associação entre seu produto e o personagem *sui generis* que o portava. Contudo, fato curioso, o site da grife tivera, nesta ocasião, mais acessos do que quando uma celebridade internacional usara uma camisa semelhante. Este fato, por certo, não passara despercebido por um “empreendedor social”, responsável por uma das muitas ONGs que apregoam trabalhar com a “ressocialização de traficantes”: aquele rapaz tornara-se “produto rentável”.

Atentos a esse movimento, empresário e empreendedor resolvem ser essa uma excelente ocasião para que a grife de roupas de luxo financiasse um projeto na tal “Empresa social”. O rapaz, outrora preso, agora em liberdade, tornara-se funcionário da “empresa social” e “garoto propaganda” da afamada marca. As pessoas que num certo domingo vibraram ao ver na televisão o hasteamento da bandeira do Brasil no cume daquele morro, atualmente, impassíveis, aliviam sua consciência ao comprar uma camisa de grife com a estampa do ex-traficante, hoje “regenerado”.

Diariamente, na cidade do Rio de Janeiro, assiste-se ao espetáculo midiático que encarna na figura do traficante de drogas ilícitas o “oponente” a ser derrotado na suposta “guerra” travada entre aqueles que buscam a “paz” e os “disseminadores do caos”. Destituídos da singularidade de suas histórias, estes homens são apresentados como produtos “óbvios” da mazela social que se alastraria pelas favelas cariocas. Nos telejornais diários e nos discursos que se propagam em diversos espaços da cidade, a narrativa que versa sobre as existências daqueles que comercializam entorpecentes parece unívoca: tudo que viveram um dia – fazem-nos crer –, leva estes sujeitos para o “mundo do crime”. Ontologização desvelada pela crítica de Foucault¹⁰³, essa lógica reitera o quanto “o indivíduo já se parecia com seu crime antes de tê-lo cometido”. Verdadeira obturação do acaso e do descontínuo espera-se destes “corpos corrompidos pela miséria” o momento em que o desvio se atualizará na cena social, como anomalia sempre aguardada e prevista.

Como efeito imediato, instala-se na sociedade, em geral, sentimento de insegurança e medo, seguidos por um clamor exacerbado por uma “justiça” que, não raro, coincide com imperativos de uma legislação penal mais rígida. Estabelece-se, logo, um contínuo entre a “paz e a ordem” a serem conquistadas e a punição dos supostos desordeiros (população pobre e ‘favelada’ da cidade); eis que se instaura, enfim, o ciclo historicamente construído em torno da criminalização da pobreza em seus “usos” e contornos políticos. Nesse processo, a princípio, pelo menos dois caminhos são destinados a estes sujeitos: são combatidos por forças do Estado – presos ou mortos-, ou servem de pretexto para implantação de serviços e instituições que pretendem “resgatá-los” – sob o viés assistencialista –, do mundo do crime. A princípio díspares, estes encaminhamentos, quando analisados dentro “da lógica capitalista”, mostram-se perversamente complementares¹⁰⁴ e coerentes.

Fato corriqueiro em comunidades, as incursões das “forças policiais” estabelecem, ali, verdadeiros campos de concentração em que paradoxalmente normas

¹⁰³ 2001, p.24.

¹⁰⁴ Quando priorizamos o fato de haver a construção dessas duas vias para o problema do ingresso de jovens no tráfico, não estamos negando que muitas outras são inventadas, inclusive pelos próprios sujeitos inseridos neste contexto. No entanto, aqui priorizaremos o estudo destas linhas de aprisionamento que tem se pulverizado no meio social.

jurídicas são suspensas em nome da própria ordem, vale dizer, há a supressão de direitos fundamentais concomitantes à prática de “julgamentos” autoritários nos quais suspeitos de envolvimento com o comércio de entorpecentes são torturados e mortos para se “fazer cumprir a lei”. Quanto aos “suspeitos”, tal termo refere-se à quase totalidade dos que vivem nessas áreas; o discurso que vincula a pobreza à criminalidade gera efeitos pseudo-legitimadores da suspensão de direitos destes sujeitos. Assim, aqueles que habitam aquela localidade estariam, a princípio, sujeitos aos caprichos das forças repressoras que ali ingressam.

Georgio Agamben¹⁰⁵ analisa como em nosso tempo o campo de concentração tornou-se um paradigma de governo. Este modelo de governar, que age através de mecanismos de exceção, estabeleceria uma ordem jurídica em que dispositivos autoritários coexistem com a democracia, ou melhor, práticas autoritárias estão presentes no Estado Democrático de Direito. Desta forma, Agamben resgata a figura do *homo sacer* – figura do direito romano arcaico- para explicar como certa parcela da vida humana é incluída no ordenamento somente sob a forma de sua exclusão.

Destarte, a vida biológica torna-se elemento indispensável da cena política; para “defender” a sociedade do “inimigo” – “traficante de drogas” – os mecanismos de segurança acionados por esta biopolítica coincidem inexoravelmente com a limitação das chamadas garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito, o que permite que seus “cidadãos” sejam mortos, já que deliberadamente optariam por transgredir a lei ao comercializar substâncias ilícitas. A criminalização do comércio de determinadas drogas possibilita a transição de “sujeitos de direitos” para “vidas matáveis”, já que a linha que separa um do outro é tênue e, quando se trata de certa parcela da população, ela é facilmente transponível. É então essa transposição de lugares que autoriza o Estado fazer-se detentor de um poder de soberania, que tem o poder de decidir sobre a vida e a morte de seus pátrios, que faz com que ele justifique e busque o monopólio das práticas de violência.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política

¹⁰⁵ 2004.

contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nesta perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo¹⁰⁶.

Tais constatações nos fazem evocar as palavras de Foucault ¹⁰⁷ que ao caracterizar o fascismo e o stalinismo como formas patológicas do poder, provoca-nos afirmando que, apesar de singulares na história, esses estilos de poder não são originais. Eles se valeram de certos mecanismos presentes na maior parte das sociedades, a bem dizer, usaram a lógica de funcionamento de nossa própria racionalidade política. Tal racionalidade conferiria, então, legitimidade desde alguns dos grandes genocídios históricos até muitas das mortificações cotidianas que se fazem presentes em cada instante de nossa atualidade.

Vemos, pois, que os discursos que legitimam tais práticas repressivas não são utilizados apenas pelos organismos de Estado. Foucault ¹⁰⁸ nos alerta que o discurso jurídico e os jogos de poder engendrados por este campo de saber não emanam apenas de uma instituição, eles estão pulverizados por toda sociedade e se atualizam no dia a dia, nas práticas mais corriqueiras do campo social. Deste modo, as verdades estabelecidas pelos discursos da segurança pública ou do direito penal ecoam por todo campo social produzindo formas de experimentar os acontecimentos cotidianos, ou seja, produzindo subjetividades.

Se, por um lado, temos forças de mortificação explícitas – direito de vida e de morte, por outro temos os discursos que, em nome do resgate e prevenção da criminalidade, se propagam na sociedade. Para iniciarmos nossa discussão, nos servimos da crítica de Batista (2010) quando, ao analisar o processo de criminalização da juventude pobre, aponta para os perigos dos discursos de “ressocialização”, “reintegração”, “recuperação” e “reeducação”. Para a autora, estes têm como desígnio a prática da contenção social e que por isso devemos dar “adeus às ilusões re”. A seletividade deste controle se apresenta quando “o menino pobre aparece como

¹⁰⁶ Agamben, 2004, p.13.

¹⁰⁷ 1995, p.233.

¹⁰⁸ (2011)

representação ‘daquele que naturalmente cairá no crime’, se não for contido pela polícia ou pelo voluntariado, ou pelos dois, na simbiose da prevenção/repressão”¹⁰⁹.

3.1 Repressão e empreendedorismo duas faces de uma mesma moeda?

Alguns discursos propagados no meio social – sobretudo pela mídia – veiculam que, se realmente assim desejarem, tais sujeitos “transgressores das leis” podem deixar a “vida criminosa”, mediante o “investimento em si” e o aumento do “capital humano”. Enquanto traficantes de drogas favelados, estes homens são socialmente encarados como apenas ‘mais um’; entretanto, se os compararmos a um homem branco de classe média veremos que os discursos destoam, pois o dito bem nascido é apresentado como um filho desejado e bem investido: sempre estudou em escolas caras, tem uma boa profissão, seus pais dedicaram muito tempo à sua educação, etc. Às margens desse ideal, o jovem negro e favelado é percebido pela sociedade como se seu nascimento fosse um “acidente” e cuja vida é marcada pela violência a qual supostamente já se habituou.

Passetti (2011a) nota que, nas sociedades marcadas pelo neoliberalismo, o investimento estatal no campo do bem estar social, frequentemente, passa pela criação de condições que possibilitariam a cada um educar-se para formar-se como “capital humano”. “Trata-se de uma educação para cada um, como trabalhador em busca de um emprego, que invista em si como o empreendedor de si, um ator participativo, um cidadão monitor, um consumidor com discernimento do melhor do mundo utilitarista (...)”¹¹⁰. E este papel do Estado, não está restrito aos governos ditos de direita, mas também encontram sustentação nas políticas sociais de esquerda.

Mais do que obter segurança e seguros fornecidos pelo Estado, o trabalhador como capital humano deve: conseguir tudo por si mesmo, atuar em parceria com os seus, equipar-se eletronicamente, voltar-se para compor uma família estruturada de curta, média ou longa duração, ter convicção religiosa, crer na educação pelo castigo, na punição mínima ou máxima das infrações, enfim, combinar a necessidade do diploma escolar com as certificações variadas que o

¹⁰⁹ Batista, 2010, p.198.

¹¹⁰ Passetti, 2011a, p.49.

prepararão para sua ampliada educação, certificada dentro das empresas (...) ¹¹¹.

Foucault ¹¹² mostra como no neoliberalismo americano determinados valores econômicos migraram deste campo para outros domínios da vida social. Há, com isso, a tentativa de cifrar em termos econômicos os mais diversos comportamentos sociais anteriormente entendidos como não pertencentes a este campo. Tal disseminação ganha um forte poder normativo e passa a instituir processos e políticas de subjetivação que vêm transformando os ditos sujeitos de direitos em “empreendedores”. Daí a concepção de “capital humano” em que, estudo, alimentação, trabalho, afeto, cuidado são pensados como investimentos que agregam valor ao humano. Inerente a esse pensamento, como um de seus efeitos, está à ideia de que, como alguns investem em si mais que outros, há pessoas cuja vida “valeria mais”.

A partir disso, percebe-se como a política de Estado é construída e atualizada no mesmo plano em que se dá a subjetivação; o que seria a biopolítica senão o acoplamento do capital no mesmo plano de imanência da vida? Não por acaso, há ampla comoção quando, tristemente, de forma violenta, morre um jovem da classe média; nos discursos de lamento é recorrente que se aluda ao futuro brilhante que tal sujeito teria: “estudioso”, “filho amado” e “investido pelos pais”. Por outro lado, os jovens pobres, os quais diariamente são violentamente mortos, apesar de chorados pelos seus entes queridos, não comovem a sociedade - apressadamente são identificados como bandidos-, apenas aparecem como “letra fria”, meras estatísticas que se acrescentam aos números de mortos. Essa indiferença perante aquele que deixou de ser, ou talvez nunca tenha sido tomado como semelhante, não consiste em simples apatia, mais que isso, é a ilustração de como a política de Estado não está separada da micropolítica atualizada em nossas práticas cotidianas, a demonstração de que somos governados também a partir daquilo que sentimos e de como agimos.

Contudo, tão crítico como nossa ativa impassibilidade diante do massacre da população negra e pobre é reduzirmos o outro a mera “vítima digna de piedade”. No jogo do controle social, todos têm um papel a representar e o perigo é nos limitarmos às

¹¹¹ ibidem, p.50.

¹¹² 2008b, p.334.

marcações cênicas dessa máquina, como nos alertara Hara (2007). As estratégias de marketing quando se incumbem da tarefa de explorar as mais diversas misérias que envolvem a juventude, por vezes, produzem o arriscado sentimento de piedade. “A piedade é uma peça fundamental para transformação do homem no melhor animal doméstico do homem”¹¹³. Para o autor, a piedade instigada pela mídia reitera, a todo custo, a acomodação ao papel de “vítima impotente”, aquele que sofre: desta forma a culpa se desloca dos favelados propagadores do caos para aqueles que infligem a dor e a miséria à população pobre.

Nota-se, então, que o discurso da culpabilização, por vezes, muda seu destino: preponderantemente direcionado à população pobre que não sabe “investir em si”, “tem filhos demais” e “propagam a pobreza e a violência”, em alguns momentos a culpa é deslocada para o público abastado que vê no pobre inválido a figura da vítima impotente diante do sistema. Baseados nesta presumida impotência alguns se veem imbuídos da missão de “falar em nome das vítimas do sistema”: estudiosos e especialistas do campo social, amparados pelo ideal reformista, tomam como sua luta a reparação das instituições e a inclusão de todos que julgam viver à margem da sociedade.

A fim de facilitar o processo de domesticação do homem, anulamos exatamente aquilo que é singular em cada um de nós. Ao invés de estimular permanentemente, criar as condições favoráveis para patejar o que há de singular em cada um de nós, optamos pela uniformidade, pela indiferenciação, pelo conforto de ser igual, o que torna tudo mais fácil para o processo de educação dos sentidos, e talvez torne, de fato, a própria existência do homem menos dolorosa. Só que isso tem um preço que todos conhecemos: a esterilização do futuro, a desertificação do futuro¹¹⁴.

Assim, os dois discursos, seja o que atribui ao pobre a condição de irresponsável o qual, hipoteticamente, não soube aproveitar as oportunidades para ascender socialmente; ou o que afirma ser o favelado uma vítima do sistema, que carece de supostas ações assistencialistas para agregar valor capital à sua existência, marcam um lugar de “vulnerabilidade” dessas pessoas. Estas necessitariam ter suas condutas

¹¹³ Hara, 2007, p. 256.

¹¹⁴ Hara, 2007, p.267.

governadas, já que são apresentadas, ao mesmo tempo, como indivíduos em perigo e possivelmente ameaçadores, perigosos.

3.2. Vulnerabilidade e risco na governamentalidade neoliberal

O conceito de vulnerabilidade tem uma longa história¹¹⁵ e algumas modulações nesse percurso. Surgiu como um conceito médico-biológico com proveniência no modelo médico da peste. Desde esse momento, já é notável seu uso ligado à ideia de contenção do risco – neste caso, risco de contágio. Na atualidade, o conceito de vulnerabilidade, ganhou um lugar de destaque ao ser vinculado a programas e políticas de segurança. Neste âmbito, passou a sustentar o gerenciamento de populações pobres, alvo da seletividade penal e das ditas ações de prevenção à criminalidade. Sua operacionalização, neste contexto, decorre de resultados de pesquisas direcionadas ao combate à pobreza, realizadas na década de 1990. Nestas pesquisas são analisados, por exemplo, a qualidade de vida, a educação voltada à responsabilidade social, o cálculo do índice de pessoas destacadamente expostas a sofrer ou cometer determinados crimes, etc.¹¹⁶.

Nas palavras de Augusto¹¹⁷, o conceito de vulnerabilidade, nos dias de hoje, é usado nos planos de segurança pública como forma de indicar pessoas e lugares passíveis de sofrer ou praticar violência, assim como, para legitimar a intervenção de planos e projetos assistenciais voltados para a prevenção. Sendo seu referencial teórico extraído da epidemiologia, os efeitos da aplicação do conceito de vulnerabilidade social denota a continuidade das históricas ações de prevenção e possibilita a articulação dos equipamentos sociais como a polícia, assistência social, comunidade, governos, ONGs e instituições penais. Dessa forma, as políticas de contenção social, sob a maquiagem do

¹¹⁵ “Na sociedade disciplinar, assim como a lei se transmutou em norma, a vulnerabilidade tornou-se estatuto correlato na construção do conceito de periculosidade, designando um dos aportes da prevenção geral que passou a ser articulada por dispositivos de normalização, contemporânea ao surgimento da prisão moderna. Assumiu correspondências imediatas à emergência da medicina social e intervenções reguladoras sobre populações, coincidindo com o aparecimento da estatística como um saber de Estado. Seus desdobramentos histórico-políticos respondem a uma gestão de poder específica – concomitante ao desenvolvimento do liberalismo –, compreendida como biopolítica: governo sobre a vida. A normalização é um dos efeitos de um poder que passa a investir sobre a vida, associada, não mais à figura do infrator e defesa do soberano, mas à defesa da sociedade parametrada pelos conceitos de periculosidade e criminoso” (Nu-Sol, Verbetes, 2013).

¹¹⁶ Nu-Sol, Verbetes, 2013.

¹¹⁷ 2013, p. 74.

enfrentamento à criminalidade e proteção social, pulverizam-se nos vários espaços sociais.

De acordo com Silva Junior, a ideia de vulnerabilidade vem sendo associada à carência de ativos sociais e a capacidade dos sujeitos de mobilizá-los. Em nossos dias, ela “apresenta-se como perigo potencial, situação alarmante, associada a comportamentos e fatores sociais que ameaçam a consolidação da segurança, da democracia que pretende abarcar a totalidade da vida e espera a adesão do cidadão às Políticas de Estado, a uma ética fundada na lei, à participação”¹¹⁸. Seu uso atualiza os estigmas, operacionaliza a seletividade do sistema penal, além de, em nome da prevenção, contribuir para que periferias e favelas sofram com controle a céu aberto através do policiamento da vida.

Este uso do conceito de vulnerabilidade social como ferramenta para compreender a situação dos jovens pobres e a sua suposta relação com a violência é amplamente utilizado, por exemplo, por pesquisadores da UNESCO e do BID¹¹⁹. Para estes estudiosos¹²⁰ as desvantagens e debilidades no desempenho social dos jovens pobres é resultado de sua vulnerabilidade social, o que se traduz como uma situação em que os recursos e habilidades de um grupo ou indivíduo, assim como seu acesso a oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade são entendidos como insuficientes e inadequados.

É neste esteio que muitas pesquisas sustentam que a violência sofrida ou praticada por pessoas pobres possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontram. A precariedade no acesso às oportunidades (saúde, educação, trabalho, lazer e cultura), aliada às condições socioeconômicas, agravaria diretamente os processos de integração social o que, em alguns casos, promoveria a ampliação da criminalidade. Batista¹²¹ aponta para os usos nefastos a que servem estas pesquisas tautológicas (descrição em si da pobreza). Para ela, esses geoprocessamentos da vulnerabilidade, ao associar pobreza a crime, operacionalizam o controle territorial e legitimam os extermínios através das práticas de prevenção e repressão. Em resumo,

¹¹⁸Silva Junior, 2007, p. 179.

¹¹⁹ Por exemplo, no documento intitulado “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafio para as políticas públicas” de 2002.

¹²⁰ Abramovay et al, 2002, p.29.

¹²¹ 2012.

estas pesquisas, ao fornecerem comprovação “científica” à suposta ligação entre pobreza e criminalidade, legitimam a expansão do poder punitivo.

Na construção de sua argumentação, em longo levantamento bibliográfico, Abramovay e demais pesquisadores destacam a importância do fortalecimento do “capital social” no combate à vulnerabilidade social e seu par, a violência. Capital social é, então, definido por eles, como o “conjunto de regras, normas, obrigações, reciprocidades e confiança presentes em relações, estruturas e arranjos institucionais da sociedade que permitem seus membros buscarem seus objetivos individuais e comunitários”¹²². Em vista disso, o capital social não seria um conceito homogêneo, pois a ele se agregam diversos elementos sociais que supostamente promoveriam a ação individual e coletiva. Sua instrumentalização é atestada através da observação da cooperação e confiança entre os membros de uma dada comunidade. São, portanto, indicadores de capital social a participação das pessoas em organizações sociais e sua atitude cívica¹²³.

Por um lado, os pesquisadores atestam que o dito capital social tem efeitos positivos sobre a redução da violência e da vulnerabilidade, pois as comunidades com fortes laços são melhor equipadas para solucionar problemas, o que aumenta as soluções pacíficas dos conflitos. Por outro, é interessante notar que, segundo os estudiosos, a superação das vulnerabilidades sociais pelo capital social só é possível se sua abrangência for atrelada à eficiência das ações do Estado. Ou seja, no que diz respeito, especificamente, à violência, o capital social teria efeitos diametralmente opostos. Isso porque, tanto pode contribuir para o bem-estar social e econômico (quando a funcionalidade do governo é complementada pela existência de fortes relações sociais intergrupais), quanto em determinados contextos, a forte interação social permite que criminosos troquem com mais facilidade informações e conhecimento na prática do crime. “Além do mais, essas interações sociais podem facilitar a influência de marginais sobre outros membros da comunidade, desenvolvendo a propensão ao crime e violência”¹²⁴.

Trata-se de gerenciar os riscos, não para acabar com as ditas causas das vulnerabilidades; o objetivo primeiro é administrar o que pode fugir ao controle e

¹²² Abramovay et al, 2002, p. 63.

¹²³ idem, p. 64.

¹²⁴ idem.

conduzir os vulneráveis e os que os temem. Tomando como alvo o investimento em si, indivíduos ditos vulneráveis passam a desejar o controle estatal e mercadológico. É sob essas coordenadas de análise que Passeti tece incisiva crítica. Para o autor, nestes estudos, sob a condição de vulnerável, o pobre “passa a ser alvo do investimento em inclusão por meio da instalação de equipamentos sociais, educação eletrônica e estímulo à participação, na melhoria de condições de existências na própria comunidade”¹²⁵. Neste sentido, o vulnerável é aquele que necessita de investimento e investigação do Estado e seus tentáculos (ONGs, projetos sociais) para que ele não se torne futura ameaça à ordem e que não venha a se tornar o criminoso ou a potencial vítima.

O controle não se faz apenas com a vigilância dos indivíduos isoladamente, através de técnicas disciplinares. As políticas preventivas se dirigem, também, às populações, no que diz respeito aos fatores de risco. Na sociedade pautada pelo neoliberalismo, onde cada um é responsável por investir em si, as vulnerabilidades escapam as cisões binárias (normal-anormal) e traduzem-se em perfis populacionais ou grupos de risco. Silva Junior (2007), por exemplo, destaca que as “vulnerabilidades são invisíveis, são traços de cálculos, traços comparativos, deduções estatísticas, índices, fontes de tutelas informáticas, que se colocam entre as pessoas e suas chances de viver tranquilamente, exigente de grande dose de prevenção”. Nas palavras de Castel¹²⁶, a prevenção na modernidade fundamenta-se no rastreamento de risco, “trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa do que de antecipar todas as figuras possíveis da irrupção do perigo. E, o que marca assim em foco o lugar do perigo é uma distância avaliável em relação às normas médias”.

É sob esses contornos, que, nos dias de hoje, o conceito de vulnerabilidade vem se apresentando como uma atualização da periculosidade¹²⁷. Na sociedade marcada pelo biopoder, houve um deslocamento da noção de perigo para a de risco. O risco se relaciona à possibilidade (probabilidade) de surgimento de comportamentos indesejáveis, a depender da relação da pessoa ou do grupo de indivíduos em meio a uma série de fatores. A partir da antecipação dos riscos e da interferência nas situações que a determinam, as políticas e práticas pautadas pelo conceito de vulnerabilidade pretendem neutralizar as condições de perigo. “Enquanto o perigo remete ao imponderável, ao

¹²⁵ Passeti, 2007, p.29.

¹²⁶ 1987, p. 126.

¹²⁷ O conceito de periculosidade decorre de uma articulação entre o saber do direito e da psiquiatria, no século 19, como um instrumento de catalogação da prevenção geral.

acaso, sobre o qual não há como aplicar um cálculo de probabilidade, o risco se coloca dentro de uma ordem contida na ação humana deliberada, apontando para a probabilidade do seu acontecimento” [...] ¹²⁸.

Uma vez que o conceito de risco possibilita a objetivação daquilo reconhecido como perigo, há, através de estudos e pesquisas, a possibilidade de construção de um mapeamento da vulnerabilidade. Dessa forma, por meio de banco de dados, sistemas de informações, cálculos estatísticos, gráficos e relatórios delinea o que conhecemos como criminalização da pobreza. Assim, pelas mãos de intelectuais e estudiosos, é criado o álibi que justifica a gestão cotidiana, das localidades pobres, através da assistência de ONGs e projetos sociais assim como da repressão policial. Hillesheim e Cruz, ¹²⁹ ao indagar os mecanismos pelos quais a infância pobre vem se constituindo como alvo maciço dos saberes/poderes modernos, percebem que há em funcionamento a seguinte equação: infância + pobreza = risco = perigo. Ou seja, tomada como problema, essa população necessitaria sofrer intervenções para transformar o perigo que representam em risco. Agindo sobre o risco através do cálculo da probabilidade de surgimento de comportamentos malquistos, se escaparia da impotência atrelada ao perigo – da ordem do imponderável e aleatório.

A gestão dos riscos e vulnerabilidades, objeto de política de governo pautada na segurança, ostenta o lugar comum de intervenções que abrangem o território de encontro entre o corpo individual e a população como um todo. A noção de vulnerabilidade torna possível e desejável a intervenção. A sociedade clama por ações de enfrentamento à vulnerabilidade, pois acredita que atacando os riscos, diminui-se o perigo. “[...] quanto maior for a presença de fatores de risco, maior a vulnerabilidade desta população e, portanto, maior a possibilidade da ocorrência de algum dano, fazendo-se necessária a intervenção sobre o perigo, deslocando-o de uma ordem do imponderável e tornando-o passível de previsão e controle” ¹³⁰.

Eis que, acopladas à ideia de vulnerabilidade, as ações sociais pautam-se no duplo assistencialismo-empresendedorismo e, dessa forma, defendem a busca de potenciais capitais humanos entre os desvalidos. Dito de outro modo, tais ações teriam por pretensão disponibilizar novas oportunidades para a ascensão social da população

¹²⁸ Hillesheim; Cruz, 2008, p.195.

¹²⁹ 2008, 196.

¹³⁰ Hillesheim; Cruz, 2008, p.196.

vulnerável. É, então, baseada nesta pretensão que na atualidade certas instituições, sobretudo ONGs e instituições religiosas, ganharam espaço na mídia como “única alternativa” à criminalidade para jovens favelados. Estas instituições dizem “recuperar” traficantes de drogas de sua “índole criminoso” e também prevenir jovens de entrarem no “mundo do crime”.

Com isso, contratam “ex grandes chefes de comunidade”, notórios perante a mídia e os transformam em produtos exóticos a serem comercializados, vale dizer, a imagem do “ex traficante recuperado” é transmutada em produto rentável. Quando a justificativa é prevenir a entrada dos jovens pobres no mundo do crime, tais instituições se colocam como única alternativa. Assim, algumas destas ONGs também oferecem desde cursos para trabalhos com pouco prestígio social (pedreiro, garçom, padeiro) até oficinas ditas culturais, em que jovens e crianças aprendem a tocar algum instrumento musical, dança, teatro, que resgatariam a cultura local e a autoestima do jovem. Evidentemente, ter como alternativa alguma destas oficinas pode ser melhor que não ter alternativa; entretanto, o preço que estes jovens pagam é alto. Geralmente não reconhecidos por sua arte, mas pela história de miséria individual, suas histórias se tornam produtos destas ONGs, às quais a população sente-se aliviada por aplaudir, consumindo o drama dos injustiçados.

3.3. Os cidadãos de bem e a transformação do criminoso em cifras

“Nascido e crescido” na favela, Leo evocava o estereótipo da mercantilização da imagem do ‘favelado’: filho de um “traficante regenerado” que trabalhava para uma ONG, passara a frequentar a “oficina de instrumentos de cordas”. Leo não tinha muito jeito com o contrabaixo, mas seu pai achava tão bonito que insistia para que o menino continuasse a aula. Em determinado momento, a oficina de música deixa de ser apenas um número para a ONG - o empreendedor social vê potencial naquele “produto”. Quando os jovens passam a tocar em eventos, Leo se sobressai, não como

artista, mas pela sua imagem. Mais negro e mais magro (devido a problemas de saúde) que os outros, o esguio menino se tornava a imagem perfeita da ONG: em comerciais, fotos na imprensa, apresentações junto à autoridades públicas municipais e estaduais, sua imagem sobressaía.

Ainda que seu semblante ajudasse a ONG a angariar investimentos - inclusive estatais -, ele e seus colegas recebiam apenas uma bolsa, no módico valor de um quinto do salário mínimo... No trágico desenrolar dos fatos, os problemas de saúde de Leo acentuam-se; muito doente - e contando somente com a já conhecida precarização da saúde dita pública -, os médicos não descobrem sua mazela a tempo de um efetivo tratamento: com dez anos, ele veio a falecer.

Inconsolado, o pai concede várias entrevistas. No enterro, autoridades estaduais prestam condolências à família - naquele momento tão difícil, a nós, era incompreensível a presença do secretário de segurança do estado. Todavia, ainda naqueles dias, a resposta veio sem tardar: a ONG mais uma vez foi notícia, seu site batia recordes de acessos, a visibilidade foi imensa. Nunca a imagem de Leo tivera tanto valor capital... Em meio ao demasiado assédio à sua família, certa resistência a esse processo emerge quando o pai do menino se dá conta da comercialização da imagem do seu querido filho, rompendo, de forma dramática, suas relações com a ONG em questão.

** ***

Observa-se, assim, junto ao processo de criminalização dessas massas, que há também a comercialização daquilo que é ontologizado sob a forma da figura do

“traficante de drogas”, ou da imagem daquele que virá a ser um criminoso perigoso se não sofrer intervenção das políticas assistencialistas ou da filantropia. Como visto na história de João, personagem que inicia nosso texto, é sob o véu do politicamente correto que o rapaz tem sua imagem transmutada de bandido perigoso em objeto de consumo inofensivo.

Na tentativa de deslindar um pouco mais a comercialização da pobreza como espetáculo midiático, recorremos a Bucci ¹³¹, que analisa como em nosso tempo o ato de consumir se converteu, inadvertidamente, em um consumo de preconceitos. Mais ainda, imbuídos de desejos “humanitários”, consumimos estes preconceitos sem nos darmos conta. Sua tese é a de que os indivíduos não apenas se dividem entre os “absolutamente compreensivos” e os “inteiramente intolerantes”, mas que entre esses dois pólos, há uma complexa rede, que se confunde e se entrelaça.

Com a globalização, as minorias antes excluídas socialmente agora são incluídas, mas seu acesso se dá de forma distinta. Para o autor, as leis de mercado funcionam a partir da comercialização das intimidades, “seduzida pela esfera privada, a sociedade de consumo esvazia o debate das soluções políticas próprias da esfera pública”¹³². Assim, através de um preconceito, que ele denomina de cínico, consumimos as tragédias dos que entendemos ser oprimidos como assuntos de intimidade e não como problemas públicos, tudo é transformado em um grande espetáculo ao qual estamos ávidos a aplaudir. O preconceito que exercemos, por vezes, é reciclado; a partir dele reduzimos o outro a mero produto exótico que necessita de defesa e compreensão. Emocionados diante da miséria alheia, os transformamos em bens descartáveis, diante dos nossos sentimentos acreditamos estar exercendo nossa indignação, dando sentido à nossa existência e nos tornando mais humanos.

A cena da ocupação militar de determinada comunidade e a dobradura deste drama, quando de dentro desta imagem surge uma outra, a de um rapaz que circula entre as marcações sociais sendo capturado não apenas pelas forças policiais, mas pelas malhas do processo de comercialização da pobreza, tornam-se um espetáculo midiático. E aqui aludimos a dobraduras, porque não há um fora do processo, como

¹³¹ 2013.

¹³² idem.

dissera Deleuze¹³³; vivemos em uma sociedade de controle, o que podemos notar são as modulações desse processo que se atualizam nas relações sociais.

Trata-se de um preconceito que reduz o outro a um estereótipo e, logo, torna-o de mais fácil consumo. Esse preconceito que se apresenta como a negação do velho preconceito, ou esse preconceito disfarçado pelo manto do politicamente correto, consome o diferente como quem consome o exótico porque o exótico é inofensivo, inócuo, superficial, decorativo, bonitinho, mas impotente. Com isso, a vítima desse preconceito não encontra no mundo seu lugar de sujeito. Tem que se contentar com o seu lugar de objeto. Objeto de consumo. Ou, pior ainda, objeto desnaturalizado de consumo. Objeto desinfectado, esterilizado, pasteurizado e plastificado para o consumo¹³⁴.

Quando questões sociais se tornam mercadorias, faz-se necessário adquirir uma “tecnologia social” para lidar com as populações ditas “vulneráveis”, tecnologia esta que mescla dimensões como a do consumo, investimento, lucro, empreendedorismo e resiliência. As ONGs, para além de um simples nome, detêm uma marca comercial a qual podem acrescentar valor político e econômico. A máxima dessas “empresas sociais” é que é preciso difundir seu selo, de tal modo é necessário estar na mídia, ganhar prêmios, serem reconhecidas como tendo responsabilidade social. Ademais, os políticos e empresas que se associarem ou ligarem sua imagem a tais empreendimentos sociais serão reconhecidos como comprometidos com sua missão, sua causa.

De fato, pode-se dizer que as ações destas empresas sociais em pouco ou nada mudam o cotidiano ou a realidade social das populações para as quais são direcionadas. O capital não tem por pretensão acabar com a miséria ou melhorar as condições de vida destes indivíduos, visto que capital e miséria funcionam acoplados um ao outro. Com essa pulverização do governo em equipamentos como as ONGs, empresas sociais e sociedade civil organizada, o que se percebe é que os problemas sociais passam a ser geridos, reformados, conservados, mas não enfrentados.

No capitalismo, é impossível democracia sem conservação da miséria, então, ainda que os dispositivos democráticos tenham ultrapassado o espaço institucional do governo do Estado para combinar-se com os

¹³³ 1992.

¹³⁴ Bucci, 2013.

de governo da sociedade pelos próprios cidadãos é preciso manter os desnivelamentos e desigualdades, empolgando os cidadãos a buscarem a reforma, de médio e longo prazo, pelas quais as desigualdades sociais planejadas e equacionadas como distribuição de renda, se ajustarão às expectativas de melhoria de vida: a face conservadora se mostra rejuvenescida¹³⁵.

Se, como dissera Bauman¹³⁶, criamos, em nossa sociedade, o “refugo humano”, o problema do que fazer com esse refugo torna a questão algo ainda mais complexa. Para o autor, o processo de modernização trouxe consigo a produção de seres humanos refugados, ou seja, a construção da ordem moderna tem como efeito colateral a criação dos excessivos e redundantes e seu maior problema, na atualidade, é a remoção ou a criação de mecanismos capazes de reciclar esse excedente. “Por seu turno, a florescente ‘indústria da segurança’ se torna rapidamente um dos principais ramos da produção de refugo e fator fundamental no problema de remoção”¹³⁷.

Se hoje a totalidade da produção e do consumo se tornou mediada pelo dinheiro, concomitantemente, as formas de lidar com aquilo que socialmente produzimos como humanos refugados é permeada pela lógica de mercado e monetarização. Assim, se parte dos chamados traficantes de drogas são aniquilados, outros poucos têm seus corpos reciclados e transformados em material consumível. Afinal, quantas ONGs se sustentam – com financiamento de empresas privadas e com dinheiro público – sobre o pretexto de constituírem-se como alternativa ao tráfico de drogas nas favelas? Quantos “especialistas” – dentre eles psicólogos – ganham a vida trabalhando com este público, em ONGS, no sistema prisional ou em órgãos governamentais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Conselhos Regionais de Assistência Social (CREAS)? E, desta forma, a sociedade imbuída de sentimentos “politicamente corretos” e humanitários pode, através da reciclagem, eleger algumas histórias trágicas e consumi-las.

Diante do exposto, pode-se concluir que a miséria e as questões sociais a ela ligadas tornaram-se um lucrativo negócio. Portanto, o suposto enfrentamento ao comércio de drogas ilícitas – seja ele no combate armado ou nas táticas assistencialistas- hoje representa um grande filão com ganhos políticos, econômicos e

¹³⁵ Passetti, 2011, p.51.

¹³⁶ 2005.

¹³⁷ Bauman, 2005, p.14.

subjetivos. Como salienta Lagasnerie ¹³⁸, a ideia de Foucault ao estudar o neoliberalismo é usá-lo como “(...) instrumento de crítica da realidade e do pensamento. Trata-se de se colocar à escuta do que essa tradição tem a nos dizer a fim de empreender uma análise de nós mesmos”.

A resistência a esse artifício, portanto, não está localizada em um fora, em uma transcendência que espera chegar o dia em que o Estado será garantidor dos Direitos Humanos, ou que estes direitos servirão a todos. Inspirados em Foucault ¹³⁹, ousamos pensar que a nossa luta se faz no cotidiano das práticas, nas lutas locais, descontínuas e particulares, que, por sua vez, não deixam de colocar em xeque os paradigmas totalizantes. Resistir, então, se torna um dobrar-se sobre o processo mesmo de constituição de nós, sobre nós mesmos e sobre as nossas práticas cotidianas.

3.4. Uma dobra: resistir, às vezes, “é se fazer de bobo para sobreviver”

Foi como um segredo ao pé do ouvido que Marcos me sussurrou que nunca fora traficante. Tudo havia sido um acordo, uma estratégia traçada com seu irmão e uns amigos: passagem rápida pelo “movimento” para poder “valorizar seu passe”. Marcos precisava de emprego, mas a empresa social apenas contratava traficantes em “recuperação”, ou egressos do sistema prisional. A ideia defendida pela ONG era a de proporcionar uma suposta “segunda chance”.

Seu irmão que “trabalhava” no tráfico já havia sido procurado pela ONG algumas vezes, mas Marcos, apesar da persistência, ainda não tinha conseguido sua primeira oportunidade. Na ONG havia até um plano de salários que se baseava na posição em que o jovem se encontrava na hierarquia do tráfico. Um fogueteiro “recuperado” não poderia receber o mesmo salário que um ex “gerente de boca”... Lógica perversa, sabíamos

¹³⁸ 2013, p. 26.

¹³⁹ 2005, p.10.

que a visibilidade da ONG na mídia e a sua arrecadação financeira dependia desses rapazes transformados em recurso capital.

Longe de julgar os riscos que Marcos correu, só podemos constatar a perspicácia da tática cunhada junto aos seus que, de certa maneira, sabotou a lógica imposta pela ONG. Embora a perversidade da máquina capitalista ainda estivesse presente, pois o menino teve que se submeter ao tráfico para tornar-se um produto com algum interesse para ONG, penso que ele e a comunidade, ao conhecerem as regras da empresa social, as dobraram por dentro.

Alguns funcionários, moradores da favela, sabiam da estratégia do menino, mas aquele era um jogo fundamental para continuar a existir. Ainda que persista no território a ordem imposta pelas forças hegemônicas, havia também, através dos encontros, desencontros, acordos, táticas e estratégias o exercício fundamental para se continuar a existir. Por mais que empreendedores sociais tentassem, aquelas pessoas não eram simples objetos a terem suas histórias comercializadas. Diante da perversidade do jogo, elas gingavam e faziam uso próprio da ONG.

Pelos cantos dos corredores, à sombra dos holofotes, muitos colocavam em questão as práticas estabelecidas pela instituição. Se, de fato, há uma prática empreendedora que tenta objetificar existências, também há contorções do empreendedorismo. O que os empreendedores sociais não levavam em conta era a lucidez da análise que os favelados faziam das ações da ONG. Dia após dia, os próprios adolescentes me ensinavam que, às vezes, “é preciso se fazer de bobo para sobreviver”.

Essa perícia dos favelados, em sua maioria pretos e pardos, em lidar com a ONG e sua lógica empreendedora tem elos longínquos. Talvez, o que muitos ignoram é a capacidade dessa população em lidar com o empreendedorismo, os que vêm de fora das favelas, seja para impor seu saber ou explorar seus habitantes, frequentemente, subestimam a aptidão dessas pessoas em lidar com o comércio.

O negro não é naturalmente sujeito a objetificação imposta pela ação empreendedora. Reis¹⁴⁰ aponta, por exemplo, para o fato de que alguns povos forçosamente transformados em escravos no Brasil, como os Haussás, sobretudo os muçulmanos, tinham como marca registrada a sua competência para o comércio.

Os haussas eram famosos mercadores viajantes que percorriam a África em varias direções, cobrindo inclusive o Mediterrâneo e alcançando o Oriente Médio. O Califado de Sokoto, sob liderança fulani, os unia num corpo político relativamente homogêneo. Os iorubas construíram um poderoso império de longa duração e formaram centros urbanos onde o comércio e a indústria de metais e panos se tornaram famosos. Ambos eram povos de população densa e cosmopolita em função do contato constante com outros povos e civilizações¹⁴¹.

Já no Brasil, essas pessoas faziam uso de seu saber como uma forma de resistência e para tornar a vida menos dura. Seu saber empreendedor, infelizmente, não os levou à vitória; contudo, contribuíram para que os africanos tivessem uma vida um pouco mais digna. Na Bahia do século XIX, a grande maioria das mulheres escravas trabalhava no serviço doméstico. Entretanto, muitas delas se dedicavam ao “ganho”, eram ganhadeiras e assim se faziam confundir com as negras libertas. Apesar de uma série de leis tentarem, em vão, restringir as atividades dessas mulheres, como ganhadeiras as negras livres e escravizadas dominavam quase completamente o comércio de rua. Segundo Reis, elas praticamente monopolizavam a distribuição de peixes, verduras e contrabandos. “Através de sistemas engenhosos de especulação de mercado e atravessamento a que chamavam carambola ou cacheteira, as ganhadeiras, muitas vezes aliadas a antigas ou atuais senhoras, controlavam a circulação de certos produtos básicos de alimentação na cidade”¹⁴².

Trazemos esta dobra da história com intuito de apontar que tanto senhores de escravos como empreendedores sociais enveredam pelo mesmo caminho: acreditar que estas populações são facilmente objetificadas e que não oferecem resistência. O exemplo da aptidão destes povos ancestrais e de populações favelizadas serem competentes na arte do comércio nos serve de duas maneiras: para afugentar uma

¹⁴⁰ 1986, p.2012.

¹⁴¹ Reis, 1986, p.188.

¹⁴² ibidem, p.199.

suposta essencialização do empreendedorismo; bem como, nos ajuda a apontar para práticas de resistência que usam desse saber empreendedor para frear a exploração e objetificação.

3.5. O papel da raça na objetificação do negro

Sentir “como” ou o dia em que se descobre negro

O cheiro do querosene anunciava a chegada do pai depois de um longo dia de trabalho - era pintor de automóveis.

Acontece que, por vezes, encontrava-se desempregado, e, diante de mil pressões que vivia, se ajeitava com “quebra-galhos”. Aquela era época de colheita de café e esse havia se tornado o “ganha pão” da família. A Rotina era muito dura, às quatro da madrugada o caminhão passava pelo bairro para recolher homens e mulheres para levar para o interior para venderem seu dia.

Naquela madrugada, a polícia estava no bairro, parou os trabalhadores e sem nenhuma explicação seu pai levou um tapa no rosto. Ninguém revistou, todos seguiram seu caminho...

À noite, em casa, ao escutar a história sendo discutida pelos adultos, ousei perguntar o porquê do ato dos policiais. “Porque sou preto”, souu em alto e bom som. Aos seis anos descobri que havia homens pretos e brancos! Vi, pela primeira vez, meu pai como um homem preto. Meu pai era preto, será que eu também o era, questionei-me. Sentí-me como ele, doeu, tive medo.

Com o tempo, em muitas outras ocasiões meu entorno me lembrou que para a sociedade, majoritariamente, eu não era reconhecida como negra. E que assim sendo, por mais dolorosa que fossem minhas experiências, como mulher, favelada e mestiça eu não tinha dimensão da “experiência vivida pelo negro”.

Sentir “com” ou o dia em que se descobre não preto

Aquele era um sábado como outro qualquer... Dia de mãe em casa, cheiro de almoço fresquinho se espalhava no ar. As casas são tão próximas umas às outras que cheiros se misturam... alguém canta uma música lavando roupa, outro toma uma cachaça na porta de casa. Na curva da rua estão os “maconheiros de esquina”, turma de garotos da favela que “puxava um fumo”.

As crianças brincavam pelas envergaduras dos becos e vielas da terra invadida. O beco era o quintal coletivo, ciscavam a terra batida a levantar poeira.

Um grupo de amigos, pré-adolescentes, desce o beco, voltavam do catecismo, entre uma brincadeira e outra, Dodô me lança uma provocação. Em disparado saí correndo a gargalhar, perfaço seus passos e na tentativa inábil de alcançá-lo gritei obstinada:

“Oooo pega ladrão!”

De súbito, surge Rosa, mãe de Dodô. Transtornada, aos berros, admoesta: “Dodô é preto, e preto correndo vira alvo, se sob gritos de ladrão, então, corre o risco de morte”.

Diante da cena, me envergonhei. Eu não tinha a pele como a de Dodô. Hoje reconheço meu “privilégio” frente à opressão e violência sofrida pelo meu amigo. Seu estereótipo fazia dele um alvo-perambulante.

Já naquele tempo, a “Invasão” estava mudando rápido demais. Nem todo mundo via os meninos que fumavam como simples maconheiros de esquina. Estávamos em meados da década de 1990 e algo estava mudando naquele território. A política de combate às drogas estava chegando naquela favela do interior.

O medo de Rosa crescia com o tempo, o menino não podia usar casaco de capuz. Rosa estava preparando seu filho negro para sobreviver. A maternagem negra é tão diferente! Era como se o cerco estivesse se fechando, e a morte começou a chegar perto de nós. Os maconheiros estavam começando a serem caçados. Taubinha apareceu morto, depois outro, e outro... Ninguém falava muito à respeito. Só ouvíamos cochichos.

Dodô crescia e o medo de sua mãe também. Quanto a mim eu não era alvo da polícia, não sabia como se sentia Rosa e Dodô, só podia sentir com eles...

Virei retirante na cidade grande, e a “Invasão”, agora, é outra. As crianças não permanecem soltas na rua, a polícia pode chegar a qualquer momento. A “esquina” se multiplicou em múltiplas “bocas”, os “maconheiros de esquina”, já não existem... Esses mesmos meninos andam armados, matam e são mortos.

Vários amigos se foram, Romim, Búu, Zoim, e Pepeu estão mortos...

Dodô sobrevive a cada dia.

Denota-se de fundamental importância considerarmos a questão da racialização na discussão sobre a guerra ao tráfico de drogas no Brasil. As duas vertentes de suposto enfrentamento à questão, levantadas por nós - a dizimação de jovens potencialmente envolvidos no comércio e a espetacularização e posterior comércio da imagem do bandido regenerado - incidem principalmente sobre os jovens negros. Se, temos uma ontologização da figura do traficante de drogas, não podemos nos esquecer de que ela é tomada como se fosse intrínseca à imagem que foi forjada do negro no país durante séculos. Tal fato se constata ao olharmos os dados os quais indicam que a maioria da população carcerária no país é constituída por negros¹⁴³ ou quando estamos diante de números que apontam para o absurdo em que um jovem negro entre 15 e 29 anos é assassinado a cada 23 minutos, e menos de 8% dos casos são julgados¹⁴⁴.

Mbembe (2014) aponta para o papel fundamental que desempenha a raça na transformação da pessoa humana em uma coisa, objeto ou mercadoria. Para ele é a utilização da ideia de raça, durante séculos, que se destaca como a origem de incalculáveis crimes e carnificinas. O conceito de raça seria aquilo que apazigua odiando, sustentando o terror e “praticando o alterocídio, isto é, construindo o Outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total”¹⁴⁵.

Em primeiro lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre. Não é uma comunidade

¹⁴³ O último “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias”, que traz dados de dezembro de 2014, assevera que 61,67 % da população carcerária no Brasil (622.202 presos) é composta por negros (pretos e pardos) (INFOPEN, 2014, p.36).

¹⁴⁴ Cerca de 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

¹⁴⁵ Mbembe, 2014, p.26.

porque, por definição, implicaria o exercício do poder de expressão e pensamento ¹⁴⁶.

Para o filósofo camaronês “o nascimento da questão da raça – e, portanto do negro – está ligado à história do capitalismo” ¹⁴⁷. Ou seja, a tomada econômica da questão racial surge, ainda, na fase mercantilista do capitalismo, quando o negro foi transformado em mercadoria, e persiste até nossos dias com o neoliberalismo. Contudo, ainda que desempenhe um papel fundamental dentro do processo de transformação de pessoas em coisas ou mercadorias, a raça não passa de uma ficção útil. Isto porque ela não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. O conceito de negro tal qual vigora ainda na atualidade foi construído através da visão eurocêntrica do mundo. Foi por meio da escravidão, na colônia, que o negro foi transformado em homem-mercadoria. Espoliados, sofreram com a descaracterização de sua cultura “Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua pronta” ¹⁴⁸.

Primeiro, deve-se ao facto de o Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional. De seguida, deve-se ao facto de que ninguém – nem aqueles que o inventaram, nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um Negro ou, na prática, ser tratado como tal ¹⁴⁹.

Se no século XV, o capitalismo, em proveito do tráfico atlântico, transformou homens e mulheres oriundos de África em homens-objetos, hoje, segundo Mbembe, o neoliberalismo passou a representar a tendência de fusão do capitalismo e o animismo. Esta síntese, por seu turno, acarreta inúmeras consequências às quais afetarão de forma decisiva aquilo que compreendemos até então por raça e racismo. “Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas” ¹⁵⁰.

¹⁴⁶ idem, 2016, p. 131.

¹⁴⁷ idem, 2014, p. 299.

¹⁴⁸ ibidem, p. 12.

¹⁴⁹ ibidem, p. 11.

¹⁵⁰ ibidem, p. 17.

Mbembe arrisca dizer que pela primeira vez na história da humanidade o nome Negro deixará de remeter exclusivamente a “condição atribuída aos genes de origem africana”. Com essa potencial fusão do capitalismo e animismo, cria-se a possibilidade de transformar os seres humanos em coisas animadas como, por exemplo, dados digitais e códigos. Dessa forma, as predações e desapossamento da autodeterminação tão características do primeiro capitalismo se estenderão, no neoliberalismo, do originário de África a todas as populações subalternas. “A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo”¹⁵¹.

CAPITULO IV

GESTÃO EMPRESARIAL DA CIDADE E POLÍTICA DE MORTE: O CAPITALISMO NOS PAISES PERIFÉRICOS

Em algum lugar entre o rangido seco dos trens e as pistas de uma avenida nomeada Brasil, na aridez do concreto, um menino perpetra um pedido de ajuda a um psicólogo: sua preocupação é com o irmão mais novo, que estaria a roubar dentro da favela. As regras de convivência ali eram explícitas “morador não rouba morador”. Sua preocupação? Se descoberto, o irmão sofreria com o “peso da mão dos traficantes”. O menino vende drogas na favela e diz saber do que seus companheiros são capazes. Ao falar do irmão,

¹⁵¹ ibidem, p. 18.

envereda em sua própria história. Entrou para o tráfico há pouco mais de seis meses, conta que não saía de sua cabeça a imagem de um celular de última geração. Agora, ele tem vários a sua disposição... Os celulares roubados na “pista” chegam com facilidade às suas mãos, “eles são lindos e, às vezes, novinhos”, conta ele. No entanto, com um riso acanhado, insiste não se sentir feliz por completo! Seu desejo: entrar numa loja, sacar o dinheiro, e ter “o prazer da compra”. Imagina isso nos mínimos detalhes. Contudo, ainda não conseguiu juntar dinheiro o bastante...

Do outro lado da Bahia de Guanabara, outra psicóloga, esbraveja. Em uma visita domiciliar, encontra o filho de uma família que ela acompanhava há muitos anos... Perplexa, diz não acreditar que o menino tornou-se “traficante de drogas”. Conta que a família mora próximo a um lixão e tem muitas dificuldades, mas é “gente muito digna”! A mãe, doméstica, e o pai, garçom, trabalham incansavelmente para manter sua casa e viverem como “cidadãos de bem”...

Ainda nas adjacências, outro esbravejar ecoa pela cidade; o então governador do Rio de Janeiro, ao defender sua reeleição ao cargo, faz a seguinte afirmação: “A política de segurança é a mãe de todas as políticas públicas no RJ. Sem ela, a educação, a saúde, a mobilidade, enfim, a cidadania não é completa” (CABRAL, 2013).

Neste capítulo, dissertaremos sobre algumas políticas de segurança que, ao conjugarem interesses políticos e econômicos, acoplam a gerência empresarial da

cidade ao genocídio da população negra e pobre. O ponto de partida de nossa argumentação é a aposta que há em curso um processo que angaria duas engrenagens: o paradigma da cidade empresa onde a segurança é colocada como condição ao exercício da cidadania e a geração de lucro; junto a isso, a espetacularização da morte imputada a um determinado recorte da população. O combustível que alimenta essa maquinaria, mais uma vez, será o dito tráfico de drogas. Ele é a justificativa maior para a militarização dos conflitos sociais, bem como um termômetro usado em negociações como a do mercado imobiliário, de tratamento de dependência química, de investimento na cidade, mercado de armas e segurança, etc. Isso sem citar os lucros exorbitantes que giram em torno da comercialização ilegal, dado que o lucro hipertrofiado acontece na distribuição atacadista e é usado para corromper setores da burocracia estatal.

Encarado como principal empecilho ao estabelecimento da ordem e civilidade na cidade, o comércio no varejo de drogas ilícitas é experienciado não apenas como um risco para as ditas “famílias de bem” – que supostamente poderiam perder seus filhos para o vício ou violência –, mas, também, como uma doença a qual corroeria a aplaudida cidadania de todos que vivem na urbe: tendo sua segurança ameaçada, os cidadãos não teriam mais liberdade para exercer seus “direitos fundamentais”. Desse modo, o pretense problema das drogas torna-se pertinente a toda a sociedade, embora de formas diferentes. Na atualidade, a ideia de promoção de uma inalcançável paz é diariamente reiterada; a ela é atribuído valor e condição para o progresso.

Neste contexto de governamentalidade neoliberal, teríamos a importação do conceito de “segurança cidadã” – em que o preceito democrático de cidadania torna-se condicionado às práticas de segurança perpetradas pelo Estado. O que, em outras palavras, quer dizer que para um sujeito exercer de fato seus direitos, sua cidadania, é necessário que o Estado lhe garanta algo ainda mais primordial: o direito à segurança.

Ao mesmo tempo que o Estado emprega a noção de “segurança cidadã” ele empreende uma ofensiva contra a população negra e pobre moradora de favelas e subúrbios. Realizando verdadeira gestão da morte e da violência, o Brasil como um país situado na periferia do capitalismo se apropria do que Mbembe (2016) denominará de necropolítica. Isto é, junto ao discurso de ordenamento empresarial da cidade e defesa da cidadania funciona uma engrenagem mortífera que faz da violência nas áreas pobres e racializadas verdadeiro espetáculo.

4.1. Políticas “públicas” de segurança e gestão empresarial da vida

Nota-se, na atualidade, como os discursos em torno da questão das drogas se complexificaram. O que antes se circunscrevia ao “problema” do “dependente” ou do traficante “propagador do mal” em sua localidade, agora é identificado como principal irradiador de violência e caos na sociedade, o que supostamente colocaria em risco o próprio Estado democrático. Ou seja, ao comércio ilegal de drogas passa-se a atribuir o poder de corromper não apenas os indivíduos, mas a sociedade em suas relações, e o que tem se tornado mais alarmante, seus equipamentos: o comércio de drogas ilícitas teria corrompido desde parcelas do poder legislativo até as próprias forças de repressão como a polícia. Vide a questão das milícias que se propagam em diversos territórios da cidade do Rio de Janeiro e envolvem desde agentes polícias a parlamentares.

Contudo, apesar da questão do comércio de drogas ilícitas tornar-se de grande dimensão – sendo atribuído a ela o status de “crime organizado” –, a “caça às bruxas” permanece concentrada apenas nos pequenos comerciantes do varejo que, não por acaso, vivem em áreas pobres ou, então, nos usuários que vivem em situação de rua. Nesse sentido, o discurso propagado é que as favelas seriam territórios de “poder paralelo” onde o Estado seria impedido de atuar e cuja desordem colocaria em xeque a civilidade da própria cidade e suas instituições.

Uns dos exemplos mais atuais de políticas públicas que em tese pretendem conter o comércio de drogas são as ações das natimortas UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) e UPPs Sociais¹⁵² que, desde dezembro de 2008, iniciaram suas ações na cidade do Rio de Janeiro. Na mídia, este programa foi alardeado como uma nova estratégia de combate ao tráfico de drogas em que se trabalharia com os princípios da polícia de proximidade. O que segundo o governo seria “um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”¹⁵³. Além disso, a prefeitura do Rio de Janeiro

¹⁵² “A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP” (RIO DE JANEIRO, 2014).

¹⁵³ Rio de Janeiro, 2014.

lançou a estratégia UPP Social sob a justificativa de consolidar os avanços trazidos pela suposta pacificação revertendo o quadro de violência e exclusão social.

Neste contexto, o exercício da cidadania torna-se imperativo, e é em nome dela que se reconhece e legitima políticas ditas públicas de segurança como as conhecidas políticas de pacificação. Parte da população almejou o reordenamento das favelas por temer sua conjecturada realidade caótica e diversa do restante da urbe. Contudo, embora as ações de pacificação trouxessem como justificativa a criação de possibilidade de acesso aos ditos direitos fundamentais, parte da população tida como vulnerável resistiu veementemente a sua implantação. O engodo midiático que anunciava que o morador das áreas pobres não teria acesso aos serviços públicos por estar sob a égide dos traficantes e supostamente fora do alcance das ações do Estado não convenceu a todos. Em diversas localidades a população se negou a colaborar com as UPPs; em muitos momentos houve embates violentos.

Muito rapidamente, tornou-se notório que o maior apelo desta política de segurança era o de produzir um modelo de cidade empresa durante os grandes eventos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíadas. Não por acaso, as UPPs começaram a desmoronar inteiramente, passados os grandes eventos. Como se observou, a maior motivação foi abrir áreas da cidade ao consumo e não à garantia de segurança – em que os cidadãos teriam liberdade não para usufruir de direitos basilares. Em verdade, evidenciou-se que a ocupação dos territórios, pelas forças militares do Estado, se deu na medida em que eram inseridos na lógica do consumo. Portanto, desde o início, a pacificação longe de pretender acabar com o tráfico de drogas trabalhou no reordenamento das favelas para que estas se abrissem ao consumo de bens vindos de seu exterior.

O objetivo propagado pelas atuais políticas de segurança seria, então, o de enfrentar a criminalidade, acoplando tais políticas de segurança a ações sociais, vale dizer, a segurança pública teria como escopo, concomitantemente, a garantia da lei e a proteção à cidadania, ou, além disso, a garantia da lei e o enfrentamento a criminalidade como pressupostos à cidadania. Em sua procedência, tais políticas de segurança remontam ao cenário internacional e à proposta da implementação do modelo de “segurança cidadã”.

A segurança cidadã norteia as modulações dos policiamentos que se estendem da polícia dita comunitária à privatização de grupos militares. Na zona sul e centro do Rio de Janeiro, a ligação entre o mercado da segurança e segurança para o mercado ganha contorno quando, por exemplo, o sistema Fecomércio (Federação do Comércio do Estado do Rio) integra um projeto que tem como escopo o financiamento de grupos de policiais a partir da iniciativa privada. Assim, algumas centenas de policiais¹⁵⁴, a partir do financiamento privado, passam a patrulhar as ruas da zona sul, expandindo o poder punitivo naquilo que ficou conhecido como a “milícia do bem” ou “milícia da zona sul”.

Apontada como um avanço na atuação do Estado frente às ameaças no campo da segurança dita pública o conceito de segurança cidadã é encontrado atualmente desde normativas internacionais – sejam elas recomendações, acordos ou declarações –, até os planos nacionais de segurança e em propostas de políticas ditas progressistas. Carvalho (2012) fez levantamento e análise de importantes documentos sobre segurança emitidos pela OEA¹⁵⁵ (Organização dos Estados Americanos) e concluiu que o modelo de segurança cidadã teve início nesse órgão ainda na década de 1980 a partir de documentos referentes ao combate às drogas. No entanto, apesar de ser propagada a ideia de uma “humanização” das ações de segurança e uma inovação na abordagem às práticas criminais, a autora conclui que de fato tal modelo de segurança não apresentou propostas que representassem uma ampliação na garantia de “direitos humanos”. O que se pôde observar foi um novo manejo no campo discursivo que redimensionou os ditos direitos humanos a favor dos cidadãos encarados como vítimas frente aos supostos criminosos. Como efeito, o que se pôde sentir foi uma consagração e popularização dos discursos/práticas de prevenção e defesa dos “cidadãos de bem” que seriam impedidos de gozarem dos direitos humanos por consequência da falta de segurança.

Não existem de fato novos horizontes para um modelo mais alinhado com a proteção efetiva de direitos humanos, nem possibilidades concretas de superação das desigualdades e discriminações típicas do modelo tradicional de segurança. Permanecem as bases e limites do

¹⁵⁴ De acordo com “O Globo” (2017) 363 PMs da reserva e jovens que acabaram de deixar as Forças Armadas, após cumprir o serviço obrigatório, patrulham as áreas a pé, de carro, bicicleta

¹⁵⁵ Trata-se de Organização Internacional que visa implantar, nos Estados signatários de seus termos, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. De modo a alcançar tais objetivos, a OEA constitui, como seus principais pilares, “a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento” (OEA, 2015).

pensamento único sobre segurança, embora agora, estejam alocadas em um discurso mais suave e de acordo para um órgão internacional de proteção de direitos humanos e para governos que se intitulam democráticos e preocupados com a efetivação dos direitos fundamentais de suas populações. Afinal, o novo discurso é chancelado pelos “especialistas em segurança” e pelo imbatível argumento da proteção de direitos humanos das vítimas ¹⁵⁶.

A partir de uma série de documentos propostos pelos Estados Unidos da América, através da OEA, fica explícito que a segurança não seria um direito autonomamente previsto, “mas sim o requisito prévio essencial para a determinação do alcance das obrigações dos Estados junto às previsões de proteção de direitos humanos previstas em instrumentos internacionais sobre esta matéria” ¹⁵⁷. Neste sentido, as situações de violência social ameaçariam os direitos humanos sendo, portanto, função do Estado proteger os seus a partir de ações concretas de segurança cidadã.

A segurança cidadã é concebida pela comissão como aquela situação na qual as pessoas podem viver livres das ameaças geradas pela violência e pela criminalidade, uma vez que o Estado possui as capacidades necessárias para garantir e proteger os direitos humanos diretamente comprometidos em relação às mesmas. Na prática, a segurança cidadã, a partir do enfoque de direitos humanos, é uma condição na qual as pessoas vivem livres da violência praticada por atores estatais ou não estatais ¹⁵⁸.

Outro ponto a ser destacado entre as orientações para a implementação da segurança cidadã é que o cerne dessa política, como outras políticas de segurança, é o fortalecimento das atividades preventivas. E o argumento norteador dessa orientação é que em termos de custo-benefício esta seria a alternativa mais interessante. Diante desse argumento, podemos perceber a articulação, ou melhor, a concomitância entre um suposto sujeito de direito e o sujeito econômico. Esse desdobramento das políticas de segurança internacionais em nacionais e locais denota a centralidade deste campo como um investimento privilegiado na atualidade.

Percebe-se que o conceito de segurança cidadã legitima práticas, a princípio tão diversas como as que acoplam à assistência social a prática policial. Assim, encarceramento em massa da população pobre, capitalização das subjetividades

¹⁵⁶ Carvalho, 2012, 105.

¹⁵⁷ *ibidem*, p.36.

¹⁵⁸ OEA, 2009, p.99.

supostamente em situação de vulnerabilidade e atualização dos poderes penais através de políticas de assistência social fariam parte de um mesmo dispositivo de produção de subjetividades criminalizáveis. Neste sentido, não haveria uma ruptura entre estas ações, mas uma continuidade em que o paradigma da segurança seria condição para o exercício da cidadania, e mais, que a polícia seria indispensável ao exercício desta cidadania.

Ainda na análise do conceito de segurança cidadã, implementada pela OEA e reverberada em nossas políticas de segurança dita pública, pode-se perceber que apesar de ter sua imagem maquiada, a polícia ainda ocupa lugar central na proteção a tão falada cidadania:

De modo contrário ao que se entendeu durante muito tempo, a segurança cidadã não depende apenas da polícia. A segurança cidadã está relacionada à presença interrelacionada de múltiplos atores, condições e fatores. Entre estes: a história e a estrutura do Estado e da sociedade; as políticas e programas dos governos; a vigência dos direitos econômicos, sociais e culturais; e o cenário regional e internacional. Contudo, a polícia é uma engrenagem insubstituível para as garantias dos direitos humanos comprometidos perante a violência e a criminalidade. Nos regimes democráticos, as forças policiais possuem um papel central nessas garantias, contrariamente ao que ocorre nos regimes autoritários ¹⁵⁹.

Por conseguinte, torna-se explícito que sob a justificativa da proteção à cidadania, a seguridade social toma um caráter complementar às políticas de segurança; em comum acordo, ambas passam a trabalhar na gestão das populações em benefício da “ordem social”. “A imbricação entre Estado providencial, burocrático e agressivo, na visão de Foucault, não é arbitrária. Burocracia, seguridade e violência estão irmanadas no desenvolvimento do Estado que age segundo a lógica da governamentalidade” ¹⁶⁰.

Não nos parece que seja inédita essa promessa do Estado de combinar políticas públicas e sociais a uma ocupação militar, armada, como as UPPs. Isto evidencia o que Foucault denominou de “Sociedade de segurança”. Usualmente, o conceito de território, na visão foucaultiana, aparece vinculado ao “poder soberano”, ou seja, ao poder

¹⁵⁹ OEA, 2009, p.99.

¹⁶⁰ Castelo Branco, 2013, p.49.

centralizado na soberania do Estado. Contudo, Foucault nos dá mostra que na sociedade de segurança o tema das populações está intimamente ligado à questão do espaço.

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável”¹⁶¹.

O soberano do território se tornou, quase que simultaneamente, o “arquiteto do espaço disciplinado” e o “regulador de um meio”. Tal regulação não implicaria tanto em estabelecer os limites ou fronteiras, “mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias, circulação do ar, etc”¹⁶². Isto é, a relação poder-espaço, na sociedade biopolítica, se dá de forma que os mecanismos de poder exercem sobre o espaço o controle dos fluxos e da circulação. Dessa forma, visa ao homem enquanto espécie já que seu interesse está agora naquilo que denominará população. População configura-se como objeto técnico-político de uma gestão e de um governo. A população é um dado que depende de toda uma série de variáveis. Por não se tratar de uma simples soma dos indivíduos os quais habitam um território, se torna necessária a criação de técnicas e mecanismos para agir sobre essa população. O foco do poder não se encontra na obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuação “sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população”¹⁶³.

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não

¹⁶¹ Foucault, 2008a, p. 27.

¹⁶² ibidem, p. 39.

¹⁶³ ibidem, p. 94.

mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam ¹⁶⁴.

Nota-se, portanto, que nas sociedades marcadas pela biopolítica há uma agregação entre a concepção de “meio” e de “população”. Assim, Foucault dá uma nova tônica ao tema do território através do que ele denomina “meio”. Essa reconfiguração da ideia de território, sob o viés biopolítico, faz o filósofo remontar à significação original de meio. Retomando a noção de meio da biologia de Lamarck e da física newtoniana, conclui que meio é “o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro” ¹⁶⁵. Dentro da biopolítica, o meio surge, então, como um campo de intervenção onde os dispositivos de segurança atingem precisamente a população. Isto é, um dos elementos fundamentais na implementação dos mecanismos de segurança é a criação de uma técnica política dirigida ao meio. “O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem” ¹⁶⁶. Em outras palavras, o meio é onde se dá a circulação de uma ação, bem como a sua causalidade. “É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro” ¹⁶⁷.

4.2 Cidadãos seguros e empreendedores

Neste jogo político há dois movimentos concomitantes, a vinculação de valores de mercado a cada aspecto da vida social e, ao mesmo tempo, a responsabilização individual do sujeito por seu sucesso ou fracasso. Dentro desta arte de governar neoliberal, os sujeitos são constituídos como plenamente responsáveis por si, pois são pensados como autônomos e livres: cidadãos que por meio da segurança teriam liberdade para exercer seus direitos. Neste sentido, por um lado, o criminoso é concebido como um sujeito livre que racionalmente avaliou serem maiores os benefícios do crime do que uma possível punição. Por outro, como já indicado, o campo

¹⁶⁴ *ibidem*, p. 85.

¹⁶⁵ Foucault, 2008a, p. 27

¹⁶⁶ *ibidem*, p.28.

¹⁶⁷ *ibidem*.

social e as populações empobrecidas, quando muito, são reconhecidos como oportunidade de investimento econômico. Consequentemente, a racionalidade neoliberal converte-se em um limite à avaliação da responsabilidade coletiva em que seria possível colocar em jogo as práticas da sociedade e dos governos em relação à vida.

Se, de acordo com Foucault ¹⁶⁸, a partir do Neoliberalismo o criminoso é “tratado como qualquer outra pessoa que investe numa ação, que espera lucrar com ela e aceita o risco de uma perda”, então seu ato apenas pode ser subjetivado como um mero erro de cálculo o que elimina a apreensão coletiva e ética da ação tida como ilegal. Ou seja, a dimensão ética das ações é deslocada em favor da econômica.

Diante disso, entendemos que as políticas públicas que versam sobre o “problema das drogas” na atualidade são exemplos emblemáticos de constituição de subjetividades marcadas pela governamentalidade neoliberal. Em outras palavras, estas políticas apontariam para um indivíduo inteiramente responsável por suas escolhas no campo social, sendo assim, o criminoso seria subjetivado como “sujeito livre, autônomo e racional, o qual avalia os riscos incertos de ter que pagar um preço na forma de punição diante dos geralmente mais garantidos benefícios do crime”¹⁶⁹.

Segundo Wendy Brown (2005), o *homo economicus*, tão bem analisado por Foucault, não é arquitetado como um cidadão que busca objetivos comuns e trabalha com problemas compartilhados; pelo contrário, ele é construído como um empreendedor calculista que deve ser responsável por cuidar de si mesmo. O efeito imediato dessa ode ao empreendedorismo racional é o esvaziamento dos poderes sociais e a limitação da cidadania, a passividade e complacência política ¹⁷⁰.

O cidadão-modelo neoliberal é aquele que constrói estratégias para ele mesmo entre as diversas opções sociais, políticas e econômicas, não aquele que se empenha com outros para alterar ou organizar essas opções. Uma cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto da preocupação com o público; de fato, ela nem existiria como público. O corpo político deixa de ser um corpo, mas é, ao contrário, um conjunto de empreendedores e consumidores individuais... ¹⁷¹.

¹⁶⁸ 2008b, p. 346.

¹⁶⁹ Hamann, 2012, p. 113.

¹⁷⁰ ibidem, 2012, p. 110).

¹⁷¹ Brown, 2005: 43 apud Hamann, 2012, p. 110.

Contudo, ao criticarmos os efeitos da moral neoliberal que em tese prezaria pelo individualismo desenfreado e egoísta, devemos nos equipar com alguns cuidados. Pois um perigo sempre à espreita é o de nos lançarmos em uma busca nostálgica de um ideal de cidadania como se este fosse um direito inquestionável, o qual fora do contexto neoliberal seria sinônimo de uma vida plena em comunidade. Lembramo-nos de que, na modernidade, tal ideal foi forjado dentro da lógica liberal e, que apesar de sofrer modulações e diferenciações, ainda assim, serve como um instrumento político/subjetivo. Dito de outro modo, a cidadania não se resume, simplesmente, a uma conquista de direitos civis através do Estado. Como bem nos adverte Fonseca ¹⁷², a cidadania é “uma produção histórica, um conjunto de práticas, um modo de subjetivação ao qual corresponderá o aparecimento de um tipo de corpo: o cidadão”.

A noção de cidadania surge, então, como um efeito de cessão de poder dos sujeitos para o Estado, sendo a justificativa mais imediata dessa transferência a de salvaguarda dos direitos dos homens.

Ser cidadão vai pressupor a efetuação de uma entrega, uma espécie de resignação e de submetimento a ideia de Estado, já que sem esta submissão, o indivíduo não adquire a condição de cidadão. Esta concepção de cidadania se institui através da prescrição moral de que cada indivíduo deve, por medo da morte e dos impulsos excessivos, preservar sua vida e seus bens abrindo mão da ação política e transferindo a outro homem, a um colegiado ou a uma assembleia sua capacidade de se autogovernar¹⁷³.

Sob este viés há ideia de uma renúncia em prol da segurança de todos e, mais precisamente, da preservação dos direitos individuais e da propriedade privada. Contudo, o preço pago é altíssimo, pois é justamente por meio do conceito de vontade geral que há sustentação dos processos de totalização e massificação perpetrados pelo Estado. Sendo assim, criticar as atuais políticas ditas públicas de segurança, baseadas na gerência empresarial da cidade, usando como contraponto práticas voltadas para a busca da cidadania e aquisição de direitos civis se mostram parte de uma mesma engrenagem.

Por certo, observa-se que não há uma linearidade nas formas de aprender o exercício da cidadania no liberalismo clássico e no neoliberalismo. Há uma ruptura

¹⁷² 1997, p.02.

¹⁷³ Fonseca, 1997, p.18.

entre estas duas tradições que engendram novas formas de conceber a vida em sociedade e conseqüentemente o lugar do mercado e do Estado.

Tomando o liberalismo econômico como a condição de inteligibilidade da biopolítica, Foucault faz uma análise em que diferencia o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Em linhas gerais, pode-se dizer que no ordoliberalismo alemão há uma ambigüidade no que diz respeito ao tema da concorrência: se por um lado a concorrência é um princípio que direciona o campo da economia de mercado, por outro ele é entendido como desagregador no campo social. Ou seja, é necessário que diante da concorrência organizadora do campo econômico haja políticas que assegurem uma cooperação entre os homens. Cabe lembrar que o ordoliberalismo é implantado na Alemanha pós-nazista, o que, por certo, contextualiza tal posicionamento.

No caso dos Estados Unidos da América, o resgate do liberalismo apresentou-se como uma radicalidade bem mais intrincada e fatigante: “No neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado”¹⁷⁴. Isso quer dizer que a lógica de mercado é generalizada por todo o campo social. Dessa generalização da forma do mercado resultam pelo menos dois aspectos que não apenas as das trocas monetárias: primeiro, a análise das relações sociais e comportamentos individuais através de uma grade de inteligibilidade economista; segundo, a avaliação da ação do poder público em termos de mercado, ou seja, não se trata mais de compreender os processos sociais, mas justificar uma crítica mercantil permanente da atuação governamental. Foucault (2008b) explicará que esses dois traços são encontrados na análise que certos neoliberais fizeram do problema da criminalidade e do funcionamento da justiça penal (p. 340).

Por certo, o alvo fundamental da governamentalidade neoliberal é a produção ardilosa de condições sociais que acarretem a compleição do *homo economicus*: *homo economicus* este que não se coaduna com o homem da troca do liberalismo clássico, mas é o homem da empresa da produção, empreendedor de si.¹⁷⁵ “O *homo economicus* neoliberal é um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício,

¹⁷⁴ Foucault, 2008b, p.334.

¹⁷⁵ idem, p 201.

excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses”¹⁷⁶. Assim, os que gorarem frente a tais condições sociais são os únicos responsáveis por seu fracasso.

De fato, urge que façamos uma análise do fenômeno do neoliberalismo em nossos dias, sem, no entanto, usarmos, nas palavras de Lagasnerie (2013), argumentos pré-liberais para contrapormos o estabelecido. Resistir à ordem vigente sem aderir à antiga torna-se um dos desafios de nosso tempo. Como contestarmos as políticas ditas públicas de segurança, sem embasar nossos argumentos e luta na conquista de um ideal de cidadania?

Em “O Nascimento da biopolítica” (2008b), Foucault nos aponta como no neoliberalismo o mundo econômico é intotalizável. “Ele é originária e definitivamente constituído por pontos de vista cuja multiplicidade é irreduzível, justamente na medida em que essa multiplicidade assegura espontaneamente, e no fim das contas, a convergência deles”. Dito de outra forma, o neoliberalismo opera no nível da imanência, a partir de modulações. Lagasnerie (2013), retomando a obra de Foucault, afirmará que a tarefa a qual se atribuíram os pensadores neoliberais é o de desconstruir as visões totalizantes do mundo social. Dessa forma, resistir aos percalços de uma política de segurança “pública” que tem como escopo uma gestão empresarial da miséria e da violência exige um entendimento minucioso do que torna as práticas neoliberais singulares em nosso tempo.

Por vezes, os movimentos de resistência têm se baseado em ideais transcendentais: espera-se o dia em que o Estado será garantidor da cidadania. Em consonância com Foucault, talvez seja necessário mudar o foco das lutas: dos grandes projetos revolucionários que nos engessam para a aposta nos embates cotidianos, locais e descontínuos¹⁷⁷. Um deslocamento da condição do intelectual universal, o qual discorre sobre o “justo-e-verdadeiro-para todos”, para o intelectual específico, que atua em pontos localizados onde se situa, os quais têm uma “uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas”¹⁷⁸.

Se, por um lado, as políticas ditas públicas de segurança, através de arranjos penais, produzem subjetividades criminalizáveis e contribuem ativamente para o

¹⁷⁶ Hamann, 2012, p. 101.

¹⁷⁷ Foucault, 2011.

¹⁷⁸ Idem, p.9.

encarceramento em massa de determinada parcela da população, concomitantemente, essas políticas se acoplam a outras engrenagens e operam sob a população como um todo. O que permite ao Estado através de um emaranhado de redes de serviços públicos e privados governar e administrar não apenas os agentes econômicos, mas também o campo social. Assim, a partir da governamentalidade, ou condução da conduta, este Estado fundamentalmente gestor atua não apenas sobre os indivíduos, mas também sobre a população.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança¹⁷⁹.

Em suas pesquisas, Foucault (2005) constata que o Estado moderno, através de políticas ditas públicas, criou estratégias de poder que lhe permitiram atuar no incentivo ao prolongamento da vida e, ao mesmo tempo, em nome da proteção destas vidas, extinguir aquelas parcelas da população que considerava perigosas. Na contramão da tese tradicional que afirma ser o Estado responsável apenas pelas políticas que visam à população em sua totalidade, Foucault (1995) afirma que a maior sofisticação do Estado moderno está, curiosamente, no fato deste se valer de uma forma de poder que abarca tanto as técnicas de individualização quanto os procedimentos de totalização.

No início do século XVIII como em um primeiro arranjo, houve a tomada deste poder sobre o corpo individual através da vigilância e do treinamento – surgia assim o poder disciplinar. Mais tarde, já na segunda metade do século XVIII, eis que emerge uma nova técnica de poder, agora associada ao mecanismo da regulamentação da vida como um todo que se incumbiu dos processos de massa, dos fenômenos da população. O mecanismo disciplinar e o regulamentador se tornariam assim complementares; por não estarem em um mesmo nível foi possível uma articulação entre eles¹⁸⁰.

Desta forma, a especificidade da biopolítica é que ela age produzindo uma gestão calculada da vida e não apenas um indivíduo dócil e útil. O Estado adquire,

¹⁷⁹ Foucault, 2008, p. 143.

¹⁸⁰ idemt, 2005, p. 298.

crescentemente, o direito de intervir para fazer viver, para majorar a vida, multiplicá-la e torná-la isenta de todo tipo de acidentes, eventualidades e deficiências. Deste modo, ele justifica sua interferência no mais elementar nível da vida, a ele caberá administrar a existência humana com o propósito de defesa da espécie. Daí a importância das estatísticas mostrando os números da criminalidade, as estimativas dos crimes; são elas que justificam e tornam aceitáveis as ações devastadoras da violência de Estado sobre alguns de seus “cidadãos”.

A perspectiva de governo chama a nossa atenção para todos os numerosos programas, propostas e políticas que têm tentado moldar a conduta de indivíduos – não somente controlar, subjugar, disciplinar, normalizar ou reformá-los, mas também torná-los mais inteligentes, sábios, felizes, virtuosos, saudáveis, produtivos, dóceis, empreendedores, satisfeitos, cheios de autoestima, dotados de poder, ou o que quer que seja. Ela nos ajuda a nos libertarmos da visão profundamente enganadora de que devemos entender as práticas de normatividade que têm modelado nosso presente em termos do aparato político do Estado ¹⁸¹.

Contudo, esta mudança política não abandona a velha lógica do direito de soberania. O poder de morte não é banido, ele apenas é obrigado a se acomodar dentro das exigências de um poder que tem como pretensão gerir a vida. Logo, o fundamento do direito soberano que era “fazer morrer e deixar viver” dá lugar, desde então, a um poder que “faz viver e deixa morrer” ¹⁸².

Para Duarte (2009) o poder soberano que advém da edificação da biopolítica não é inteiramente igual ao poder soberano clássico. Isto porque para esta nova vertente de poder não basta simplesmente exercer o direito de matar; agora este direito é dependente do interesse em fazer prolongar a vida e de fazê-la melhor – ou seja, de controlar as condições de vida da população. Essa transformação no exercício do poder soberano, a partir da implementação da biopolítica, não fez com que se matasse menos, todavia sua violência pode se atualizar através de uma nova série de justificativas.

4.3 O capitalismo ao sul: Necropolítica e capitalismo gore

¹⁸¹ Rose, 2011: 25.

¹⁸² Foucault, 2005, p. 287.

Naquela manhã, uma trágica notícia causou alvoroço na favela de uma cidadezinha do interior do Espírito Santo: um adolescente havia sido assassinado. O motivo alegado fora o “envolvimento com drogas”. Como em uma romaria fúnebre, crianças e adultos seguiram para o local do ocorrido com intuito de ver o corpo ainda exposto. Naquele momento, para a menina em tenra idade faltou coragem para ir ao encontro do corpo estendido no chão.

À tarde, na escola, não se falava em outra coisa que não os terríveis detalhes que se encontrava o corpo. A curiosidade de súbito lhe abateu; junto a outras crianças mudou o caminho de volta para casa e quis ver o lugar em que o corpo fora encontrado.

Terror maior não poderia haver: de longe, ainda, se via sangue no chão e pedaços esbranquiçados... Frente a frente ao horror, criaram para si uma versão mais branda do ocorrido: o branco que salpicava o sangue deveria ser jambo, fruta da época, que o colega deveria estar comendo na hora em que morreu.

Em 2014, no Morro da Congonha, em Madureira, Cláudia Silva Ferreira, depois de ser atravessada por uma bala no peito, teve o corpo arrastado por 350 metros por um carro da Polícia Militar. Esse era mais um corpo negro a dar volume às estatísticas.

Wilton, Cleiton, Carlos Eduardo, Wesley e Roberto, cinco jovens negros, moradores do Complexo da Pedreira, zona norte do Rio de Janeiro, tiveram suas vidas ceifadas ao sair de casa para comprar um lanche. O que faziam? Comemoravam o primeiro salário de

Roberto! A cena é de extremo horror: o carro em que estavam foi alvo de 111 tiros provenientes de armas de policiais militares. Em julho de 2016, Joselita, mãe de Roberto também não sobreviveu ao massacre, morreu de tristeza.

Estas situações que se tornaram cotidianas em favelas por todo país nos levam a indagar qual o lugar ocupado por esta violência extrema dentro do sistema econômico-político. Seria fácil recorrer a respostas simples que atribuiria à carnificina em curso um erro ou mesmo um efeito colateral das políticas em voga. Contudo, nossa aposta é que dentro do mercado global, a economia criminal é atrelada a economia formal. Como sabemos, determinados corpos em certos territórios racializados recebem a preferência na distribuição da morte, isto é, estratos de populações figuram como passíveis de serem mortos e de sofrerem com a violência. Tal fato replica com precisão os conceitos de “necropolítica” e “capitalismo gore” cunhados respectivamente por Mbembe (2016) e Triana (2010). Para ambos pensadores, o modo como a noção de biopoder vem sendo utilizada se mostra insuficiente para analisar a incidência do neoliberalismo nos espaços de capitalismo periférico. Nestes territórios, o político faz da distribuição calculada da morte um instrumento privilegiado de gestão. Assim, assassinar o inimigo é um objetivo sempre em pauta.

Triana (2010) ao analisar a forma como o capitalismo tardio atinge o México, aponta para o fato de nos últimos anos haver a intensificação de um fenômeno ultra-violento. A irrupção desta versão radical do capitalismo, segundo a autora, é encontrada nos ditos Países do terceiro mundo, bem como nos países do leste europeu. Tais práticas de violência espetacular, encontrada nestes territórios, instigariam o advento do que nomeia de “capitalismo gore”. Com esse termo a Chicana se refere ao “derramamento de sangue explícito e injustificado, [...] frequentemente misturado com precarização econômica, crime organizado, construção binária do gênero e usos predatórios dos corpos, e isso por meio de violência mais explícita como uma ferramenta de "necro-empoderamento" ^{183 184}.

¹⁸³ Triana, 2010, p.84.

¹⁸⁴ “derramamiento de sangre explícito e injustificado, [...] frecuentemente mezclados con la precarización económica, el crimen organizado, la construcción binaria del género y los usos predatorios de los cuerpos,

A exacerbação do neoliberalismo produziria nestes lugares uma espécie de recolonização através do desejo de hiperconsumo. Dentro do mercado global, a economia criminal é atrelada a economia formal. [...] “as reações do Terceiro Mundo frente às exigências da ordem econômica atual, levam à criação de uma ordem subjacente que faz da violência uma arma de produção e a globaliza”^{185 186}. Assim, por meio do capitalismo gore se daria uma ligação “entre a economia sacrificial da morte e a produção de poder como fatores que redefinem os limites do político. A morte como elemento que questiona, perturba e desloca tanto o poder quanto o domínio do estado em sua exclusividade na aplicação da necropolítica”^{187 188}.

No que se refere especificamente a necropolítica, o sociólogo camaronês Achille Mbembe nota que a expressão maior da soberania encontra-se no poder de determinar aquele que pode viver e quem deve morrer. “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”¹⁸⁹. Ao analisar o contexto africano, mas não só ele, Mbembe mostra como a gestão da morte e sua ampla distribuição tornam-se presentes na administração política desses territórios. Dessa forma, a necropolítica se definiria por um modo de governança em que a violência e o terror presentes nas antigas colônias atingidas pela escravidão, se atualizariam a partir do neoliberalismo.

Em sua argumentação, Mbembe relaciona a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. No estado de sítio, populações inteiras tornam-se alvo do soberano e se veem cingidas e amputadas do resto do mundo. O dia-a-dia é perpassado pelo militarismo. “É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem

todo esto por medio de la violencia más explícita como herramienta de “necroempoderamiento” (TRIANA, 2010, p.84).

¹⁸⁵ las reacciones del Tercer Mundo frente a las exigencias del orden económico actual, conducen a la creación de un orden subyacente que hace de la violencia un arma de producción y la globaliza (TRIANA, 2010, p.89).

¹⁸⁶ Triana, 2010, p.89.

¹⁸⁷ entre la economía sacrificial de la muerte y la producción de poder como factores que redefinen los límites de lo político. La muerte como elemento que cuestiona, perturba y disloca tanto al poder como a la potestad del estado en su exclusividad en cuanto a la aplicación de la necropolítica (TRIANA, 2010, p.89).

¹⁸⁸ Triana, 2010, p.89.

¹⁸⁹ Mbembe, 2016, p. 123.

atirar. [...] A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis”¹⁹⁰.

Guardadas as devidas proporções, em muitos momentos, as favelas do Rio de Janeiro ganham contornos adjacentes a verdadeiros campos de concentração. Análogo às cidades conflagradas pelas guerras convencionais, nas favelas cariocas é rotineiro o fechamento de escolas, por tempo indeterminado, haja vista que crianças têm sido assassinadas e tratadas como se estivessem no *front* da batalha. Favelas são sitiadas por dias, sendo ocupadas por forças militares, o extermínio diário e a violência gratuita impedem que o comércio local funcione ou que as pessoas circulem por seu território¹⁹¹.

Nesta perspectiva, a soberania não é entendida como um projeto de autonomia e racionalidade - tal qual apregoada pelo discurso filosófico moderno - mas como “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”¹⁹². O extermínio de grupos passaria pela utilização de técnicas e aparatos meticulosamente planejados. Logo, haveria certa racionalidade na ilusória insanidade do projeto de extermínio.

Dessa forma, o cientista social relaciona a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. A ele interessa acompanhar os movimentos pelos quais o estado de exceção e as relações de inimizade se configuram como fundamento do direito de matar. “Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhante exceção, emergência e inimigo ficcional”¹⁹³.

Afirmar que a noção de necropolítica nos soa mais ajustada ao estudo do extermínio da população negra e pobre no Brasil, não significa que esse conceito esteja em oposição ao que Foucault denominou biopolítica. Isto porque, como sabemos a biopolítica se serve da imposição da morte em nome da defesa da vida. No curso “Em

¹⁹⁰ *ibidem* p.138.

¹⁹¹ Exemplos desse estado de sítio são inúmeros. Na favela do Jacarezinho no mês de agosto de 2017, durante dias, a população, que beira 90 mil pessoas, viveu sob intenso tiroteio. Escolas e creches foram fechadas. O comércio permaneceu fechado e as pessoas foram obrigadas a estocar comida em casa. Nos becos muito lixo acumulado, devido à falta de coleta e a noite o breu assolava o território em consequência da falta de luz. Até o dia 18 de agosto já havia quatro mortos e quatro feridos.

¹⁹² Mbembe, 2016, p.125.

¹⁹³ *ibidem*, p. 128.

defesa da sociedade”, Foucault questiona: “Como, então, é possível a um poder político matar, incitar a morte, demandar mortes, dar a ordem para matar e expor não apenas seus inimigos, mas também seus próprios cidadãos ao risco de morte?”¹⁹⁴.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”¹⁹⁵.

Ou seja, a explicação está na natureza do racismo como elemento que legitima a eliminação de uma parcela da população. Tomando-o como um instrumento da biopolítica “a raça, ou racismo, é a precondição que torna possível a aceitabilidade da matança. [...] é a condição indispensável para o exercício do poder de matar”¹⁹⁶.

O que a necropolítica de Mbembe nos permite é apropriação desse conceito num contexto outro que não o da Europa e EUA. Talvez, a riqueza do pensamento de Mbembe esteja no fato deste não apenas falar sobre os territórios ditos de terceiro mundo, mas falar a partir desta periferia. É tomando também sua experiência de vida como pertencente a um país de África pós-colonial que se poderá apreender com imensa precisão a centralidade da morte na experiência cotidiana das periferias do capitalismo. Ao contorcer o conceito foucaultiano, o camaronês fez com que um pensamento, tido por muitos como eurocêntrico, elucidasse questões próprias aos territórios periféricos.

Essa reinterpretação dada à economia hegemônica nos territórios historicamente colonizados torna-se palpável de diversas formas, seja na violência perpetrada de forma crua ou nas sutilezas do uso da morte como fonte de capital. Em uma empresa social em que trabalhávamos, por exemplo, o número de acessos aos sites da ONGs batia recorde no momento em que algum membro era assassinado. O sistema, através de cálculos, mostrava o quão lucrativo era a espetacularização da morte de um integrante.

¹⁹⁴ 2003, p. 254.

¹⁹⁵ Mbembe, 2016, p.128.

¹⁹⁶ ibidem, p.256.

De forma muito natural um assassinato era lido através de cifras por seus companheiros de trabalho. O fato de ser um sistema a indicar os picos de acesso ao conteúdo da ONG, na internet, dava um ar asséptico à ação. Assim, falar do assunto não gerava nenhum constrangimento, pois toda a ação assumia um caráter de impessoalidade. O discurso de que fulano em vida vestiu a camisa da empresa social, dava o direito da ONG arrecadar dinheiro com sua morte, o sujeito era produtivo até morto, o que nos mostra como a produtividade nos excede em nossa individualidade, nos lançando em uma megamáquina produtiva.

4.4 Diante da mortificação o que resta é resistir

O caveirão adentra a favela, mais uma vez. Na instituição em que trabalhava como de costume, as mulheres corriam em direção à porta. Embora homens fardados as ofendessem, elas permaneciam firmes na calçada da ONG, a convocarem as crianças e adolescentes que passam pelo beco. Com sua presença, acreditaram poder garantir a segurança dos jovens.

Xingamentos são proferidos, a ordem imposta é a de ninguém na rua, mas os corpos rígidos protestam permanecendo imóveis. Uma senhora passa apressada e, ofegante, vai em direção ao caveirão. Um dos corpos que protestam afrouxa a rigidez ao debochar - "lá vai a cachorra raivosa" - afirma sorrindo. A rigidez das demais amolece e todas riem...

O alvo do escárnio teve o neto assassinado numa incursão policial na favela. A dor daquela avó, que criara o neto como um filho, jamais fora sanada. Sentia correr em seu corpo a mais pura raiva. E sim, a partir da dor da perda, como um 'cachorro raivoso', corria atrás dos carros de polícia que adentravam a favela.

Carregava consigo a certeza de que seu menino morreu porque ninguém teve coragem de prestar-lhe socorro. Ela não estava presente no momento do ocorrido, todavia afirma haver

relatos da omissão de ajuda. As versões sobre o ocorrido eram divergentes, alguns diziam que não havia o que ser feito, pois o rapaz já caíra morto alvejado por tiros.

A ideia de seu menino caído a agonizar sem receber ajuda lhe roubou toda esperança. A princípio ficou engessada, queria morrer também, não tinha força para nada. Mas a raiva a curou, dela retirou força para persistir. Sem esperança, decidiu que, diante de seus olhos, situação similar a de seu neto não ocorrerá. Com a coragem de um 'cão feroz' acompanha de perto as investidas policiais na favela.

Há milhas de distância, numa favela ao norte do Espírito Santo, uma mãe raivosa enfrenta um grupo de rapazes ditos traficantes. Seu filho viciou-se em crack e na busca desesperada pela substância roubou dentro da favela, ato de extrema aflição, o adolescente de quatorze anos roubou dos próprios comerciantes de drogas ilícitas.

A desgraça se abateu sobre sua mãe, seu filho foi sequestrado e torturado. Teve medo de nunca mais ver o filho, na localidade, muitas mães não puderam resgatar nem os corpos de seus meninos. Enlouquecida, aquela mãe enfrentou os traficantes em praça pública, provida de uma força e cinismo exigiu o filho de volta. Ela poderia ter sido morta ali mesmo, mas, inexplicavelmente, não foi... Uma proposta lhe foi feita, ela teria que pagar o resgate do garoto, desesperada vendeu metade do barraco em que vivia e trouxe o filho de volta.

“Não sabes que doença e morte devem nos alcançar em meio a alguma ocupação? Elas alcançam o lavrador enquanto lavra, o marujo enquanto navega, e, tu, em que ocupação queres ser alcançado? Pois, que em alguma o deves ser. Se podes ser [se podes ser alcançado pela morte; M.F.] praticando uma ocupação melhor do que a atual, pratica-a”¹⁹⁷.

A incapacidade de evitar o assassinato abrupto de um parente ou alguém que se ama é desolador. Seja pelas mãos dos ditos traficantes ou pela polícia, essa morte, em geral, é arrebatadora e desterritorializa aqueles atingidos pela perda do ente querido. Embora, o sofrimento seja imenso, em alguns momentos, me deparei com pessoas que conseguiram fazer da dor, ou apesar da dor, o momento de instauração de um novo percurso de vida.

Em inúmeras ocasiões, escutei, principalmente de mulheres, que diante da morte violenta de quem se ama, não há nada mais a ser perdido. Por vezes, me mostraram não haver em suas existências esperança. Poderia de pronto, julgar essas atitudes como simplesmente pessimistas e condizentes a suas vidas. Contudo, não era isso que se apresentava, pois, diante da perda da esperança, essas mulheres se dedicaram a insurgência diária frente às atrocidades do tráfico/Estado. A falta de esperança no futuro fez com que em diversas situações elas agissem levando em conta apenas o que se passava naquele ínfimo momento. Enfrentar homens armados parecia suicídio ou martírio, mas era aposta na vida. Aposta no que escolheram viver naquele momento.

Ao vivenciar o assassinato de alguém a qual amavam, algo fenecia dentro delas. Contudo, desse morrer-se surgia a abertura para outros encontros e para possibilidade de afetação diversa das que eram dominantes anteriormente. O morrer-se no registro da subjetividade tornava-se uma potência de vida: era necessário inventar uma outra forma de existir e lutar para que outros não fossem assassinados.

Ao narrar o texto “O anjo da Morte” de Jean Paul Richter, Pelbart ressalta como, nos dias atuais, ainda não nos vemos desvencilhados da concepção romântica da morte. Nesta perspectiva, a vida é vista como intolerável, já “a morte é entendida como liberação, como descanso, como “sorriso”, a morte que nos livra da dor, da fome, da

¹⁹⁷ Epiteto apud Foucault, 2010, p.431.

sede, da separação, do ciúme, do ódio, do cansaço, do desamparo, do desespero... A morte como alívio e promessa”¹⁹⁸.

No conto de quase duzentos anos, o anjo da morte é descrito como um ser tenro que tem como missão “destacar da arvore da vida o coração esgotado do homem e levá-lo ainda quente rumo às alturas do Éden”¹⁹⁹. Tal é a candura do anjo que, fatigado com tantas mortes em um momento de guerra, deseja senti-la tal qual um humano para, a partir dessa experiência, melhor acalentar as almas no decorrer de suas missões. O anjo da última hora, então, experimenta a dor de viver; contudo, a vida dos homens se apresenta a ele tão penosa que, em poucos dias, se cansa e passa a desejar a morte. “A vida, olhada do ponto de vista da morte, como mais terrível do que a própria morte”²⁰⁰.

Aliado a Marice Blanchot, Pelbart destaca duas concepções inteiramente distintas de morte. Uma delas estaria bem próxima à narrativa do “anjo da morte”. Neste sentido, a morte seria o fundamento da vida. Possuindo um valor transcendente e absoluto, seria ela a passagem para uma vida verdadeira. “A morte como uma verdade plena de sentido, a morte como extremo do poder, como minha possibilidade mais própria em que acabo dizendo Eu, mesmo ao morrer”. A outra concepção refere-se mais a um morrer que a morte, “é mais um rumor do que um fato é da ordem da incerteza, do excesso, da indecisão, do que nunca chega, do que nunca cessa de acontecer, do que não se consuma, do que sempre vem cedo demais ou tarde demais, o que acontece a “ninguém”, pois desapossa o alguém do seu próprio eu”²⁰¹. O morrer refere-se a uma relação com o tempo em seu excesso e na sua proliferação de dimensões. O morrer é uma aventura que desapossa o sujeito de sua vontade é abertura para um tempo multilinear. Não é uma experiência unicamente íntima e psicológica.

Numa perspectiva que dialoga com a de Pelbart (2000), Foucault trabalha o tema da morte enquanto um processo que se atualiza em cada ação cotidiana. Essa ação afirmativa do morrer estava ligada a um exercício de pensamento utilizado no cuidado de si, pela sociedade helenista. Esse exercício em especial era a *meléte thanátou*, meditação sobre a morte, prática milenar retomada durante o período da cultura do cuidado de si. Sendo a morte um acontecimento imprescindível e não apenas possível, a

¹⁹⁸ Pelbart, 2000, p.194.

¹⁹⁹ ibidem, p.193.

²⁰⁰ ibidem, p.194.

²⁰¹ ibidem, p.196.

preparação para esse infortúnio fazia da *meléte thanátou* um exercício privilegiado. Tratava-se da possibilidade de tomada de consciência de si mesmo a partir da atualização da morte em plena vida.

A ideia era de que, se a morte nos alcançará no momento em que fazemos algo, e, se diante dela podemos lançar um olhar sobre nossa própria ocupação e avaliá-la, possivelmente, poderíamos considerar outras ocupações mais belas ou válidas, às quais poderíamos estar realizando no momento de morrer. Logo, são as ocupações mais belas que se “deve” escolher, como se cada ação fosse sempre a última. Assim, “consequentemente, nos colocar na melhor situação para morrer a cada instante”²⁰².

Contudo, a morte não era um simples pensamento sobre o porvir, o que de fato estava em jogo era a capacidade de avaliar o presente e valorizar o passado, isto é, era um pensamento de si enquanto se morre. “O exercício, o pensamento sobre a morte é tão somente um meio para adotar sobre a vida um olhar que opera um corte permitindo apreender o valor do presente [...]”²⁰³.

Ao assistir de perto a morte, ou a possibilidade da morte de um ente querido, pensamos que essas mulheres faziam um exercício ético de escolher que ações seriam verdadeiramente válidas, já que poderiam morrer a qualquer momento. O discurso do “a qualquer hora eu vou morrer mesmo”, guiava a ação delas, na iminência da morte real, escolhiam ocupar-se com o afrontamento com os algozes de seu povo.

E dessa forma, elas correm para ruelas, gritam e acompanham os policiais, traficantes ou quem se ponha em seu caminho. Diante do silêncio imposto, elas ousam falar e retrucar as ordens deferidas. Impõem sua presença, não há rodeios, falam francamente²⁰⁴ no instante em que se dão os acontecimentos, com a coragem do dizer franco enfrentam de mãos limpas policiais, traficantes, caveirões e fuzis. Tal qual parresiasta estas mulheres problematizam com coragem, ao falar francamente e sem retórica. Não se importam com o consenso e nem pedem consentimento para dizer o que pensam/vivem. “Pratica a verdade como atividade, pela fala direta e dizendo o que é perigoso para consigo”²⁰⁵.

²⁰² Foucault, 2010, p. 431.

²⁰³ ibidem, p. 432.

²⁰⁴ O tema da “parresia” ou “falar franco” é amplamente desenvolvido por Foucault em seus três últimos cursos: “A hermenêutica do sujeito”, “O governo de si e dos outros” e “A coragem da verdade”.

²⁰⁵ Passetti, 2011b, p.110.

São elas as testemunhas das atrocidades que as forças do Estado e do dito tráfico empreendem ou das atrocidades que todos veem, mas negligenciam. A coragem do que dizem aquiesce seu agir e elas não temem dizer o que fazem. Se os homens jovens são os que aparecem nas estatísticas de prisão e morte, são suas mães e companheiras que sucumbem à dor da perda. São elas que sozinhas cuidam de seus filhos, que passam dias na fila do presídio, que enterram seus entes.

Quando ocupam o espaço público e enfrentam a polícia e os “traficantes”, estas mulheres não estão a dar visibilidade simplesmente a questões privadas e familiares, como se numa análise simplista estivessem seguindo sua suposta “natureza” ou “instinto maternal”. Em seus embates, infringem a própria ordem instituída, e se lançam em questões que dizem respeito ao funcionamento das relações na cidade, isto é, transformam a sua dor em questão política. Pensamos ser esta uma questão muito próxima à releitura feita por Judith Butler do texto *Antígona*. Em oposição às leituras tradicionais, Butler²⁰⁶ defende o *status* político de Antígona como uma “figura feminina que desafia o Estado através de uma série de poderosos atos físicos e linguísticos”. Dessa forma, o cuidado com o corpo do irmão morto, cultivado pela personagem de *Sófocles*, é uma expressão pública de amor que desobedece a lei imposta.

Passetti²⁰⁷ lembra-nos de que os anarquismos acontecem o tempo todo, cabe a nós estarmos atentos aos ensaios de existência que dão forma à liberdade. Na vida diária são estas práticas anárquicas que dão vazão a “costumes libertários que desintegram hierarquias, abalam a propriedade, corroem os Estados, estraçalham o Indivíduo”. Acreditamos que estas mulheres, através de suas maneiras de viver, provocam ruídos e demolições de certezas e formas estabelecidas. Longe de pretender receber confetes e rótulos de heroínas, nos parece que buscam apenas práticas de liberdade em um mundo de verdades absolutas.

²⁰⁶ 2014, p.19.

²⁰⁷ 2011b, pp. 110-111.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA PENAL COMO REGULADORA DO MERCADO DO CRIME

Pedro, nascido em comunidade muito pobre, desde muito jovem se preocupava com amigos e vizinhos que enveredavam pelo tráfico de drogas. “Seu sonho” – dizia ele –, era de que um dia “pudesse fazer algo por aquelas pessoas”. Muito querido no lugar em que vivia, era respeitado pelos ditos “traficantes” e demais moradores. Com pesar, sempre se lembrava dos amigos que perdera, mortos em ‘combates’ relacionados ao comércio ilegal de entorpecentes. Pedro vira, porém, a possibilidade de realizar seu

sonho quando uma ONG se estabeleceu na comunidade em que vivia: ele aceita, então, o convite daquela instituição para trabalhar como “mediador” - intermediário que “negocia” com “traficantes”. Os “empreendedores sociais” que comandavam a ONG ensinaram a Pedro e aos demais que a melhor forma de abordar os traficantes é “ir vestido com roupas de marcas caras”. Segundo diziam, “só assim se convence jovens a deixarem o tráfico”; “apesar de ‘favelado’ você também tem roupas de marca, mas as conseguiu por outras vias que não a do comércio de drogas”. Golpe do destino, anos após o início de seu trabalho Pedro fora brutalmente assassinado no centro do Rio de Janeiro – a notícia veiculada foi a de que ele fora morto por assaltantes que queriam levar seu “tênis caro de marca”.

Nos capítulos anteriores, inspirados em Mbembe, vimos que a naturalidade com que os jovens negros e favelados, sob a camuflagem do traficante, são abruptamente assassinados, quando não têm suas vidas, histórias, transformadas em produtos comercializáveis, é possível porque facilitada pelo componente histórico do racismo. Em outras palavras, há um caráter desumanizador na concepção de racismo que torna natural a venda das histórias, imagens desses jovens assim como sua dizimação. Diante desse quadro, se faz necessário para nós entendermos mais um viés dessa objetificação, capitalização da vida: nesse capítulo, gostaríamos de entender como se dá o encarceramento seletivo da população, que sob o engodo da “guerra às drogas” aprisiona grande contingente de pessoas, principalmente negros e pobres.

Debruçando-se sobre a realidade brasileira, Flauzina explicita como se deu a construção de um sistema penal de caráter racista²⁰⁸ dentro de uma estrutura pautada pela dita democracia racial. Percorrendo as implicações no decurso do processo

²⁰⁸ Flauzina (2006) aponta para o condicionamento que o racismo imprimiu nas diversas práticas do sistema penal ao longo da história brasileira, dessa forma, ela aponta para a existência de quatro sistemas penais: colonial-mercantilista, imperial-escravista, republicano-positivista e contemporâneo.

histórico, mostra como, na atualidade, o sistema penal e racismo se comunicam e servem de sustentáculo de um projeto genocida. “[...] as atribuições do sistema penal relacionam-se mais concretamente à perseguição de determinados indivíduos do que a contenção de práticas delituosas”²⁰⁹.

Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. É justamente essa característica peculiar do racismo que faz dele uma das justificativas mais correntes nos episódios de genocídio em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos²¹⁰.

“No Brasil, apesar da blindagem que o mito da democracia racial construiu como forma de impedir que se observasse a forte incidência do racismo institucional operando em prejuízo da população negra, não foi possível resguardar o sistema penal de ter sua imagem desgastada pela sua atuação visivelmente pautada pelo racismo”²¹¹. O acesso mais visível e truculento à corporeidade negra seja na vigilância ostensiva, no encarceramento desproporcional ou nas mortes abruptas e injustificáveis produz o genocídio da população negra. Essa problemática não só mostra a forma como se estrutura e se movimenta o sistema penal, mas também expõe um projeto de Estado de inspiração racista que trabalha para a eliminação do contingente negro do país. O sistema penal não é a única ferramenta desse projeto de extermínio da população negra.

Bauman (1998) em uma célebre constatação, afirma que todas as sociedades produzem “estranhos” e, como os produzem à sua própria maneira, lidam de forma particular com aquilo que criam. Em outras palavras, o modo como cada sociedade se relaciona com o que definiu como estranho, anormal, desordeiro não é dado de uma vez por todas, mas é traçado na e pela sociedade. Tal autor ressalta, ainda, que o Estado moderno se proporia a ser a fonte, o defensor e a única garantia da vida ordeira. Logo, somente esta instituição poderia proclamar o que seria ordeiro e o seu inverso a desordem, como também teria por função garantir (obrigar) a todos a viverem sob esta condição. “Foi este, em outras palavras, o Estado moderno – que legislou a ordem para

²⁰⁹ Flauzina, 2006, p.25.

²¹⁰ Flauzina, 2006, p.13.

²¹¹ *ibidem*, p.8

a existência e definiu a ordem como clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras”²¹².

No que concerne à realidade brasileira, Batista (2003a) ressalta que, desde a saída da ditadura militar, o processo de identificação do tráfico de drogas como principal empecilho à afirmação da ordem brasileira serve para fortalecer os sistemas de controle social e, desta forma, naturalizou o seu caráter genocida. Foi, então, que a partir da década de 1980, a figura do “traficante de drogas” – identificada com a população negra e pobre do país –, passou a ser forjada e alimentada no meio social como a principal fonte do caos; dessa forma, a busca pela paz passou a se coadunar com o aniquilamento dos traficantes de drogas²¹³.

No Brasil, a difusão do medo do caos da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. (...) Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas²¹⁴.

A suposta redemocratização brasileira, por sua vez, não extinguiu os aparelhos de controle social usados pela ditadura civil-militar; atrelado a isso houve, a partir da década de 1980, um forte apelo midiático que ligava ao aumento da violência a “redemocratização” do país. Logo, foi necessário, como aponta Batista (2003a), identificar um novo “inimigo interno²¹⁵” que, agora, deixava de ser o “terrorista” e coincidia com a figura do “favelado” tido como “traficante de drogas”.

²¹² Bauman, 1998, p. 28.

²¹³ Afirmar que os ditos traficantes de drogas tornaram-se os inimigos do Estado com a redemocratização, não significa que as populações faveladas não eram perseguidas durante a ditadura empresarial-militar. “as favelas sempre sofreram com a violência de Estado, materializada nas incursões policiais ou nas tentativas de despejo, que acontecem antes, durante e depois da ditadura (CEV, 2015, p. 116). Entre 1964 e 1973 as remoções forçadas atingiram mais de 100.000 pessoas. Além disso, o Estado aumentou a presença de seu aparato repressivo nas favelas, “que se voltou não somente contra as tentativas de mobilização e organização dessas populações, mas também efetivou um intenso controle social sobre todos os aspectos da vida destas pessoas” (ibidem, p.117). Essa atuação do Estado era legitimada a partir de duas justificativas: “a constante afirmação da propensão dos moradores de favelas à criminalidade, a qual possuía raízes já na Primeira República”. De outro lado, o medo [...] de que os favelados poderiam atuar como base para uma revolução de caráter comunista” (ibidem, p.120).

²¹⁴ Batista, 2003a, p.21)

Se as forças de segurança invocaram e invocam, a todo o momento, a imagem da guerra civil²¹⁶, tal posição implica efeitos pseudo-legitimadores da aniquilação de uma parcela da população, instaurando, dentro do Estado democrático, espaços de exceção. Junto a isso, encontramos o jogo político que, sob a justificativa de apaziguamento, cria legislações e políticas “públicas” sobre o tema das drogas. Sob a tênue maquiagem da busca da paz e da ordem, perpetuam o desequilíbrio nas lutas cotidianas entre aqueles que tentam pensar as condutas e aqueles que insistem em resistir.

5.1 A produção da guerra às drogas como mecanismo de controle

A política de segurança põe em funcionamento a atualização e emparelhamento de duas categorias de acusação da sociedade brasileira da década de 70 descritas por Velho²¹⁷: o drogado e o subversivo. No Brasil, a categoria subversivo, amplamente utilizada nos últimos anos, tem servido historicamente para condenar pessoas de esquerda. O subversivo é compreendido como uma ameaça à ordem estabelecida, a ele está associada à ideia de periculosidade e violência. Neste sentido, o subversivo precisa ser identificado e controlado, pois sua figura coloca em risco a ordem política vigente. Seu modo de agir visa à organização e articulação de grupos, por vezes clandestinos. Dessa forma, não se colocaria apenas contra o governo, mas também contra instituição familiar, religiosa, moral, etc.

O subversivo não traz apenas o mal em si, através de suas hipotéticas ligações com forças malignas externas à sociedade; de certa forma ele é visto como possuído por ideologias estranhas, enfeitado por seres desumanos por sua iniquidade e vileza. Por sua vez, o subversivo tem tanto possibilidades de contaminar como de enfeitá-lo. Ele está contaminado e pode passar a doença e ao ser enfeitado adquirir capacidade de enfeitá-lo²¹⁸.

²¹⁵ Em “Operação Rio: o mito das classes perigosas”, Coimbra (2001) sublinha que a categoria “inimigo interno” emerge a partir da “Doutrina de Segurança Nacional”, desenvolvida no período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, como modo de criminalizar os opositores ao regime ditatorial.

²¹⁶ De acordo com Coimbra (2003) o mito de que vivemos em uma “guerra civil” foi fortalecido durante o período da ditadura militar e teve como efeito imediato a militarização da política de segurança pública. Naquele momento, o opositor político foi considerado o “inimigo”. Mais tarde, nos anos 1990, este “inimigo” passou a ser associado aos ditos bandidos, ou seja, a população pobre e criminalizada. Para a autora a militarização através do apelo à lei e à ordem é usada pelas elites com o intuito de impor seus modos de vida e seu poder político econômico.

²¹⁷ 1997, p.62.

²¹⁸ Velho, 1997, p. 63.

Embora ainda seja uma acusação, a categoria drogado percorre caminho inverso, o usuário é amplamente tomado como um viciado ou doente e, a depender do contexto, se assume uma dimensão política. “Enquanto subversivo é uma acusação política, que passa a contaminar todo comportamento, drogado é uma acusação moral e médica que assume uma dimensão política”. Guardadas as devidas diferenças, de acordo com o discurso hegemônico, tanto o drogado quanto o subversivo seriam uma ameaça ao *status quo*, logo, ambos seriam um problema político²¹⁹.

A partir desse emparelhamento, o problema da droga passa a ser associado ao plano subversivo, uma vez que ambas teriam por escopo minar a juventude brasileira e colocar em xeque a ordem estabelecida. A droga seria um instrumento privilegiado, pois ao enfraquecer a moral dos indivíduos os tornaria facilmente corrompidos ou enganados. É dessa forma, que as duas concepções são extensamente moduladas, o que resulta em várias categorizações, dentre elas destacamos a do “subversivo-drogado”, sujeito perigosíssimo, que encarna todos os males e é um agente consciente de contestação à sociedade²²⁰.

A criminóloga venezuelana Rosa Del Omo lançou, no ano de 1987, criterioso estudo sobre a questão das drogas, intitulado “A face oculta da droga”. Seu livro lançou luz sobre as determinações políticas, econômicas e sociais dos discursos vigentes sobre o complexo fenômeno das drogas no período que se estendeu de 1950 a 1980. Dessa forma, evidenciou os vários discursos, por vezes contraditórios entre si, a respeito da questão das drogas e as transformações que a política criminal das drogas sofreu ao longo do tempo. Assim, direcionou seus esforços para a análise dos componentes econômicos, sociais e políticos envolvidos nos discursos do tratamento normativo e criminológico das drogas.

Del Olmo salienta que, em linhas gerais, na década de cinquenta, as drogas não possuíam a mesma importância política e econômica que adquiriu na atualidade, além disso, seu consumo não havia atingido grandes proporções. Nesse contexto, havia um “universo misterioso” em que a droga estava vinculada a determinados grupos ou subculturas, os quais variavam de acordo com cada país: aristocratas europeus,

²¹⁹ *ibidem*.

²²⁰ *ibidem*.

intelectuais, médicos, músicos de *jazz*, “delinquentes”, etc. Na América Latina, a droga já era associada à violência e às classes mais pobres. “Difundia-se seu discurso em termos de “perversão moral” e os consumidores eram considerados “degenerados” ou “criminosos viciados dados a orgias sexuais” porque predominava a associação droga-sexo”²²¹.

Entretanto, os anos sessenta marcam uma grande diferença em relação ao período anterior. O tema das drogas passa a ser amplamente discutido, isso não apenas devido ao aumento de seu consumo, mas em decorrência do público que passou a consumi-la, a saber, os jovens brancos de classe média em meio ao movimento de contracultura. Como efeito, este período torna-se crucial na difusão do modelo médico-sanitário e de consideração da droga como sinônimo de dependência: o consumidor branco de classe média era qualificado como “doente”. Todavia, o estereótipo moral permaneceu viável e o ‘problema das drogas’ passou a apresentar-se como a “luta entre o bem e o mal”, isso porque o discurso jurídico enfatizara a culpa do pequeno revendedor de drogas proveniente dos guetos que estaria corrompendo as famílias.

Deste modo, pode-se afirmar que na década de sessenta se observa um duplo discurso sobre a droga, que pode ser chamado de discurso médico-jurídico, por tratar-se de um híbrido dos modelos predominantes (o modelo médico-sanitário e o modelo ético-jurídico), o qual serviria para estabelecer a ideologia da diferenciação, tão necessária para poder distinguir entre consumidor e traficante. Quer dizer entre doente e delinquente²²².

Foi, contudo, no início da década de 1970, com o consumo da heroína nos Estados Unidos, que o discurso político pôde vincular às drogas a ameaça da ordem social. Exemplo disso foi a afirmação do presidente Nixon que, em 1971, qualificou a heroína como “primeiro inimigo público não econômico”. O fim deste período é marcado pela entrada da cocaína no mercado norte americano e pelo início de uma discussão em torno de um suposto inimigo externo, a saber, o tráfico. O presidente Reagan, em 1986, chegou a classificar as drogas como ameaça à segurança nacional, o que evidenciava a fixação da atenção para além da fronteira norte americana e a busca

²²¹ Del Olmo, 1990, p.30.

²²² Del Olmo, 1990, p. 34.

de um responsável pelo problema. Nesse período, o discurso americano sobre as drogas se difundiu rapidamente por outros países e, na América Latina, iniciou-se o pânico em torno da droga. Os meios de comunicação e especialistas latinos incorporaram o discurso americano não levando em conta as diferenças entre as drogas e os grupos sociais gerando resultados catastróficos.

Apesar de já dar atenção à coca nos países produtores, o principal no discurso era a maconha – a erva maldita como a qualificavam os meios de comunicação – considerada a responsável pela criminalidade e a violência, mas ao mesmo tempo pela “síndrome amotivacional”; tudo dependia na América Latina de quem a consumia. Se eram os habitantes de favelas, seguramente haviam cometido um delito, porque a maconha os tornava agressivos. Se eram os “meninos de bem”, a droga os tornava apáticos²²³.

Del Omo considera que a década de 1980 foi repleta de transformações significativas na questão das drogas. Para a autora, foi naquele momento que se estabeleceu o discurso jurídico transnacional concomitante à internacionalização do controle das drogas. As drogas foram definitivamente convertidas em um problema de segurança nacional e a atenção se voltou para a América Latina e para a criação do estereótipo político do criminoso latino-americano, produtor e distribuidor de drogas. Nos EUA, o consumo aumentou vertiginosamente. A atenção do Estado, contudo, se deslocou do consumidor - que deixa de ser visto como um doente -, e se centrou nas drogas provenientes do exterior e seus aspectos políticos e econômicos. Houve, igualmente, uma consolidação da incorporação do postulado da “Doutrina da Segurança Nacional” ao tema das drogas. De acordo com este discurso o dinheiro movimentado com o comércio internacional de drogas colocaria em risco a economia americana e, além disso, poderia corromper forças policiais e instituições jurídicas, o que colocaria em perigo a estabilidade democrática. Diante de tais alegações, nos anos oitenta, o Presidente Reagan ganhou legitimidade em suas ações e pôde declarar guerra ao comércio internacional de drogas. “Este novo discurso, por seu conteúdo geopolítico, já

²²³ *ibidem*, p.47

não estabelece diferenças entre doente-consumidor e delinquente-traficante como antes, mas entre países vitimas e países vitimados”²²⁴.

Em consonância com Del Omo, Batista (2013) nos alerta que foi a partir dos anos oitenta que o governo americano passou a empregar o combate às drogas como linha central de sua política no continente americano colocando em evidência os interesses geopolíticos por traz da guerra às drogas. Não por acaso, neste período a questão das drogas passou a ser o eixo das políticas de segurança nacional nos países atrelados aos Estados Unidos da América.

Embora o tema das drogas, na atualidade, seja entendido como um problema fundamentalmente de cunho internacional, o “problema das drogas” passa a ser pensado como algo a ser resolvido internamente por cada país, desde que através de normativas que se espelhem nos acordos internacionais²²⁵. No caso do Brasil, isso não se deu de forma adversa, temos modelos de políticas antidrogas que reportam a essas normativas. Exemplo contundente do alinhamento das políticas nacionais com os acordos externos é o contexto de criação do SENAD (Secretaria Nacional AntiDrogas). No ano de 1998, durante a XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, em meio às discussões sobre o “problema da oferta e demanda das drogas”, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso se comprometeu em criar a SENAD. Este órgão seria responsável pela criação e coordenação da Política Nacional Antidrogas e esteve ligado diretamente a Casa Militar da Presidência²²⁶.

5.2 A Justiça Penal e a produção de subjetividades criminalizáveis

Pensamos aqui, brevemente, algumas legislações que versam sobre o tema das drogas ilícitas e como elas se tornam instrumentos privilegiados no jogo político de criminalização da pobreza. Contudo, cabe ressaltar, que nosso empenho pelo estudo

²²⁴ *ibidem*, p.70.

²²⁵ Exemplo contundente da interferência americana nas políticas de segurança nos países latino americanos é a constituição, no âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos) da CICAD (Comissão Interamericana para Controle ao Abuso de Drogas). Este é um fórum político que tem como objetivo tratar dos problemas das drogas no que diz respeito a produção, consumo e tráfico. Carvalho (2012) chama atenção para o fato de que todos os Secretários Executivos deste órgão possuem nacionalidade estadunidense, o que é preocupante dado a importância estratégica para condução da questão das drogas nas Américas.

²²⁶ A SENAD foi criada a partir da Medida Provisória nº 1.669 e Decreto nº 2.632 de 19 de junho de 1998.

dessas legislações não visa apenas estudá-las por elas mesmas, nosso interesse se desloca para os dispositivos de normalização que surgem junto ou à margem dessas leis. Pesquisando a respeito da concepção de lei na obra de Foucault, Fonseca ²²⁷ chega à conclusão de que “uma vez abandonada a concepção estreita de lei como um sistema de comandos e proibições é que se estaria apto para descobrir, não uma separação ou uma distância entre normalização e lei, mas uma interpenetração entre ambas”.

Em suas análises no curso *Segurança, território e população*, Foucault explicita que seu interesse maior é em relação à “norma” e não propriamente à “lei”; logo, quando se debruça sobre os regulamentos seu objetivo é explorar os mecanismos de normalização implicados na lei ²²⁸. Em seu livro *A história da sexualidade I: vontade de saber*, o autor mostra seu desconforto com o fato da concepção jurídica de poder ser aceita com mais facilidade em nossa sociedade. Dessa forma questiona sobre nossa tendência a reconhecer o poder apenas sob seu aspecto negativo, e sobre como ignoramos que os dispositivos mais sutis de dominação não são exclusivos do procedimento da lei ²²⁹.

Razão geral e tática que parece se impor por si mesma: é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos (...). O poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade ²³⁰.

Para Foucault, o poder não reprime, mas produz e incita; dessa forma, o álibi da guerra civil empreendida contra o tráfico de drogas, que justifica o aniquilamento da população pobre, é apenas uma parte da história. Tal história narrada sob a hipótese da repressão, que se limita a explicar a ordem burguesa centrada na coibição não é suficiente para entendermos o problema em questão. O que vivemos hoje é a concretização de um investimento político maciço na produção da criminalidade. E nesse dispositivo de produção da criminalidade a ideia de se viver uma guerra civil em

²²⁷ 2012, p. 143

²²⁸ Foucault, 2008a.

²²⁹ idem, 2012b, p. 96.

²³⁰ ibidem, p. 97.

virtude do tráfico de drogas é apenas uma engrenagem em jogo. Naquilo que a população entende como mecanismos políticos de pacificação, encontramos um jogo de forças conveniente, e também uma guerra incessante que agencia nossas vidas e a integra na produção da criminalidade. Ou seja, há em curso uma guerra política em torno de nossos afetos e do modo como agimos. Dessa forma, empenhamos nossa atenção agora na análise de como a criação de determinadas leis e a produção de ilegalismos estão intimamente ligadas e fazem parte de um poderoso jogo de produção de subjetividades criminalizadas.

Recentemente, no ano de 2006, foi criada no Brasil a lei 11.343²³¹ que na época foi alardeada como uma grande inovação no campo penal: muito se falou que esta seria a primeira lei a reconhecer a diferença entre o traficante e o usuário. Se, na época da promulgação, propagava-se a notícia de que o efeito esperado seria a redução do número de presos por tráfico de drogas, hoje, sabemos que este número aumentou vertiginosamente e nos perguntamos se o aumento do encarceramento em massa foi apenas um ‘efeito inesperado’ ou se esse era um dos objetivos da lei.

Diante de tais questões, difícil não nos remetermos à constatação feita por Foucault (2012a) que, ao examinar o direito penal, concluiu que as leis não são criadas para impedir a desordem ou as condutas irregulares. Para ele, entre o sistema de regras e os jogos de irregularidades a finalidade maior da lei seria a de criar ‘margens de ilegalismos’, ou seja, uma vez instaurada, ela condena determinado número de comportamentos.

De sorte que podemos perguntar se a lei, sob sua aparência de regra geral, não é uma maneira de fazer aparecer alguns ilegalismos diferenciados uns dos outros, que permitirão, por exemplo, o enriquecimento de uns e o empobrecimento de outros, que ora garantirão a tolerância, ora autorizarão a intolerância. O sistema penal seria, nessa medida, um modo de gerir esses ilegalismos, gerir suas diferenças, mantê-los e, por fim, fazê-los funcionar²³².

²³¹ A “Lei de Drogas” de 2006 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescreve medidas para prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Tal legislação, que prevê tratamento diferenciado àquele que porta drogas “para uso próprio” (advertência, prestação de serviços, medidas educativas), não estabelece, porém, critérios explícitos para diferenciar “usuário” e “traficante de entorpecentes”.

²³² Foucault, 2012a p.40.

Como evidenciado por Foucault, o sistema de regras penais não incide da mesma forma sobre todos os indivíduos. Para visualizarmos esta seletividade, no caso da lei 11.343/2006, voltemos nossa atenção para os números. Abramovay (2011), em pesquisa realizada na Fundação Getúlio Vargas, mostra que o principal efeito da citada lei foi o aumento da população carcerária. Ainda de acordo com essa pesquisa, entre 2007 e 2010, o número de sujeitos presos acusados de tráfico de drogas aumentou em 62% no país. Nos três anos que se seguem à lei 11.343, o número de presos por tráfico de drogas quase ultrapassou o de pessoas presas por roubo e se tornou um dos principais motivos de encarceramento no Brasil. Algo nada surpreendente é o fato de que, nesse imenso número de pessoas presas, não há grandes proporções de empresários do narcotráfico²³³. Em sua maioria são moradores das periferias, pobres, que possuíam uma pequena quantidade de droga quando presos. Tal estado de coisas pode ser explicitado em outra pesquisa citada por Abramovay, – ocorrida em 2009, e realizada pela UFRJ e a UNB para traçar o perfil das pessoas presas por tráfico de drogas nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília –, pesquisa que constatou que: 55% eram réus primários, 94% estavam desarmados, 60% estavam sozinhos no momento da abordagem policial. No Rio de Janeiro, 50% dos presos por porte de maconha tinham até 100 gramas da droga, dos presos por cocaína 35% tinham até 10 gramas²³⁴.

Percebemos, então, que essa gestão dos ilegalismos é percebida na aplicação da lei 11.343: a grande maioria das pessoas presas por tráfico de drogas são as de baixo poder aquisitivo que moram na periferia; os jovens de famílias abastadas são, geralmente, identificados como usuários. Temos, então, a ocasião em que uma mesma lei é aplicada de forma diferente dependendo de quem é abordado. Se a lei 11.343 de 2006 reconhece que há diferença entre o traficante e o consumidor, no entanto, ela não cita critérios objetivos para esta diferenciação: fica a cargo da polícia e, mais tarde, do poder judiciário a interpretação²³⁵.

Vera Malagutti ressalta que o sistema penal está estruturalmente montado para não operar a legalidade processual, mas sim para atuar com excessiva e seletiva

²³³ Karam (2007) chama atenção para a exacerbada carga emocional que a expressão ‘narcotráfico’ carrega. Para ela a palavra tráfico que significaria propriamente comércio ilegal já teria ganhado tom alarmante em nossa sociedade; contudo, a alcunha narcotraficante passou a soar como algo mais alarmante. Lembra que este uso, além de tudo, é empregado de forma errada, pois um dos principais alvos do proibicionismo é a cocaína, que não é um narcótico, mas sim um estimulante.

²³⁴ Abramovay, 2011

²³⁵ *ibidem*.

arbitrariedade dirigida aos setores mais vulneráveis da sociedade. No caso da América Latina, afirmará ela: “a própria lei se ocupa de renunciar à legalidade concedendo ampla margem de arbitrariedade a suas agências”²³⁶.

Segundo Alessandro Baratta, criminólogo italiano, o que move as engrenagens do sistema penal não é propriamente a consumação do delito descrito pelas leis, a questão seria mais complexa, o que estaria em jogo seria a possibilidade de poder controlar determinadas parcelas da população. O Estado brasileiro utilizaria então a difusão da ideia de perturbadores da ordem como legitimador de políticas autoritárias de controle social. A busca da ordem, portanto, serviria de justificativa para implementação de políticas e práticas sociais de extermínio desta população.

[...] ao contrário de sua função declarada, isto é, diferentemente de sua ideologia oficial, o sistema de justiça criminal da sociedade capitalista serve para disciplinar despossuídos, para constrangê-los a aceitar a ‘moral do trabalho’ que lhes é imposta pela posição subalterna na divisão de trabalho e na distribuição da riqueza socialmente produzida
²³⁷

Ainda de acordo com esse autor, há uma barganha de serviços entre o sistema da droga e o sistema da justiça criminal. A criminalização seria o cerne do mercado de drogas: “A particularidade da economia da droga proibida é que, para esta, o principal elemento dinamizador do círculo de oferta e procura é a sua própria proibição”²³⁸. Da mesma forma, a figura do traficante de drogas no centro da cena da criminalidade, faz com que haja o assombro social da insegurança com as concomitantes campanhas por lei e ordem que, desta forma, legitimam o sistema da justiça criminal.

A própria noção de “crime” que, por vezes, é tomada como um conceito natural presente em todos os tempos e espaços, na realidade não passa de criação da lei penal situada dentro de um contexto determinado. O sistema penal, por sua vez, ao eleger certas condutas como criminosas, exerce caráter puramente político. “As condutas

²³⁶ Batista, 2003b, p.54.

²³⁷ Baratta, 2003, p. 15.

²³⁸ ibidem, p. 24.

criminalizadas não são naturalmente diferentes de outros fatos socialmente negativos ou situações conflituosas ou desagradáveis não alcançadas pelas leis penais”²³⁹.

Ainda sobre o lugar da conduta criminoso em nossa sociedade, Foucault, no curso o “Nascimento da biopolítica”, na aula ministrada no dia 21 de março de 1979, ao estudar a racionalidade de Estado americana, mais precisamente o neoliberalismo, afirma que a política penal neste sistema não tem como objetivo a supressão ou extinção exaustiva do crime.

A política penal tem por princípio regulador uma simples intervenção no mercado do crime e em relação à oferta do crime [...]. Por conseguinte, a boa política penal não tem em vista, de forma alguma, uma extinção do crime, mas sim um equilíbrio entre curvas de oferta de crime e de demanda negativa. Ou ainda: a sociedade não tem uma necessidade indefinida de conformidade. A sociedade não tem a menor necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo. Uma sociedade vai bem com certa taxa de ilegalidade e iria muito mal se quisesse reduzir indefinidamente essa taxa de ilegalidade²⁴⁰.

No Brasil, em nome da pretensa proteção da população ocorreu, no fim da década de 1980, verdadeiro alvoroço pelo endurecimento penal no trato com o que é entendido como criminalidade. No dia 25 de julho de 1990 foi promulgada no país a lei 8.072, chamada “Lei dos Crimes Hediondos”, que regulamentou o inciso XLIII do artigo 5º da Constituição Federal referente aos crimes considerados “hediondos”. A partir daquele momento, ficou determinado que condutas tipificadas como sequestro, estupro, latrocínio e tráfico de entorpecentes seriam consideradas como crimes hediondos e estariam, portanto, submetidas à nova lei: o aumento no rigor da execução da pena se dá, por exemplo, no cumprimento integral da pena em regime fechado.

Posteriormente, no ano de 1993, o tema voltou à pauta do Congresso Nacional através de um projeto de lei do Poder Executivo. Esse projeto, que alterou algumas disposições da Lei 8.072/90, deu origem, em 1994, a lei nº 8930 a qual abarcou o homicídio qualificado dentre os crimes hediondos. Nota-se, no entanto, que, apesar de aclamado pela mídia e pela sociedade em geral, desde sua promulgação a citada Lei

²³⁹ Karam, 2007, p.186.

²⁴⁰ Foucault, 2008b, p.350.

persiste como elemento de controvérsias e há discussões a respeito da inconstitucionalidade de algumas de suas medidas.

Quando voltamos nosso olhar para o contexto em que esta lei foi aprovada percebe-se que ela foi elaborada e alterada em decorrência de apelos emocionais e intenso sentimento de insegurança impulsionados pela mídia burguesa, notadamente, gerida por determinado grupo social. No período de sua votação, o país vivia sob a grande repercussão ocasionada pelo sequestro do empresário Abílio Diniz, ocorrido no 2º semestre de 1989. Já no caso da inclusão do homicídio qualificado no rol dos crimes tidos como hediondos fica evidente a pressão exercida pela novelista Gloria Peres, a qual teve a filha brutalmente assassinada. Peres por meio da mídia empreendeu uma ‘emocionante’ campanha que arrebatou a sociedade na busca por maior rigidez na punição aos autores de tais crimes.

A violência dramatizada nos meios de comunicação tornou-se um espetáculo em que muitos começaram a acreditar serem potencialmente vitimados por ela. Assim, passou a proliferar a ideia de que o aumento da criminalidade era generalizado, que todos estariam em estado de insegurança e que isso seria consequência das leis excessivamente liberais e da sensação da impunidade entre os criminosos. Logo, abriu-se caminho para o clamor por leis mais duras e penas mais severas. Eis que a resposta imediata oferecida pelo Estado à sociedade foi, mais uma vez, a criação de uma lei com penas mais rigorosas como enfrentamento a criminalidade.

Nos jornais, rádio e televisão, a massificação da ideia de se estar em perigo iminente passa a ser atrelada a dita precarização da cidadania. Isto é, o exercício dos chamados direitos fundamentais, teoricamente, só se dariam quando os cidadãos estivessem em segurança. Assim, nas campanhas políticas e nos projetos de enfrentamento aos problemas sociais, o inimigo a ser vencido é sempre o mesmo: a violência. É óbvio, este oponente, no presente, está inteiramente identificado aos pequenos traficantes de drogas, logo, não é por acaso, que eles são citados na Lei dos Crimes Hediondos, e na Lei 8.072/90.

Destarte, a lógica penal, sustentada pelo poder judiciário, coloniza as relações cotidianas e toda repressão é aclamada e justificada em nome da segurança. Portanto, a própria produção subjetiva passa a ser marcada pela lógica penal, a vida passa em torno

dos mecanismos de segurança, e quando se pede leis mais duras contra a violência que se entende cotidiana – como as dos crimes hediondos – não se avalia quais os efeitos que de fato são produzidos, elas se justificam por si mesmas, a crença na Lei passa a ser algo instituído, natural e, assim, fortalecido.

Quando se analisa os efeitos da Lei dos Crimes Hediondos, é notório que o endurecimento penal não diminuiu a criminalidade registrada, mas concorreu para o agravamento de um problema bastante sério – a superpopulação prisional. O Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente – ILANUD/Brasil, a pedido do Ministério da Justiça, realizou uma pesquisa, publicada no ano de 2005, com o objetivo de avaliar os impactos gerados pela Lei nº 8072/90. Essa pesquisa possuiu dois principais objetivos: um deles seria a verificação da eficácia da Lei no suposto controle da criminalidade e o outro fim seria constatar seu impacto no sistema prisional.

Diante dos dados obtidos chegou-se à conclusão que, na maioria dos crimes, não houve redução nos índices após a edição da citada Lei. “Em regra os crimes registrados estão acima ou acompanham a linha de projeção construída com dados anteriores à Lei”²⁴¹. Já no que tange a questão prisional, constatou-se que o aumento na população carcerária se deu a partir dos anos 1990, período que coincide com a promulgação da Lei dos Crimes Hediondos, em suas duas edições²⁴².

Temos, portanto, a situação em que a Lei não diminui o número de registros de crime, mas ocasionou um grande impacto no sistema penitenciário – o maior tempo de detenção gerou um incremento populacional nas prisões – se as condições prisionais já eram degradantes, antes da citada lei, a situação dos encarcerados piorou. Mais uma vez, perguntamo-nos se esse seria somente um erro, um efeito colateral não analisado previamente, ou se esta seria a real intenção? Afinal, se nossa racionalidade de Estado gira em torno do tema da segurança como abrir mão da insegurança que justifica o controle e gerência dos riscos e perigos ditos cotidianos? Em uma análise foucaultiana colocamos, mais uma vez, em questão o fato das leis por si só não assegurarem segurança àqueles que pretensamente nelas buscam proteção, antes de qualquer coisa as leis apenas delimitam ou definem o que, ou melhor, “aqueles que nos ameaçam”.

²⁴¹ ILANUD, 2005, p.100.

²⁴² *ibidem*, p.102.

Como uma ciranda, a produção da ameaça, ou definição de um acontecimento como delito, também produz o responsável pela ameaça, ou o delinquente na condição de inimigo social e assim convoca a proteção. A resposta, a isso, são leis cada vez mais duras. Exemplo contundente, na atualidade, desse processo de produção de criminalidade é a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 7.663/2010, do deputado Osmar Terra, analisado por muitos como um retrocesso na Justiça Criminal²⁴³, pois, dentre outras coisas, prevê ainda mais rigor na punição da prática do comércio de drogas ilegais, inclusive com aumento do tempo de detenção. Dessa forma, observamos mais uma vez, como a criação da lei e a produção da criminalidade se mostram intimamente ligadas.

5.3 O encarceramento seletivo e a gestão das ilegalidades

Esta concomitância nos envia aos estudos de Foucault (1977) quando de sua análise do sistema carcerário. Ele nos mostra que desde o surgimento da detenção enquanto pena já havia críticas e o anúncio de seu fracasso enquanto justiça penal capaz de conter a criminalidade. Meticulosamente, aponta para o fato de não haver uma sucessão cronológica entre a criação da prisão, a constatação de seu fracasso e sua reforma; pelo contrário, o processo é simultâneo e viria se atualizando há mais de 150 anos. Assim, a detenção penal não diminuiu a taxa de criminalidade, na maioria dos casos chegou a aumentá-la, o que ocasiona quase sempre uma dupla crítica: a prisão não se mostra corretora e, além disso, gera grande custo aos cofres públicos. Notoriamente, a estas censuras a resposta se mostra sempre a mesma, a crença e o retorno aos princípios²⁴⁴ da técnica penitenciária²⁴⁵.

Dito de outro modo, o sistema carcerário já incluía, desde seu início, de forma sobreposta à privação jurídica da liberdade, a constituição de um poder que incidiria

²⁴³ Cabe ressaltar que o PL 7.663/2010 não representa um retrocesso apenas na Justiça Criminal com incidência no sistema prisional. De fato se aprovado este terá impacto negativo sobre o campo das políticas públicas de saúde mental. Isso porque em desacordo com a Lei da Reforma Psiquiátrica - a qual estabelece que as internações hospitalares sejam medidas excepcionais só ocorrendo quando do esgotamento dos recursos extra hospitalares -, prevê a ênfase na internação e isolamento dos usuários de drogas bem como o direcionamento de recursos públicos para entidades privadas.

²⁴⁴ Em um Estado Democrático de Direito, os princípios da boa condição penitenciária seriam os seguintes: princípio da correção, princípio da classificação, princípio da modulação das penas, princípio do trabalho como obrigação e como direito, princípio da educação penitenciária, princípio do controle técnico e princípio das instituições anexas (FOUCAULT, 2009).

²⁴⁵ Foucault, 2009.

sobre os corpos; uma forma de saber que se atualizava através das técnicas penitenciárias e dos especialistas; e a objetivação de indivíduo – produção de uma delinquência útil.

Se o “fracasso” da prisão é parte constituinte de todo esse sistema carcerário, então há que se inverter a questão e não mais investir na busca da causa do fracasso, mas sim pensar a que ele serve. E, a essa inversão do problema proposta por Foucault (1977) atrelamos nossa questão no presente capítulo, a saber: pensar sobre a crença na lei penal como forma de resolução da criminalidade, que, como pudemos analisar, se mostra falha, e mesmo contraditória, naquilo que apregoa como seu objetivo: conter a criminalidade. Como podemos ver apesar de se mostrarem ativamente produtoras de criminalidade, estas ainda fazem parte dos discursos cotidianos como instrumento privilegiado na busca da paz e da ordem. A que serve então o suposto fracasso da prisão e das leis penais?

O fracasso da prisão não constitui propriamente um erro, já que em meio a tantas ilegalidades ele suscita uma forma particular que é a da delinquência. Ao analisar essa produção de uma delinquência útil, viu-se como ela serviu para resumir simbolicamente todas as outras, colocando “à sombra” as demais ilegalidades que se deseja tolerar²⁴⁶. Afirmara Foucault, que se o infrator é qualificado por seu ato, o que caracteriza o delinquente é a sua biografia, esta revelaria o criminoso por detrás do infrator. O delinquente se diferencia do infrator na medida em que não é reconhecido por ser o autor de um ato, “mas pelo fato de estar atado a seu delito por um feixe de fios complexos, como os instintos, as pulsões, as tendências, o temperamento”²⁴⁷.

A penalidade de detenção fabricaria – daí sem dúvida sua longevidade – uma ilegalidade fechada, separada e útil. O circuito da delinquência não seria o subproduto de uma prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que, para gerir as práticas ilegais, investiria algumas delas num mecanismo de “punição-reprodução” de que o encarceramento seria uma das peças principais²⁴⁸.

²⁴⁶ Foucault, 2009, p.262.

²⁴⁷ Fonseca, 2012, p. 178.

²⁴⁸ Foucault, 2009, p.263.

A justiça penal, então, é responsável por distinguir, distribuir e utilizar as infrações com o objetivo de organizar a transgressão das leis e gerir as ilegalidades, em proveito de mecanismos de dominação. Mas também se pode afirmar que a partir da constituição dessa delinquência foi possível e legitimado o controle de todo o campo social, pois a partir da figura do delinquente se justificou certa quadriculagem da cidade e a vigilância ininterrupta de sua população.

5.4 A prisão para além dos muros e gestão policial da vida

Apesar de seu fracasso permanente e de todas as críticas que sobre ela incidem, a prisão persiste. Como vimos, longe de assistirmos seu fim, presenciamos o recrudescimento de Leis que alimentam o seu crescimento. Acontece que o panorama torna-se ainda mais intrincado quando se faz notar que para além de sua continuação, “a prisão está acrescida de novas maneiras de controle de condutas tidas como desviantes e de um investimento maciço em uma parcela da população para antecipar a ocorrência do que historicamente se considera crime”²⁴⁹.

É em nome da segurança, que em nosso tempo, há o controle acirrado da circulação das pessoas pela cidade. Seja através do mapeamento de seus movimentos ou implementação de políticas de contenção, espera-se que pobres e negros apenas se retirem de seu território para eventualmente cumprirem funções trabalhistas. Dessa forma, sob a alegação de combate a violência, a prisão é equalizada e as práticas de contenção transformam as favelas em campos de controle a céu aberto. É assim, que no século XXI presenciamos a atualização do sentido remoto de polícia, descrito por Foucault (2003), como política social. Diante desse quadro, é urgente que a crítica à prisão saia da retórica que apenas nutre sua permanência, “para colocar outros questionamentos diante da expansão das modalidades de cárcere em controles policiais das cidades”²⁵⁰.

Como sabemos, a política de drogas no Brasil interferiu decisivamente sobre os territórios habitados por negros e pobres. Com o acirramento do tráfico de drogas

²⁴⁹ Augusto, 2010, p. 264.

²⁵⁰ *ibidem*, p. 265.

alimentado pela ilegalidade e a criação das ditas “facções criminosas” na década de 1980, a circulação das pessoas nas favelas foi afetada. Não só o Estado encontrou uma justificativa midiática para intervir com policiamento ostensivo nessas áreas, como também, a divisão da cidade em territórios pertencentes a diferentes grupos de revenda de drogas ilícitas sitiou a população não permitindo que moradores de uma área pudessem percorrer vizinhanças circunscritas ao poder de uma facção diferente da que residia.

Apesar de decisivas, a ação policial e a dos revendedores de drogas, não são as únicas que interferem na movimentação das pessoas dentro das favelas e para além delas. Tomadas como ações transformadoras e democráticas várias práticas são orquestradas com o intuito de controlar a circulação das populações. São exemplos atuais, a reformulação do sistema de transporte que acaba com linhas de ônibus que ligavam os territórios periféricos ao centro e a zona sul do Rio de Janeiro; os ditos projetos assistenciais de remoção de população de rua; a suposta revitalização urbana do centro histórico, etc. Estas ações, e muitas outras, incidem diretamente sobre a movimentação da população negra e pobre a mesma que ocupa os presídios.

Nota-se, na atualidade, que a prisão tornou-se um centro de proliferação de grupos e organizações da sociedade civil (ONGs, instituições religiosas, pesquisadores) que se dedicam aos que nela vivem. Ocorre que, frequentemente, esses mesmos grupos estendem sua atuação a favelas e periferias, dessa forma, orquestrando suas ações ao do Estado montam estratégias que contribuem para que as pessoas não se afastem da região onde moram.

A ação de algumas ONGs se aproxima de uma verdadeira privatização de políticas públicas dentro de favelas. A partir da atuação direta dos próprios governados, o arcabouço de controle mantém-se dentro e fora da prisão. Ex-presidiários, moradores da favela, profissionais de saúde e assistência são incorporados nessas empresas sociais e acabam por manter inalterado o exercício de governo pautado na vigilância e contenção de possíveis rebeldias. Na ONG em que trabalhamos, os próprios jovens que compunham grupos culturais se encarregavam de policiar a vida uns dos outros. A partir da massificação do discurso do empreendedorismo de si ao qual eram submetidos, sentiam-se na obrigação de supostamente cuidar do comportamento dos integrantes das atividades. Os exemplos desse gerenciamento do cotidiano são inúmeros e abarcam

minúcias, como quando um membro da orquestra de cordas se incomodou com o tamanho da roupa que uma integrante usava para ensaiar, e se dirigiu a psicologia para pedir auxílio. Igualmente comum era a vigilância sobre o consumo de bebidas alcoólicas, mesmo possuindo mais de 18 anos e fora do ambiente da ONG, alguns integrantes de atividades, se viam obrigados a camuflar cerveja dentro do copo de guaraná natural para não serem delatados.

As pessoas que habitam a região vulnerável se veem enredadas em programas, aparelhos e políticas sociais que a todo o momento registram, monitoram, permitem, recusam, direcionam, redimensionam a circulação num espaço delimitado e móvel. E nesse exercício produzem novas subjetivações afeitas aos controles policiais²⁵¹.

Neste âmago, a prática psicológica corre sempre o risco de servir como legitimadora de um trabalho pretensamente humanizado que, sob a justificativa de cuidar, apenas serve ao gerenciamento das existências. Diante de nossa experiência, ficou evidente que a expectativa da intervenção do psicólogo era de prescrição de um modo, em tese, correto de viver.

Diante dessa governamentalização da sociedade, assiste-se a disseminação de condutas marcadas pelo conservadorismo sob a máscara da democracia participativa. Com Foucault, afirmamos que a prisão não se resume a celas e muros, ela é sim uma verdadeira política. “A combinação entre assistência social, reurbanização de favelas ou de centros históricos e ação repressiva policial dessa intervenção ambiental mostra que a polícia, repressiva ou assistencial, é o agente privilegiado, pois o alvo é o controle da circulação dos fluxos”²⁵².

Ao traçar um percurso histórico e crítico da segregação racial nos Estados Unidos, Wacquant sublinha um parentesco íntimo entre gueto negro e a prisão. Ao pesquisar as instituições que atuaram sucessivamente no confinamento e controle dos afro-americanos pontua que tanto o gueto quanto a prisão “são estruturas de autoridade carregadas de legitimidade duvidosa ou problemática, cuja manutenção é garantida pelo uso intermitente da força externa”²⁵³.

²⁵¹ Augusto, 2010, p. 272.

²⁵² ibidem, p.266.

²⁵³ Wacquant, 2017, p. 22.

[...] o gueto desempenhou o papel de "prisão social", garantindo, assim, o ostracismo social sistemático de afro-americanos e ao mesmo tempo permitindo a exploração da sua força de trabalho na cidade. Após a crise de debilitação do gueto, simbolizada pela grande onda de revoltas urbanas que varreram o país em meados da década de 1960, a prisão preencheu o espaço que se abriu, servindo como um "gueto" substituto para armazenar as parcelas do (sub) proletariado negro que têm sido marginalizadas pela transição à economia de serviços duplos e às políticas estatais de retração do welfare e de retirada das cidades

²⁵⁴

O gueto é tomado por Wacquant como instituição de duas faces que serve de forma diferente a dois grupos: para a categoria dominante, sua função é circunscrever e controlar os que são dominados. Para estes últimos, o gueto torna-se “um recurso integrador e protetor na medida em que livra seus membros de um contato constante com os dominantes e permite colaboração e formação de uma comunidade dentro da esfera restrita de relações criada” ²⁵⁵. Esse mecanismo socioespacial que permite condenar um grupo ao ostracismo funciona como prisão etnoracial. Ocorre que no fim da década de 1970, tornou-se patente a incapacidade do gueto negro em conter a população excedente. Ligado ao seu declínio estrutural e superfluidade funcional houve a ascensão e o crescimento espantoso da prisão ²⁵⁶.

Por certo, que o próprio Wacquant em mais de uma ocasião afirma que as favelas cariocas não são guetos. Em uma entrevista concedida a “Folha de São Paulo”, Wacquant ²⁵⁷ afirma que as favelas brasileiras não são guetos porque nelas não há uma homogeneidade étnica racial e, também, porque os moradores das favelas brasileiras buscam a sua integração na cidade como um todo. Para o sociólogo, em nossos centros urbanos, quem procura romper o contato é a classe média que se enclausura em condomínios engradados.

Cabe salientar que, ainda que exista todo esforço em compor com a cidade, sobre os moradores das favelas pesa o estigma de serem divergentes quando não perigosos. Essa produção social que liga o favelado ao perigoso serve amplamente ao nosso sistema penal. Essa estigmatização econômica e territorial tem papel fundamental no encarceramento seletivo que ocorre no nosso país.

²⁵⁴ idem, 2008, p.13.

²⁵⁵ Wacquant, 2004, 159

²⁵⁶ idem, 2017, p. 20.

²⁵⁷ 2017a.

Se nos EUA a expansão do encarceramento está ligada a falência das políticas de bem estar social e ao descarte do pacto social fordista-keynesiano, no Brasil, não chegamos a experimentar este tipo de política social. Quando analisamos as últimas décadas, vemos que ínfimas políticas sociais implementadas no país não suplantaram o encarceramento da população. Pelo contrário, por aqui elas têm andado juntas, a expansão carcerária e políticas de assistência social funcionam lado a lado no gerenciamento da pobreza. A situação no Brasil ganha outras nuances, quando no último ano (2017), é acelerado no país o projeto de desmonte das já escassas políticas econômicas e assistenciais aliado a precarização e flexibilização do mercado do trabalho o que caminha para um acirramento das práticas de criminalização da pobreza.

Enfim, nesse expandir do Estado Penal a prisão se pulveriza pela sociedade e ultrapassa os muros da prisão. Todos nós, de alguma forma, nos tornamos enredados numa gestão policial da vida. Batista (2012) já ressaltara que em tempos de adesão subjetiva à barbárie, a expansão dos números de presos no Brasil, bem como, a ampliação de sua teia punitiva (justiça alternativa, terapêutica, restauradora), além de transformarem as favelas em campos de controle alimenta a fascistização das relações sociais e a produção do desejo de punir.

CAPÍTULO VI

DOS LAMPEJOS DE RESISTÊNCIA: ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA E LIBERDADE ENQUANTO PRÁTICA

Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista: é preciso cerca de cinco mil vaga-lumes para produzir uma luz equivalente à de uma única vela ²⁵⁸.

*O cheiro incessante de urina aturde o corpo; cambaleando, um passo se segue a outro: quem adentra a prisão, não a esquece²⁵⁹.
Pessoas se espremem em celas onde o mofo vem nos lembrar que ali*

²⁵⁸ Didi- Huberman, 2011, p.52.

²⁵⁹ Enquanto psicóloga tive contato direto com o sistema penitenciário do Rio de Janeiro em três experiências distintas: em 2013, num estágio profissional (convênio da especialização em Psicologia Jurídica da UERJ e SEAP); em 2014, como psicóloga convidada pela coordenação de Psicologia da SEAP e Projeto Vida, fiz grupos de debates com presos de unidades prisionais e Hospital de Custódia e tratamento Henrique Roxo; e, 2014 e 2015, como representante do CRP-RJ no Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

o sol não nasce para todos. Os longos corredores são adornados com braços e mãos que irrompem dos cubículos, parecendo buscar alcançar algo para além das grades. Se se detiveres, por um minuto, descobrirás que aos aprisionados falta o essencial à sobrevivência: não há colchões para dormir, a comida, frequentemente, vem estragada e em muitas unidades prisionais não há se quer água potável...

Na imensidão de corpos amontoados em celas, o tempo parece se desdobrar ao infinito à medida que o espaço adstrito lhes restringe o ar. No alto das celas, diante de pequenas aberturas de onde emana alguma luz, farrapos de toalhas e lençóis são deixados a secar num varal improvisado em meio à umidade do local.

Questiono como é possível sobreviver naquele lugar, uma profissional de saúde me diz que “depende do quanto o indivíduo é resiliente” (sic)...

A imagem de um rapaz de 18 anos abraçando a mãe e a avó estampa a reportagem de um site de pequeno alcance²⁶⁰. A história que conta é idêntica a de muitos garotos dentro da prisão: ao sair da casa de um amigo com a moto de sua propriedade, teve o corpo atravessado por uma bala que lhe custou um rim e parte do intestino. Os autores dos disparos? Policiais!

Ao acordar no hospital, o jovem é arremessado em um pesadelo; fora identificado pelos mesmos policiais como ladrão de

²⁶⁰ Ponte: direitos humanos, justiça e segurança pública. Disponível em: <https://ponte.org/jonathan-relato/>

moto. Sem julgamento, foi levado à prisão e lá permaneceu por 35 dias.

Mas, apesar de tudo, o improvável se apresenta: na prisão só sobrevivera porque dos presos recebeu cuidado. Nos primeiros dias sentia muita dor em decorrência da cirurgia; certa vez, chegou a desmaiar, quando acordou, estava no colo de um preso que desesperado clamava por ajuda. No dia-a-dia, o cuidado se dava nas decisões mais singelas: os presos acordaram de não mais fumar dentro da cela para não prejudicá-lo; no banho de sol, deixaram de jogar futebol ou quando algum jogo acontecia, faziam uma barreira com seus próprios corpos para a bola não atingir o rapaz. Em meio ao pesadelo, aqueles homens, através da generosidade, permitiram àquele rapaz resistir.

O pulso ainda pulsa
O pulso ainda pulsa...

Peste bubônica
Câncer, pneumonia
Raiva, rubéola
Tuberculose e anemia
Rancor, cisticercose
Caxumba, difteria
Encefalite, faringite
Gripe e leucemia...
[...]

E o corpo ainda é pouco
E o corpo ainda é pouco
Assim...

(Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Tony Bellotto)

O sistema prisional do Rio de Janeiro propaga doenças e morte. Nos últimos sete anos, 1.149 presidiários perderam a vida em suas 49 unidades penitenciárias, isso corresponde a uma média de um morto a cada dois dias. A maioria dos presos morre por falta de assistência médica adequada: tuberculose, sífilis, HIV, caxumba, meningite

bacteriana, hepatite viral e anemia por falta de ferro figuram entre os principais problemas de saúde ²⁶¹.

Neste ínterim, a problemática da tuberculose é emblemática e nos serve de analisador. No calabouço, todos são convertidos em sobreviventes: naquele ambiente intoxicante, não há abrigo possível, o fio de ar que propaga a tuberculose é o mesmo que os possibilita permanecer vivos. Dentro da prisão, as chances de um indivíduo adquirir tuberculose é trinta vezes maior que a população em geral. Aniquilamento silencioso – não é apenas através de armas de fogo que o Estado mata – há décadas, a tuberculose configura-se como uma verdadeira “arma biológica” usada contra a população preta e pobre no Brasil.

O desmazelo com a tuberculose, quando a incidência da doença se dá sobre populações às quais se almeja abolir, remonta, pelo menos, ao século XIX. Neste período, embora ela fosse a maior responsável pela mortalidade na cidade do Rio de Janeiro, era notavelmente negligenciada pelas Políticas de Saúde Pública, uma vez que atingia prioritariamente negros. Sidney Chalhoub (1996) apresenta a força do racismo na história brasileira ao contrastar o grande esmero dispensado por médicos e políticos à febre amarela, nas três últimas décadas do século XIX, em decorrência da relação entre a moléstia e a imigração europeia, com o descuido, no mesmo período, com que foi abordado o problema da tuberculose, doença de acepção muito ligada à população negra da cidade. Com efeito, arriscamos afirmar que o ideal de embranquecimento da população carioca do século XIX se atualiza de forma taciturna nas favelas e presídios do século XXI, pois, ainda hoje, a tuberculose continua a dizimar a população negra e pobre do Rio de Janeiro.

A princípio, poderíamos pensar que tal negligência apresenta-se como um antagonismo frente à racionalidade política de nosso tempo, afinal, o propagado é que o Estado teria por objetivo assegurar a vida de sua população. Nesta perspectiva, em tese, o desprezo com a saúde da população encarcerada configuraria o lado ‘irracional’ das políticas, seu limite, aquilo que escaparia às estratégias de poder que têm por fim gerir a vida. Mas não nos iludamos; se temos uma dualidade de estratégia, esta duplicidade se define como duas faces de uma mesma moeda, isto é, são duas operações intrínsecas. Dessa forma, o mesmo poder que tem como máxima a proteção da vida, possibilita, ao

²⁶¹ Aquino, 2017.

mesmo tempo, que milhares de outras sejam dizimadas. Portanto, deixar que presos morram de moléstias tratáveis, também faz parte do funcionamento de nossa racionalidade de Estado. A esse poder que tem duas faces, “o fazer viver e o deixar morrer”, Foucault nomeia “biopolítica”. Em suas análises sobre o que denomina de racismo de Estado, o autor evidencia uma relação inerente entre a mecânica normatizante e medicalizante do ‘fazer viver’, e a face racista do ‘deixar morrer’. Seus estudos dão visibilidade às transformações que legitimam o poder matar num regime que tem por escopo proclamar a própria vida.

No país em que a máxima “bandido bom é bandido morto” circula por todas as classes sociais, o aniquilamento de presos e/ou favelados é tomado como necessário e legitimado em nome daquilo que seria seu objetivo maior, a defesa da própria vida. Numa rápida análise de comentários de leitores em reportagens que denunciam a morte de presos por doenças tratáveis, facilmente encontramos inúmeras justificativas que chegam a afirmar que esta é a saída viável, uma vez que não dispomos oficialmente de pena de morte. Cabe ressaltar que, no Brasil, a cada três presos, um ainda não foi julgado. Os números oficiais, em janeiro de 2017, apontam que o país tem atualmente 654.372 pessoas presas, desse total 221.054 (33,7%) estão em situação provisória²⁶².

Acompanhar o movimento de práticas e políticas, no cotidiano de instituições como o cárcere, lança-nos na certeza de que o único destino viável à prisão é a sua total abolição. A violência empregada pelo Estado, e legitimada pela população em geral, dentro de presídios e áreas pobres, frequentemente, nos faz mergulhar no pessimismo – a sensação é de estar numa luta perdida.

Diante do massacre imposto a estas existências, a questão que se impõe é a de como se aliar a forças de resistência que parecem não existir. Nessa tomada da vida pelo poder, a complexidade do campo de forças atravessado por embates cotidianos, em várias escalas, parece deixar despercebidas as múltiplas reversibilidades envolvidas.

Essa sensação de derrota que experimentamos na contemporaneidade ganhou significação hiperbólica num texto escrito por Pasolini em 1975. No auge de seu esgotamento político, arrebatado pelo que definiria como ditadura industrial e consumista, em que todos se expõem como uma mercadoria, o cineasta/poeta encarnou

²⁶² CNJ, 2017, p.3

um pessimismo fulminante diante da vida, diante de seu desejo de ver aquilo que sobrevive e resiste.

Anos antes (1941), em uma bela e entusiasmada carta, Pasolini narrara os eventos de uma noite de aventura juvenil. Em sua narrativa, a leveza das experimentações daquela noite ganha sentido quando, inesperadamente, há o encontro do cineasta com uma nuvem de vaga-lumes. Trinta e quatro anos mais tarde, nove meses antes de seu brutal assassinato²⁶³, ele volta a falar dos pirilampos, contudo, o tom agora é outro, sombriamente disserta sobre seu desaparecimento. O sumiço dos vaga-lumes, segundo Pasolini, não fora determinado simplesmente pela sombra da noite, eles esvaeceram na ofuscante claridade dos projetores do fascismo, modificado, porém remanescente mesmo após a derrota de Mussolini. Seu artigo de 1975, “Trata-se de um lamento fúnebre sobre o momento em que, na Itália, os vaga-lumes desapareceram, esses sinais humanos da inocência aniquilados pela noite - ou pela luz “feroz” dos projetores - do fascismo triunfante”²⁶⁴.

Didi-Huberman retoma os textos de Pasolini de forma intrigante, ressalta nos escritos do cineasta a preponderância de uma abordagem apocalíptica a qual justamente o impede de dar a ver aquilo que sobrevive. [...] “num estranho paradoxo no qual o discurso de denúncia, por mais lúcido e ‘luminoso’ que seja, ajuda a ofuscar justamente as existências que sobrevivem ou se reinventam, com sua discreta luminosidade”²⁶⁵.

E se nos descolássemos dessa primazia ontológica atribuída à instância do poder e do risco de uma essencialização metafísica, com sua contrapartida messiânica? Se deixássemos de enxergar tudo a partir do "holofote" do poder, não atingiríamos, como o sugeriu Didi-Huberman, também as mínimas imagens que antes pareciam ofuscadas, ou seus lampejos de contrapoder? E se ousássemos afirmar que não é no campo de *Zoé* que se dá essa resistência, mas sim a partir do que Deleuze chamou de uma vida, isto é, da vida concebida como virtualidade, diferença, invenção de formas, potência impessoal, então não é outra a cartografia contemporânea que aparece?²⁶⁶

²⁶³ A morte de Pasolini é ainda hoje cercada de mistério. Oficialmente ele teria sido espancado e atropelado por um jovem garoto de programa. Contudo, várias teorias paralelas circulam e muitos denunciam a negligência das autoridades quanto à investigação do crime. Testemunhas não teriam sido ouvidas, assim como provas teriam sido abandonadas. O que se veicula é que há indícios de fundo político no crime.

²⁶⁴ Didi-Huberman, 2011, p.25

²⁶⁵ Pelbart, 2013, p.18.

²⁶⁶ *ibidem*, p.229.

As relações de força hegemônicas querem nos fazer acreditar e agir como se estivéssemos derrotados, daí estarmos sensíveis apenas à noite escura ou aos holofotes de denúncia estéreis. Agir como vencidos é sermos guiados pela sensação de não haver resistência. “Mas uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha”²⁶⁷.

Didi-Huberman, em sua linda análise, nos leva a acreditar que o que desapareceu completamente não foram os vaga-lumes, mas sim a capacidade de ver aquilo que não desaparece, apesar de tudo; aquilo que em sua inocência insiste em existir, apesar da escuridão da noite ou da claridade dos holofotes²⁶⁸. Apesar de tudo da máquina, os vaga-lumes, ou aqueles que resistem, no nosso caso, estão por aí. Em alguma brecha, em pequenos lampejos, eles ainda se amam, cuidam-se, protegem-se.

Talvez, eles apenas tenham se afastado de nosso campo de visão, posto que as práticas fascistas disseminam-se, e nós nos encontramos afoitos por denunciar as mazelas dessa máquina mortífera. Quem sabe, a maneira como estamos direcionando nosso campo de saber privilegia a visibilidade dos vencidos e os que sucumbem e, assim, tornamo-nos cegos às dobras dos contra poderes que estas mesmas pessoas criam. Nesses tempos sombrios, a resistência é tênue e discreta; assim, ocasionalmente, nossos projetores ferozes de denúncia, as afastam de nossos olhos. De fato, não podemos perder de vista a denúncia das práticas fascistas cotidianas, contudo é importante que não ofusquemos os rastros deixados pelos clarões erráticos e intermitentes. De vez em quando, seria bem mais lícito entender que simplesmente os vagalumes se vão. “Que eles ‘desaparecem’ apenas na medida em que o espectador renuncia a segui-los. Eles desaparecem de sua vista porque o espectador fica no seu lugar que não é mais o melhor lugar para vê-los”²⁶⁹.

Ainda no dilatar do tempo e na compressão do espaço, pequenos acontecimentos fazem ruir os muros da prisão. De perto, a aparente homogeneidade dos corpos se dissipa e, então, é possível encontrarmos lampejos de vidas que se afirmam singulares, rompendo as forças que investem na produção de uma identidade criminosa. Em meio ao terror, despontam pequenas faíscas de resistência, acasos de resplendor: histórias de amor, cuidado e amizade são engendradas, apesar dos muros que as tentam isolar.

²⁶⁷ Didi-Huberman, 2011, p.47.

²⁶⁸ *ibidem*, p.65.

²⁶⁹ *ibidem*, p. 47.

Nestes recintos de confinamento, a resistência habita as frestas do espaço tempo, o sistema é sabotado, por exemplo, no ínfimo momento em que dois presos são levados a atendimento médico e, no breve instante desse encontro, iniciam uma história de cuidado mútuo. Apesar da tentativa de atomização, nem sempre a prisão consegue sanar a potência dos encontros, apesar do sofrimento, as pessoas aprisionadas ainda insistem em se afetar, em encarnar seu desejo. Insurgentes do cotidiano transformam seus corpos e relações em campos de batalha na luta por práticas libertárias.

Neste capítulo, discorreremos sobre a produção de “subjetividades resilientes”, assim como apresentaremos algumas narrativas que apontam para a contramão dos empreendedorismos de si, pequenas e passageiras luzes de resistência. A partir de uma experiência de trabalho na SEAP, entendemos que o empreendedorismo de si se faz presente no sistema carcerário quando através do discurso da resiliência tenta-se produzir uma moral do investimento em si marcada pela superação do sofrimento através da adequação às normas e padrões de produtividade. Ainda dentro da prisão, mas também em narrativas advindas de favelas, encontramos fagulhas de resistência que nos mostram que é possível cultivar práticas de insurgência dentro do jogo de força que, a todo o momento, caminha para estados de dominação.

Diante de experiências de extremo sofrimento, como o encarceramento por anos, a morte de um filho em meio à operação policial ou mesmo a dor de uma mãe ao se deparar com o filho torturado por ditos traficantes de drogas, nos encontramos com pessoas que conseguiram criar um espaço de resistência. Nestes contextos de violência, estes sujeitos nos mostram que ainda é possível exercer o poder sobre si mesmo e construir uma estética da existência. Esta ética de resistir às relações de poder, saber e subjetividade consiste numa elaboração ativa de si para consigo, o que se distancia sobremaneira de uma acomodação apregoada pelo viés mercadológico da resiliência. Se na resiliência é necessário aderir às metas produzidas por meio de referenciais heterodeterminados, nas práticas de resistência os sujeitos se metamorfoseiam e criam novas formas de existir.

Pelbart ²⁷⁰ ressalta que a lógica de funcionamento da biopolítica é análoga às dobras da fita de *Moebius* “dada à reversibilidade que lhes é intrínseca, sob certas condições, revelam o seu avesso. Como se, nos dois casos, fosse preciso ir até o limite

²⁷⁰ 2013, p.14.

de um processo para virá-lo do avesso”. O avesso revelado, portanto, estava presente desde o início. Em conformidade com Foucault ²⁷¹, buscaremos entender a resistência desses sujeitos como uma elaboração ativa e não uma adequação. Para tanto, retomaremos a ideia de “cuidado de si” como uma prática de condução dos jogos de poder presentes em toda relação, prática esta que teria como estratégia o cuidado com o campo relacional como meio de barrar a solidificação das relações de poder em estados de dominação. “Esta aposta equivale a não apenas estabelecer um combate com os mecanismos de controle e submissão que se espalham pela sociedade, como também estabelecer uma luta com as técnicas de subjetivação que atravessam a nós mesmos” ²⁷².

6.1 Nas marginais seguimos: o empreendedorismo em forma de resiliência no sistema prisional

É um tempo em que os “conselheiros perversos” estão em plena glória luminosa, enquanto os resistentes de todos os tipos, ativos ou “passivos”, se transformam em vaga-lumes fugidios tentando se fazer tão discretos quanto possível, continuando ao mesmo tempo a emitir seus sinais. O universo dantesco, dessa forma, inverteu-se: é o inferno que, a partir de então, é exposto com seus políticos desonestos, superexpostos, gloriosos. Quanto aos lucciole, eles tentam escapar como podem à ameaça, à condenação que a partir de então atinge sua existência ²⁷³.

Uma vez mais, nosso campo de pesquisa ganha contorno a partir de experiências que se dão às margens da Avenida Brasil. No calor extenuante do bairro de Benfica, habitamos uma terceira margem do Rio ²⁷⁴ (de Janeiro). Estamos no Patronato, instituição conhecida como a “porta de saída” do Sistema Prisional do Estado. Numa rápida análise da fria lei (Lei de Execução Penal- 7210/84) descobrimos que, em tese, o Patronato é destinado a prestar assistência aos sujeitos albergados e egressos do sistema prisional. No Rio de Janeiro, esta instituição se configura como um Órgão do Poder Executivo e é pertencente à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado

²⁷¹ 2010a, 272.

²⁷² Orellana, 2012, p.50.

²⁷³ Didi- Huberman, 2011, p.17.

²⁷⁴ Aqui fazemos alusão ao conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa (1994).

(SEAP). Seu objetivo é realizar o cumprimento dos chamados benefícios penais tais como: Liberdade Condicional, Sursi, Prisão Albergue Domiciliar, Prisão Albergue Domiciliar Monitorada, Limitação de Final de Semana e Prestação de Serviços a Comunidade ²⁷⁵.

O lugar o qual ocupávamos no Patronato situava-se em um limiar: embora possuíssemos as credenciais de uma profissional formada, desempenhávamos a função de estagiária. Em uma instituição marcada por práticas totalitárias, a condição fronteiriça se apresentava como um sítio privilegiado, pois, nesse caso, carregava em si o estatuto de passageiro - permanecíamos na instituição com data prevista para nossa retirada. No cotidiano daquele espaço, sustentávamos a função de psicóloga, porém não compúnhamos seu quadro de funcionários, posição estratégica: um estar dentro permanecendo fora!

Este estágio profissional surgiu a partir de um acordo entre a Coordenação de Psicologia da SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) e o Curso de Pós-graduação em Psicologia Jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A proposta geradora do estágio consistia na articulação de um trabalho conjunto entre estagiários e alguns psicólogos funcionários da SEAP. Estes profissionais teriam por objetivo principal aperfeiçoar o acesso dos egressos do sistema penitenciário a uma rede de cuidados extramuros. Dessa forma, a equipe de estagiários se dedicava a duas frentes de trabalho: buscava encadear uma rede de serviços, voltada aos ex-detentos, através de visitas institucionais e contato telefônico – serviços de saúde, assistência social e ONGS; junto a isso, dentro do espaço do Patronato, colocava-se à disposição dos egressos e albergados para acolhimento e possíveis encaminhamentos.

A princípio, tínhamos muitas expectativas quanto ao trabalho a ser feito. Acreditamos que a atmosfera daquele local poderia ser leve, um respirar em direção à liberdade, afinal aqueles sujeitos estariam deixando a prisão e tendo a possibilidade

²⁷⁵ RIO DE JANEIRO, 2017.

de reescrever suas histórias. Todavia, tão logo iniciamos nossa imersão no cotidiano daquela instituição, sentimos a densidade do ar pesar sobre os nossos ombros. No Patronato, não encontrávamos leveza, diariamente éramos lembrados que o livrar-se da repressão das grades não significava encontrar a liberdade.

Evidentemente, estar fora da prisão era de fundamental importância; contudo, empiricamente descobríamos que não haveria uma natureza livre do homem com a qual ele se harmonizaria após deixar para trás as grades. Cotidianamente, viemos a concordar com Foucault²⁷⁶, quando este afirmara que não basta “romper esses ferrolhos repressivos para que o homem se reconcilie consigo mesmo, reencontre sua natureza ou retome contato com sua origem e restaure uma relação plena e positiva consigo mesmo”.

Sabemos que Foucault converte a liberdade em um problema estratégico ligado às ações dos indivíduos, dessa forma ela não se limita a um bem ou atributo a ser adquirido. Sendo o poder definido pela expectativa de condução da conduta das pessoas, as relações de poder e liberdade não são contrárias. Na verdade, enfatizará que “só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência insólita e ilimitada, não haverá relações de poder”²⁷⁷.

Por nenhum momento, podíamos perder de vista que a solução para a prisão é a sua total abolição, contudo, aquela experiência no Patronato nos mostrava que o que

²⁷⁶ 2010a, p.265.

²⁷⁷ Foucault, 2010a, p. 276.

chamávamos liberdade era algo muito mais complexo, após se livrar dos muros de contenção, como seria possível abolir o carcereiro que as forças em jogo na atualidade fomentam em nós? Foucault tornara a análise do campo da liberdade mais intrincada ao desnudar o modo de funcionamento do poder. Tomando as relações de poder em seu aspecto produtivo, ele mostra como é entrelaçado o papel da liberdade nesse jogo. Precisamente, nas palavras de Orellana²⁷⁸, uma microfísica do poder corresponderia a uma microfísica da liberdade.

Agir sobre condutas se mostra especialmente instável, uma vez que as estratégias de poder se modificam a cada resistência encontrada, assim podemos afirmar que as relações de poder “não são dadas de uma vez por todas”²⁷⁹. Enfim, se as relações de poder se dão de forma produtiva em constante ligação com a liberdade, não basta que se elimine as repressões para que o sujeito reencontre sua natureza livre. Na verdade, a própria liberdade faz parte do jogo estratégico do poder. À vista disso, a luta dos egressos do sistema penal não acontece em torno do resgate do que eram, sua resistência consiste em se livrar, em criar práticas de libertação que rompam cotidianamente com a identidade imposta a eles – traficante, ladrão, criminoso, ex-presos.

Quando libertados da prisão, um novo dilema se impõe, é preciso encontrar as práticas de liberdade que permitam articular outras formas de existência que não a imposta pela violência do Estado. “É por isso que insisto, sobretudo, nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez têm seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade”²⁸⁰.

Os poderes e as resistências estão, portanto, disseminados em uma mesma rede de relações, apoiando-se e reativando-se mutuamente. A relação de poder encontra seu limite na existência de resistências, é o ponto de uma derrocada possível a partir do qual retrocede e se reconfigura. Por sua vez, os pontos de resistência têm seu ápice nos mecanismos de sujeição, reinventando-se a partir do enfrentamento, escrevendo sua diferença sob a linguagem do poder²⁸¹.

²⁷⁸ 2012, p.41.

²⁷⁹ Foucault, 2010a, p.276.

²⁸⁰ ibidem, p.266.

²⁸¹ Orellana, 2012, p.44.

De acordo com o pensamento foucaultiano do combate de forças e criação de resistência, só existem relações de poder em todo o campo social, porque há liberdade por toda parte. Contudo, alerta-nos o filósofo, em determinados momentos, o que há, efetivamente, são os chamados estados de dominação - em que os espaços de resistências são reduzidos ao mínimo. “Em inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada”²⁸².

Foucault introduz uma distinção contundente entre a “situação estratégica” (relações de poder e práticas de liberdade) e os chamados “estados de dominação”. Os estados de dominação conjeturam uma corrosão das relações de poder, em que estas deixam de ser móveis e uma vez engessadas não permitem intervenções no sentido de sua modificação. Com isso, a mobilidade das relações de poder própria à situação estratégica é limitada, o que pressupõe o esgotamento das práticas de liberdade. Não obstante, cabe salientar que o que rege o deslocamento entre a situação estratégica e o estado de dominação não é propriamente o apagamento da liberdade, mas a negação de seu exercício²⁸³.

Como conjurar a instauração de estados de dominação? Essa era uma questão colocada por Foucault²⁸⁴ e apropriada por nós no Patronato. Em meio à tanta violência sofrida, tornava-se paulatinamente mais difícil encontrar naquelas existências modos de viver que privilegiassem a prática de liberdade. A dureza da vida na prisão, que se perpetuava nas histórias extramuros, denotavam relações de poder solidificadas. Neste ínterim, o espaço do Patronato apresentava-se como mais um espaço onde a ameaça do domínio atualizava-se com toda força. A dificuldade em forjar espaços de resistência não era apenas dos egressos, sentíamos-nos inteiramente engessados.

²⁸² Foucault, 2010a, p. 277.

²⁸³ Orellanas, 2012, 46.

²⁸⁴ 2010a, p.286.

A atmosfera quente e sufocante formava uma espécie de teia que unia egressos, acompanhantes, funcionários e estagiários. Análogo a uma tecelagem, a costura dessa malha se dava a cada inspirar e expirar, assim o mesmo fio de ar percorria os vários corpos e uma trama era tecida. Nesta rede, pessoas das mais diversas posições, de certa forma, tornam-se ligadas, porém os lugares que ocupam eram marcadamente distintos. Os egressos, não raro, traziam em seu peito, a “marca de uma flechada”, cicatriz deixada pela tuberculose, doença propagada também pelo ar.

Os fios que nos ligavam eram estes e muitos outros. Diante da sensação de sufocamento, todo espaço se convertia em um campo de batalha e, dessa forma, a resistência só parecia possível através de brechas provisórias. De pronto, percebíamos que a dureza e violência do Estado se atualizavam na própria estruturação do espaço da instituição em que estagiávamos. Seu prédio se localizava ao lado do Batalhão Prisional da Polícia Militar, o que gerava imenso terror em muitos egressos. À entrada, um imenso portão de ferro rodeado de alto muro, que em nada se distinguia das unidades prisionais.

No hall de entrada, uma sala de espera fora improvisada; ao adentrarmos, a sensação era de estarmos em uma pequena igreja: os bancos de madeira enfileirados, a postura dos corpos reclinados sobre si mesmos, a cabeça baixa e o silêncio quase reflexivo davam um tom apostolado ao lugar. Se tivesse que nomeá-lo, o batizaria de “templo da postergação da liberdade”.

A liberdade ali era um sonho que parecia infinitamente inalcançável, dependia do aval de um burocrata que estava sempre a um passo à frente daqueles corpos. Como o personagem

JFK, do livro “O processo” de Kafka, os egressos se viam enredados na burocracia, assim, buscavam a solução do problema sempre na próxima sala... Infinitas salas, infinitos papéis e protocolos.

A esmagadora maioria dos presos não conhecia o seu processo, ou melhor, não entendiam a fria letra da Lei e seus tentáculos que os condenaram. O funcionamento do Patronato e as obrigações dos egressos pareciam não estar manifestos para aqueles sujeitos.

Astuciosa emboscada, diante de homens que mal sabiam ler, as informações se propagavam através de cartilhas e panfletos pregados na parede, isso quando dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (2014) confirmam que a maior parte dos presos não concluiu o ensino fundamental. Eram regras para todos os lados: boné não podia, quando um egresso chegava de bermuda, não podia entrar – mas, mal tinham o dinheiro da passagem para chegar até ali!

A grande maioria dos funcionários eram ISAPS (Inspetores de Segurança de Administração Penitenciária) realocados; endurecidos pelo trabalho dentro dos presídios, mostravam-se geralmente ríspidos no atendimento. A equipe técnica, composta por psicólogo e assistente social, apresentava-se também soterrada pela burocracia. Em alguns casos, lhe era exigida confecção de Exames criminológicos. Além disso, alguns técnicos reclamavam da obrigação de preencher um questionário padrão que lhes tomava muito tempo, tornando seu trabalho estrangulado.

No caminho até a sala da equipe técnica havia mais uma provação. Após sobreviverem ao encarceramento, homens e mulheres aguardam o atendimento na fila que se estendia em um estreito corredor, ali permaneciam sentados impávidos de frente para uma parede branca. Sufocante! Com olhar de estrangeira, facilmente associava aquele espaço a uma espécie de “cantinho da

disciplina”. A cena nos lembrava do castigo perpetrado à crianças que, quando faziam algo dito errado, eram colocadas de frente para parede permanecendo ali algum tempo para refletir sobre seu atos impróprios.

Esse olhar estrangeiro o qual imputávamos à instituição, no início foi recebido com bastante desconfiança pelos funcionários. A lógica carcerária, presente nas diversas práticas, a qual separavam os agentes do Estado dos ditos criminosos, passou a pautar também a relação da equipe de estagiários com os funcionários. Cada pergunta ou curiosidade sobre o funcionamento da instituição era recebida como uma inquirição policial. Esta percepção dos estagiários ganhou fundamento quando, numa reunião de equipe, a direção do Patronato apresentou o projeto e, categoricamente, afirmou que os estagiários estavam ali para “observar o trabalho e apontar o que havia de errado”. Essa fala por muito tempo sacramentou as relações dentro do espaço. Supostamente, com nosso olhar acadêmico, policiaríamos os funcionários e estes, por sua vez, fariam o mesmo com os egressos. Sorrateiramente, a fala da direção ganhou eco não apenas nas ações dos funcionários, em diversos momentos nos víamos avaliando e pessoalizando a prática de alguns profissionais.

Passado o primeiro mês inseridos naquela rotina, alguns estagiários junto à supervisão avaliaram que os egressos permaneciam muito tempo ociosos à espera de atendimento e essa ocasião poderia ser melhor aproveitada. Decidiu-se então convidar ONGS e profissionais de saúde para palestrar sobre os mais diversos temas. Por fim, sobre o pretexto de não deixar os egressos sem palestras, deliberou-se abrir o espaço, inclusive, para instituições religiosas que já faziam trabalhos dentro da SEAP. Muitos de nós se opuseram, entretanto o argumento segundo o qual “é melhor isso, do que nada” venceu.

As palestras pareciam roubar o pouco ar que ainda restava. Nos discursos, em sua maioria motivacionais, receitas de como tornar-se um empreendedor de si. O trabalho e a religião, frequentemente, eram eleitos como único caminho para a salvação daquelas vidas. Mais detidamente, podemos perceber que algo em comum direcionava as palestras: ex detentos, religiosos, empreendedores sociais ou profissionais de saúde

davam o testemunho de suas vidas ou de outrem sempre pelo mesmo viés, o da resiliência e do empreendedorismo de si. O recorte das falas passava pela superação da dor, pela suportabilidade, que como bem lembra Salete de Oliveira ²⁸⁵ é inerente à religião e à resiliência. Seja na religião ou na ciência, o governo das condutas se faz presente na busca dessa capacidade otimizadora que se atualiza na ininterrupta restauração diante das degradações.

Os conceitos de invencibilidade ou invulnerabilidade, ainda bastante usuais na atualidade, são apontados por pesquisadores como precursores do termo resiliência na Psicologia. A partir de levantamento bibliográfico, Yunes aponta que o psiquiatra infantil Edwyn James Anthony foi o primeiro a usar o termo invulnerabilidade na literatura da psicopatologia do desenvolvimento. Anthony introduziu o conceito para descrever crianças que se apresentavam supostamente saudáveis emocionalmente, embora tivessem vivido longos períodos de adversidades e estresse ²⁸⁶.

É seguindo a referência dos estudos de Anthony, cujas pesquisas são publicadas sob o título *The invulnerable child*, que o conceito de resiliência entra no Brasil durante a ditadura civil-militar. “Estas incursões iniciais da resiliência no país dirigiam-se simultaneamente à crianças espancadas, trituradas, moídas pelos seus pais, responsáveis, ou autoridades superiores que exerciam sua força sobre seus corpos” ²⁸⁷.

Resilientes são aqueles que tudo suportam, toleram e acolhem. Talvez não seja fortuito que estudos sobre resiliência no Brasil, tenham ganhado campo contemporaneamente, quando a medicina buscava uma forma científica de responder, na década de 1970, durante a ditadura militar, às surras e mutilações de corpos de crianças por seus próprios pais ²⁸⁸.

Nos dias de hoje, nota-se que respaldada pela noção de vulnerabilidade o conceito de resiliência tem se configurado como a atualização da ideia de vítima. Resilientes são as vítimas que superaram as situações estressoras permanecendo intactas

²⁸⁵ 2011, p.91.

²⁸⁶ Yunes, 2003, p. 77.

²⁸⁷ Oliveira, 2012, p.125.

²⁸⁸ idem, 2011, p.92

e felizes. “Renova-se o lugar da vítima e se perpetua o jogo dela própria com seu próximo algoz. E dela como o próximo algoz de alguém enquanto forma de governo incentivada a ser praticada por cada um”²⁸⁹.

Um dos primórdios no estudo da resiliência foi Frederic Flach, que no ano de 1966, afirmara que a resiliência depende da habilidade do indivíduo reconhecer a dor que o aflige, apreender seu sentido e, enfim, tolerá-la até que possa resolver o impasse de forma construtiva²⁹⁰. Essa espécie de superação pelo conformismo encontra eco nos estudos da resiliência que foram se desenvolvendo ao longo das décadas. Ainda hoje, a resiliência é definida como uma “forma de recuperação após uma exposição a adversidades severas e/ou prolongadas, sendo a resiliência identificada como a capacidade de “sobreviver” e de se ser bem ajustado perante a exposição a determinado trauma [...]”²⁹¹.

Oliveira nos mostra como a resiliência tem se apresentado como imprescindível ao empreendedorismo. É ela quem equipa e fomenta as adequações adaptativas através da suposta superação das denominadas vulnerabilidades. “A resiliência produz e dá forma a condutas de apaziguamentos distendidos e contenções de resistências, em simultâneo compasso com o que vem sendo chamado de ‘cuidado’ e ‘proteção da vida’”²⁹².

O elemento realçado nesta terceira estratégia é a “criatividade”. Se não estamos mais diante de modelos, mas de moldagens auto-deformantes que se modulam (Deleuze, 1992: 211), parece haver aqui uma vinculação entre ajustes cabíveis menos pela adaptação clássica do comportamentalismo e mais pela vertente cognitiva das neurociências, que também restaura o comportamental, entretanto, pela via de algo mais próximo a uma adequação²⁹³.

O aprisionamento, as péssimas condições de sobrevivência, a tortura a que são submetidos, a seletividade que leva ao encarceramento em massa da população pobre e preta não é colocado em questão. Assim, a discussão sobre a resiliência no Brasil acaba por privilegiar a continuidade das situações de degradação ao focar na adequação de

²⁸⁹ ibidem, p.93.

²⁹⁰ Flach, 1991.

²⁹¹ Rutter, 1985 APUD Rodrigues, 2014, p.7.

²⁹² Oliveira, 2012, p.105.

²⁹³ idem, 2011, p.95.

condutas. Sobrevivências operacionalizadas onde a criatividade é ponderada pela capacidade de suportar o intolerável. Nesta educação para tolerância, o investimento na resiliência está atrelado a “uma conduta esperada para pacificações de confrontos onde a restauração do degradado encontra sua acomodação ensimesmada na armadilha entre suportabilidades e superação do que há de nocivo nas adversidades [...]”²⁹⁴.

Nas últimas décadas, o conceito de resiliência vem sendo amplamente adotado pela Psicologia Positiva, para os estudiosos dessa área a importância da análise da resiliência está na compreensão de uma suposta força humana, [...] “quando ela se expressa, as virtudes e as forças pessoais tornam-se conhecidas e, essa possibilidade produz efeitos importantes na vida dos indivíduos, uma vez que favorece suas potencialidades, tornando-os mais fortes e produtivos”²⁹⁵.

A psicologia positiva surge em 1997 a partir da articulação dos estudos de Martin Seligman (então presidente da APA) e Mihaly Csikszentmihalyi (renomado psicólogo). Para seus criadores a psicologia positiva é compreendida, então, como “a nova ciência da força e da resiliência”²⁹⁶. A pretensão destes estudiosos era a de deslocar o tradicional foco da psicologia americana (problemas familiares, patologia e doença mental), “introduzindo uma nova agenda de pesquisa concentrada naquelas condições que fazem indivíduos ter sucesso, florescer e atingir estados de felicidade”²⁹⁷. É neste contexto que, desde a década de 1990, a questão da utilidade da felicidade vem movimentando inúmeros estudos científicos. Na sociedade regida pelo empreendedorismo de si, o “ser feliz” tornou-se parte de um projeto de sucesso sendo a felicidade, prontamente, convertida em um “bem subjetivo” ou “capital psicológico positivo” suscetível de ser acumulado. “Na era da reprodutibilidade científica, a felicidade desponta como recurso estratégico para otimização da saúde, da sociabilidade e da produtividade”²⁹⁸.

É nesta perspectiva, que a ciência da felicidade ensina que o bem-estar subjetivo pode ser desenvolvido através de aprendizado e treinamento. O capital humano seria subjacente a um projeto individual no qual é necessário se esforçar ao extremo e fazer

²⁹⁴ idem, 2012, p.124

²⁹⁵ Paludo; Koller, 2007, p.13.

²⁹⁶ Seligman; Csikszentmihalyi, 2000, p.8 apud Freire Filho, 2010, p. 73.

²⁹⁷ Binkley, 2010, p. 85.

²⁹⁸ Freire Filho, 2010, p. 50.

as escolhas corretas. Dessa forma, coragem, tolerância, otimismo, perseverança seriam competências que quando bem investidas incrementam esse capital emocional ²⁹⁹.

Nos discursos motivacionais, empreendidos no Patronato, falava-se muito dessa suposta capacidade de elasticidade emocional dos sujeitos, era notória a ênfase na estabilidade do indivíduo. A crença era a de que o indivíduo que mantivesse um “equilíbrio psicológico” diante das dificuldades enfrentadas no sistema prisional possuiria uma maior chance de retornar a uma vida produtiva. Aquele que não se conformava com o sofrimento na prisão estaria sujeito a retornar a uma vida dita criminosa. Cada vez mais, tornava-se notório que neste binarismo – sujeitos recuperáveis e sujeitos reincidentes - a tal estabilidade emocional denotava uma pacificação das condutas. Sair psicologicamente saudável da prisão depois de todo sofrimento do enclausuramento era o mesmo que estar pacificado, o que Salete de Oliveira ³⁰⁰ denomina de “apaziguamento de rebeldias”.

Alguns teriam a competência de se recuperar das situações de sofrimento, voltando a sua forma ‘normal’ depois do abalo, ou mesmo não se comovendo diante da dor. “E o que se cultiva e se forma são plasticidades amorfas, repletas de formas e formas moldáveis e moduláveis, que se dilatam, encolhem e se recolhem, distendem-se, absorvem, distendem-se, acomodam, dissimulam e se conformam como bolhas elásticas que são” ³⁰¹.

Na resiliência não há lugar para fissuras. As subjetividades flexíveis que buscam o equilíbrio pacificador diante da tormenta rechaçam qualquer ruptura ou fratura. Essa ideia de elasticidade acompanha a própria emergência do termo resiliência.

Em sua maioria, os pesquisadores brasileiros defendem que o conceito de resiliência é originário da física ³⁰². Yunes, por exemplo, retoma o significado de resiliência no dicionário onde o termo na Física é definido como “a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica”, ou ainda “a habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida: flexibilidade” ³⁰³.

²⁹⁹ *ibidem*, 57.

³⁰⁰ 2012

³⁰¹ Oliveira, 2012, p.107.

³⁰² Brandão et al, 2011, p.263.

³⁰³ Ferreira, 1999 apud Yunes, 2003, p. 76.

Segundo Mbembe, nos dias de hoje, há o surgimento de uma “forma inédita de vida psíquica apoiada na memória artificial e numérica e em modelos cognitivos provindos das neurociências e da neuroeconomia”. Esses automatismos psíquicos e tecnológicos, por sua vez, inauguram “a ficção de um novo ser humano, empresário de si mesmo, plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefatos que a época oferece”³⁰⁴.

[...] Em primeiro lugar é um indivíduo aprisionado no seu desejo. A sua felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como produto de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens desse mundo) este homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo, procura antes de mais nada regular a sua conduta em função de normas de mercado, sem hesitar em se auto-instrumentalizar e instrumentalizar outros para otimizar a sua quota-parte de felicidade³⁰⁵.

Naquele hall transformado em sala de espera, todas as luzes eram direcionadas aos poucos que, à sua maneira, toleraram o terrível do sistema prisional e supostamente retomaram sua vida de forma produtiva e pacífica. Gradativamente, percebíamos que a banalização das situações de violência, vivenciadas pelos presos, as tornavam estranhamente familiares a eles. Em alguns momentos, o sofrimento imputado era tomado como necessário pelos próprios egressos. Tal era a força do discurso de resiliência que, por vezes, ouvimos ex-detentos afirmarem que foi preciso passar pelo sofrimento para “dar valor a vida”. Naquilo que Deleuze (1992) denominou “sociedade de controle”, o policiamento das condutas se estende para além dos muros da prisão. Nas mais diversas práticas, que supostamente visam à segurança, encontramos o discurso que insufla a tolerância. Dessa forma, aquilo (aquele) que se rebela é facilmente sufocado.

O intolerável se tornava invisível, nas práticas de produção de indivíduos resilientes só há espaço para os que toleram. Por isso, resta a nós a pergunta de Foucault: “Como arrancar esta violência da penumbra e da familiaridade que a fazem

³⁰⁴ Mbembe, 2014, p. 14.

³⁰⁵ *ibidem*, p.15.

quase invisível? Como fazê-la surgir da neblina dos mecanismos gerais que lhe conferem o ar da inevitabilidade e, por fim, tolerável?”³⁰⁶.

6.2 Por linhas pontilhadas seguimos: resistir nas fissuras e irromper no novo

Os vaga-lumes desapareceram? Certamente não. Alguns estão bem perto de nós, eles nos roçam na escuridão; outros partiram para além do horizonte, tentando reformar em outro lugar sua comunidade, sua minoria, seu desejo partilhado³⁰⁷.

Diante da fadiga, a busca por ar nos levou ao pátio da instituição. Ali, uma castanheira frondosa rasga o concreto e ultrapassa os limites do prédio. Seus frutos caem e à sombra apodrecem e se enchem de larvas. Certa feita, em busca de ar fresco ao abrigo da árvore, descobrimos que os pequenos vermes estavam habitando as frestas das paredes do prédio. Ficamos intrigados, como poderiam as larvas sobreviverem em meio ao cimento? O que tornava possível vermes macios habitarem o concreto?

Os vermes resistiam nas frestas e através de fissuras. Não eram elásticos como os resilientes, a se estender e retornar ao ponto inicial. As larvas resistiam porque agiam na mudança, persistir era rasgar-se e transformar-se em outrem, era metamorfosear-se: ovos, larvas, pupa e moscas...

Concluí que havia em curso uma secreta conspiração: sobre os olhos de todos, as larvas e a castanheira corroíam de modo persistente os muros da instituição. Naquele momento, não conseguíamos encontrar forças para nos aliarmos dentro da

³⁰⁶ Foucault, 1994b, p. 139

³⁰⁷ Didi- Huberman, 2011, p. 160

instituição, então decidi que era necessário nos aliar a eles para juntos habitarmos as frestas em busca da derrubada da instituição. Era preciso criar fissuras no concreto e como as larvas e a castanheira encontrar formas de resistir.

Não por acaso, nossa equipe de estagiários instalou-se em um cômodo que ficava à parte, uma sala à sombra da castanheira. Aquele espaço no futuro seria a biblioteca do Patronato, mas por hora fora por nós utilizado. Colocamo-nos à disposição dos egressos. Muitos passaram a nos procurar para conversar, queriam ser ouvidos por alguém. Depois de anos encarcerados, circular pela cidade era um exercício de redescobertas: a cidade não é estática, vias são criadas e derrubadas, pontes são construídas, muros também...

Muitos não possuíam qualquer laço fora da prisão, por vezes, não tinham para onde retornar. Encontramos muitas vidas massacradas pelo sistema prisional, contudo, no mar de dores uma cena se destacava e tornava-se, aos nossos olhos, recorrente: muitos presos apresentavam-se acompanhados de familiares – esposa, mãe, madrinha, avó, irmãos, etc.

Em nossa sala improvisada, à sombra da árvore, em muitos momentos, fomos presenteados com a beleza de histórias inesperadas. Muitos daqueles corpos em luta traziam consigo um desejo que soava indestrutível: retribuir o amor da família. Não sabemos se a obstinação daqueles projetos de vida se diluíram com o tempo e as dificuldades pós-muros, contudo, a nós coube modestamente testemunhar a força como se apresentava tal desejo e as limitações que o mundo impunha a sua concretização.

Em algumas ocasiões, a equipe técnica do Patronato nos encaminhava egressos, cujo caso julgava podermos contribuir. Um desses casos era o acompanhamento de um rapaz que fora à nós dirigido por tratar-se de um indivíduo supostamente “revoltado”. Em um determinado dia, eu era a única estagiária no serviço, geralmente, atendíamos em dupla, quando o rapaz com fama de

inconformado chegou. Viera cumprir as obrigações do regime condicional e fora direcionado, posteriormente, à sala dos estagiários. Entre muitos assuntos, conversamos sobre o funcionamento, localização e estrutura do Patronato. Aquele era um espaço que, para ele, longe de prestar uma assistência e ajudar em sua vida fora da prisão tornara-se um dificultador. Seu sustento decorria de um emprego informal, era vendedor ambulante, então, todas as ocasiões em que comparecia à instituição via arruinar-se o dia de trabalho. Quanto à palestra, dizia que não via hora de acabar. Todavia, para nossa surpresa, sentiu-se aliviado quando a fila prosseguiu e pôde sentar no corredor. Como alguém poderia gostar de ficar naquele espaço?

De frente para a parede branca, lembrava-se de sua mãe. Quando criança ficava com a avó para a mãe trabalhar, porém em determinada circunstância, a avó não pôde cuidar dele, então a mãe se viu obrigada a levá-lo por uma semana para o trabalho. A mãe trabalhava como doméstica, os patrões permitiram que o menino a acompanhasse no trabalho, contudo não queriam que isso atrapalhasse a rotina da casa.

Por uma semana, ele permaneceu no quarto de empregada e esta foi uma experiência maravilhosa aos seus olhos de criança; há muito não tinha a mãe por perto por tanto tempo. Sentia-se numa grande aventura: a viagem de trem bem cedo, a casa imensa e silenciosa, o frio na barriga com medo de ser notado - depois de tantas recomendações da mãe. Em uma de suas lembranças mais doces, recorda que a mãe ao vê-lo entediado, no minúsculo cômodo, sentou-se ao seu lado e diante das paredes úmidas com infiltração ensinou o filho a procurar figuras nas manchas irregulares de mofo. Imaginava linhas e contornos e, ao juntar os pontos, criava em sua mente desenhos e dos desenhos histórias. Era

como um livro de histórias que ia criando através dos desenhos que imaginava.

No tédio que o arrebatava à espera de atendimento no Patronato, se pegou, novamente, percorrendo com o olhar a rugosidade da parede branca; em suas protuberâncias e manchas de poeiras, juntou traços e criou desenhos. Aquele rapaz era muito amado por sua mãe e mesmo na dureza daquele espaço e experiência, não pode se esquecer de sua família e do afeto que nutriam uns pelos outros. Aquele corredor, seco e sufocante a mim, foi palco de uma lembrança amorosa de um corpo fustigado pelo aprisionamento. Ainda que na monocromia, vidas e histórias resistiam. Naquele dia, o rapaz dito revoltado, falou de amor e de projetos.

Por mais que uma configuração de forças agisse buscando oprimir aqueles corpos, muitas pessoas, diariamente, frustravam essa tentativa. Embora as práticas de criminalização da população negra e pobre incidissem de forma poderosa sobre aquelas existências, a imposição do cativeiro não se dava de forma perfeita: a vida resistia por todos os lados. O sofrimento ainda se fazia presente, no entanto, aqueles homens e mulheres nos narravam inúmeras estratégias cotidianas de sobrevivência, a que mais nos chamou à atenção fora a do esforço em manter seus laços familiares.

No Patronato, diferente das unidades prisionais, não havia separação por facção. Na sala de espera, todos se sentavam lado a lado e em meio aos egressos também estavam os familiares. Matriarcas e esposas, em sua maioria, escoltavam filhos e companheiros. São estas mesmas mulheres que, por anos, visitam seus entes nos presídios e que por eles passam madrugadas em filas e se submetem a revistas vexatórias e muita humilhação.

Notável é que, para uma gama de pesquisadores, o fator social gerador de criminalidade é justamente a falta de uma família denominada por eles de “estruturada” – ou seja, uma família nuclear. Rauter nota que a ideia de família desestruturada,

tomada por muitos profissionais de saúde como uma causa da criminalidade e da violência, atua apresentando como referência um modelo abstrato de família que não corresponde à realidade ³⁰⁸. O que os estudiosos e profissionais de saúde apontavam como uma família desestruturada ou disfuncional, desencadeadora da criminalidade, figurava na narrativa de muitos egressos do sistema prisional como único esteio na luta para permanecerem vivos.

Em uma manhã, conheci um rapaz que fora preso quando o filho ainda era um bebê, sua companheira sempre levava a criança para visitá-lo e ele sentia uma dor imensa todas as vezes que seu menino ia embora e ele permanecia atrás dos muros da prisão. Seu maior medo era de que uma facção rival a sua invadisse a favela em que sua família residia e conseqüentemente a segurança de seu filho corresse risco.

A cada visita, via seu filho crescer e se perguntava se o menino saberia sobreviver. Quando questionado sobre como ele aprendeu a sobreviver, a resposta vem de pronto: através do amor e cuidado de sua madrinha.

Em tenra idade, fora viver com a madrinha que já possuía três filhos. Recordar-se que nas noites de tiroteio na favela era muito comum ficarem sem energia elétrica. Com medo das balas, sua madrinha deitava as crianças ao chão e, por perto, mantinham uma vela acesa. Ao som das munições de guerra, como se nada estivesse acontecendo, as quatro crianças contorciam os dedos sob a luz da vela e das sombras projetadas na parede do barraco criavam monstros, passarinhos e coelhos. Aquela era tática de sua madrinha para mantê-los vivos: sobreviviam a partir das sombras na parede.

³⁰⁸ Rauter, 2011, p.107.

Há muito que os negros encontraram na constituição de famílias (aparentadas ou não) uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro. Por muito tempo, o racismo impediu que viajantes e observadores vissem o que denominavam como amontoado de negros como uma família. Sob esta perspectiva, a escravidão teria aniquilado a possibilidade do relacionamento familiar, assim, nas senzalas onde havia solidariedade e ajuda mútua, apenas se avistava promiscuidade e violência. Até a década de 1970, na mesma sequência, pesquisadores³⁰⁹ interpretavam os relatos dos viajantes tomando a família escravizada como resultado de uma política senhorial que apenas servia de pilar ao escravismo. Para estes pesquisadores a constituição de laços familiares apenas tornava os escravos mais vulneráveis à vontade do senhor, os laços parentais apenas serviriam para organizar e pacificar os cativos.

Na década de 1980, Robert Slenes, ao fazer uma releitura dos relatos de viagem e ao realizar um minucioso estudo demográfico, introduziu um novo enfoque na abordagem das relações familiares estabelecidas entre os escravos no Brasil. Segundo o autor “As opiniões dos observadores no século XIX sobre a família escrava são mais úteis para revelar desvios no olhar branco do que no lar negro”³¹⁰.

O mote de sua pesquisa retoma justamente a descrição feita por um viajante: Charles Ribeyrolles. Em seu relato o viajante francês assevera que jamais havia visto nas senzalas uma flor, isto porque esta denotaria sinais de esperança ou de recordações, sentimentos para ele ausentes naquele meio, já que negava que a família pudesse fazer parte da vida dos escravos. Contrapondo-se a Ribeyrolles, Slenes aponta nas entrelinhas e detalhes dos relatos que os escravos, de origens étnicas diferentes, descobriram a flor na senzala a partir de experiências semelhantes no cativeiro e heranças culturais em comum. A formação de famílias no cativeiro “não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo, que os escravos criavam a partir de suas esperanças e recordações”³¹¹.

Dessa forma, o pesquisador buscou recuperar a perspectiva do escravo sobre questões, embora significativas, tomadas corriqueiramente como miúdas. Assim, na

³⁰⁹ Florentino e Góes, 1997.

³¹⁰ Slenes, 2011, p.140.

³¹¹ *ibidem*, p.59.

análise das entrelinhas dos relatos mostrou-se notório o papel da família como um projeto de vida: ela se configura como um dos principais campos de batalha entre o escravo e o senhor ³¹².

Sob esta perspectiva, a família escravizada não poderia ser considerada como apenas mais um artifício do domínio escravista, pelo contrário, as relações familiares fortaleciam a resistência dos escravos por meio dos laços de solidariedade e das heranças africanas. No Rio de Janeiro do século XXI, a solidariedade dos laços familiares ainda se configura como um instrumento de resistência entre os descendentes dos negros, outrora escravizados, que hoje lotam as prisões. A preocupação com familiares, durante o período de encarceramento, é assunto recorrente entre os egressos.

Sabemos que a prisão desterritorializa, e imediatamente, frente a seu corpo aturdido, o territorializa da forma que mais lhe serve. Ao adentrar à prisão, todo sujeito é identificado como pertencente a uma facção. Mas, e se aquele sujeito não faz parte de nenhum grupo? Não importa, o sistema o coloca como pertencente à determinada facção a depender da localidade em que vivia. Ou seja, ao ser preso, você passa a concernir a um grupo e se torna inimigo dos demais. Até mesmo os milicianos ou renegados pelas facções têm um grupo: o “povo de Israel”.

As prisões de hoje funcionariam como uma atualização das senzalas, contudo, agora haveria um perverso recrudescimento. Isso porque hoje sabemos que o aprisionamento nas senzalas teve como um efeito, não esperado pelos escravagistas, “um enorme potencial de vinculação coletiva comunitária” ³¹³. Ainda que os escravizados viessem de diferentes tribos e nações africanas, o sofrimento a eles imputado não os fez sucumbir ao isolamento. O sentimento de pertencimento a algo maior que os transbordava os fez criar “uma trama social cuja coesão criativa permitiu, não apenas a sobrevivência dos individuados corpos ali cativos, mas a permanência de valores culturais que matizam hoje muito fortemente o imaginário nacional” ³¹⁴. Em outro extremo, na atualidade, o aprisionamento tende a dificultar a “conjunção e organização, tendendo, muitas vezes, a repetir a mesma lógica da organização social que as colocou ali” ³¹⁵. Frente a essa força aterradora que funciona tentando atomizar as

³¹² *ibidem*.

³¹³ Monteiro et al, 2006, p.8.

³¹⁴ *ibidem*.

³¹⁵ *ibidem*.

existências, uma estranha resistência viável é sentir-se pertencente a uma família. Se o mundo burguês transformou a instituição família num bem privado, os prisioneiros subvertem essa lógica e as vivem, muitas vezes, como um vínculo com a comunidade. Assim, a torção daquilo que identificamos como família persiste, na senzala e nas prisões de hoje, se equilibrando num fio da navalha. Num jogo agonístico ela se faz ao mesmo tempo estratégia de captura, prisão, mas também instrumento de contra-conduta ante o investimento de quebra de laço e isolamento.

6.3 O amor político enquanto ato revolucionário

Só se escreve por amor, toda escritura é uma carta de amor: a 'Réel-literature'. Só se deveria morrer por amor, e não de morte trágica. Só se deveria escrever por essa morte, ou deixar de escrever por esse amor, ou continuar a escrever, os dois a um só tempo³¹⁶.

Em celas na prisão, quartos de empregada ou barracos nas favelas, pessoas se aglutinam em frente a paredes e projetam seus sonhos para além dos muros. Infelizmente, muitos devaneios se desmancham no longo período de encarceramento, entretanto, alguns ultrapassam o tempo e as grades.

A primeira vista, Maria se assemelhava a mais uma sobrevivente do sistema prisional. Mulher negra, mãe solo, proveniente do interior, veio para o Rio de Janeiro em busca de conforto para seu filho. Subiu o morro e foi morar junto aos pretos que há muito ocupam aquele espaço. Como a história de tantas outras Marias, antes do aprisionamento, trabalhava cuidando de outrem quando seu menino sucumbiu ao tráfico. Diante de inúmeros infortúnios, mais um viera a se tornar o ápice de seu tormento: a polícia havia encontrado droga ilícita em sua casa. Sem pestanejar assumira a culpa pelo adolescente. Sentia-se

³¹⁶ Deleuze; Parnet, p.41, 1998.

responsável pelo que acontecia ao menino; naquele momento, acreditava que seu garoto ainda carregava a possibilidade de ser feliz, já ela não.

María havia escutado histórias terríveis sobre a instituição destinada aos jovens infratores (DEGASE), não concebia, de forma alguma, a possibilidade de ver seu menino trancafiado. Encarou a prisão como mais uma dificuldade em sua vida.

À época, o olhar que voltava a si era absorto por reflexões de amargura e consternação, pois nutria verdadeiro desprezo por si mesma. Esse olhar fora construído de forma violenta, marcado abandono e racismo: não encontrava beleza em sua negritude, conseqüentemente, anulava-se.

Quando a conheci estava deixando o sistema penitenciário, e demonstrava estar inventando outra relação consigo mesma e com os outros. Na prisão chegou ao limite da amargura e solidão³¹⁷.

Apesar dos corpos permanecerem amontoados em minúsculos espaços, o aprisionamento busca a todo custo atomizar as existências, parece ser premente a tentativa do sistema de agir desligando as pessoas de seus laços sociais, amorosos e familiares. Para as mulheres, há uma dificuldade maior, pois a esmagadora maioria das presas é abandonada por seus companheiros quando presas³¹⁸. Com o aprisionamento, muitos laços são desfeitos, mas as

³¹⁷ Resultado de uma intensa pesquisa teórica e de campo, desenvolvida entre os anos de 1976 e 1978, o livro “Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres”, de Julita Lemgruber (1999), ainda se mostra atual ao abordar a problemática das mulheres duplamente punidas: através da pena que recebem e do abandono a que são submetidas na prisão. De maneira diferente dos homens, as mulheres perdem o contato com sua família parental. Em geral, a sociedade marcada por relações patriarcais e machistas tem uma rejeição maior pelas mulheres em comparação com os homens que cometem crimes.

³¹⁸ Números da SEAP revelam que somente 34 das 2.104 (1,6%) internas das seis unidades prisionais femininas do estado recebem visita íntima. Este direito foi adquirido em 2001, 17 anos após a promulgação da lei que a princípio beneficiava apenas aos homens. Se comparado os dados das visitas íntimas aos homens, esse número mostra-se irrisório, pois 2.183 dos 40.746 presos (5,3%) encontram as companheiras no parlatório (COSTA, 2016).

mulheres insistem em resistir – criam laços de solidariedade e amor entre elas.

Diante da morte da vida que conhecia, na escuridão que se encontrava, experimentou o improvável, Maria revirou-se do avesso e se reinventou. Experimentou amar-se.

A guinada se deu a partir do encontro daquela mulher com a escritura de cartas. Em uma saída do presídio para consulta médica, conheceu um presidiário. As poucas palavras que trocaram ensinaram neles o desejo de manter uma relação, eis que começaram uma longa conversa a partir de trocas de correspondências.

À medida que trocava mensagens, apaixonava-se pelo destinatário e acima de tudo por si. O exercício de tentar apresentar-se nas cartas, o esforço de apreender no papel nuances suas, a fez querer viver como nunca havia vivido. Ao escrever não buscava interpretar-se nos escombros de seus atos passados, nem mesmo parecia tentar reconstituir uma identidade perdida. Em um ato de construção de existência ética, moldava sua vida na tentativa de fazer corresponder àquilo que podia realizar e o que havia proposto para si.

Assim, decretaram-se namorados! Sentiu-se pela primeira vez amada, e encontrou forças para persistir. Quanto mais se amava, mais odiava a prisão! A família do namorado passou a visitá-la, a atenção dispensada a ela e o cuidado recebido a tornou mais feliz. Quando presa, sentiu a tristeza tomar conta de seus pensamentos, mas as cartas, de certa forma, a salvaram. Descobriu que amava escrever, voltou a estudar e já tinha o esboço de um livro que pretendia fazer sobre sua vida. De sua cela navegava em muitos

sonhos, queria viver uma vida que nunca fora possível, embarcou num navio que singrava em direção a outros cais.

O navio ao qual embarcara a levava em direção a outros possíveis. Aquilo que narrava se distanciava do amor romântico ou cristão que busca na posteridade a salvação. Buscava salvar-se sim, mas de outra maneira: contorcia o amor num ato de resistência, o que destoava da forma hegemônica de se relacionar na atualidade.

Na sociedade do empreendedorismo de si e da construção de subjetividades resilientes o amor foi transformado em um produto descartável. Neste sentido, ele não passaria de mais um artifício a incrementar as vendas de perfumes e filmes românticos. “Vivemos uma enorme dificuldade em dar vazão para criações que não sejam rapidamente capturadas pelo mercado ou privatizadas e colocadas na prateleira do mercado ou atrás de uma vitrine. O perigo está na forma como os afetos circulam em nossa sociedade”³¹⁹.

Ainda sobre nosso modo de amar na atualidade, Suely Rolnik³²⁰ atesta que o capital influenciou a forma como nos relacionamos. Na maior parte do tempo, oscilamos entre o medo ou o fascínio à desterritorialização. Amedrontados, nos apegamos obsessivamente às relações simbióticas ou então experimentamos a desterritorialização como um fim e, então, inteiramente desprovidos de territórios, nos decompos fatalmente. Para Rolnik, esses dois extremos da experimentação, por vezes, coexistem na vida de uma mesma pessoa, assim, nessa limitação da sensibilidade quem perde é o amor, pois a vida se fecha a outras frequências de experimentação.

Em um dos extremos, é ao medo da desterritorialização que sucumbimos: nos enclausuramos na simbiose, nos intoxicamos de familiarismo, nos anestesiemos a toda sensação de mundo, endurecemos. No outro extremo — quando já conseguimos não resistir à desterritorialização e, mergulhados em seu movimento, tornamo-nos pura intensidade, pura emoção de mundo —, um outro perigo nos espreita. Fatal agora pode ser o fascínio que a desterritorialização exerce sobre nós: ao invés de vivê-la como uma dimensão imprescindível da criação de territórios, nós a tomamos como uma finalidade em si mesma³²¹.

³¹⁹ Trindade, 2017.

³²⁰ 2017.

³²¹ Rolnik, 2017, p.1.

Acontece que a vida pulsa e é possível vazar pelas bordas das apreensões, a estética da existência se apoia justamente na possibilidade da reversibilidade dos jogos do poder. Como num fio da navalha, Maria atravessa esses modos hegemônicos de se relacionar e inventou um próprio. Num lugar inóspito, diante da amargura de estar aprisionada, aquela mulher negra e favelada se descobre amada por outrem e por si mesma. Expropriados de seus próprios corpos, o amor que ousaram experimentar os lançou num campo comum arrancando-os da solidão. Nesse sentido, o amor tornou-se político, um ato perigoso ao sistema, ferramenta privilegiada de constituição de comum onde a capacidade de afetar e ser afetado foi potencializada. Como afirmaram Negri e Hardt ³²², aquilo que se busca no amor é “a produção de subjetividade e o encontro de singularidades, que compõem novos agrupamentos e constituem novas formas do comum”.

A troca de correspondência é um grito desprendido que a leva a mover-se. De sua cela ela inventa, ainda que desajeitadamente, outra forma de viver e experimentar seus sentimentos. Amar torna-se um ato revolucionário e Maria dribla os discursos de produção de resiliência e instaura para si uma nova forma de lidar consigo e com o mundo. Maria esgarça a subjetividade dada e cria outra forma de experimentar os acontecimentos.

Da mesma maneira que as relações de poder são plásticas em sua tentativa de moldar a ação dos indivíduos, as táticas de resistência forjadas a cada embate confirmam a possibilidade infinita da transgressão. “A verdadeira tarefa política consiste em defender, reafirmar e reinventar o âmbito em que o indivíduo exerce transformações sobre si mesmo e sobre seu universo relacional. Por esse motivo, podemos concluir que a tarefa que aqui é descrita representa uma *ética do cuidado da liberdade*” ³²³.

Fora do encarceramento, na condicional, tentava criar laços em sua vida, ainda não havia conseguido encontrar o namorado que ainda permanecia preso, contudo povoou sua vida com os familiares do destinatário de suas cartas, foi acolhida e agora vivia com eles. Prestou vestibular, aspirava começar um curso superior, estava

³²² 2016, p. 211.

³²³ Orellana, 2012, p.48.

retomando o contato com o filho na tentativa de trazê-lo para junto de si novamente. Maria prosseguia, resistindo! Amava sua história, seu corpo, seus pensamentos!

Não eram apenas as larvas que resistiam naquele ambiente hostil, nas entranhas do sistema, Maria me mostrou que resistirá. No amor, tornou-se nômade, apesar de aprisionada. A partir desse afeto, permitiu-se “abandonar o isolamento e compreender-se como elemento dentro da natureza, abandonando ilusões de onipotência e encontrando o real, a imanência e a produção contínua de vida”³²⁴.

A ativista bell hooks³²⁵ nos lembra que “numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade”³²⁶. Para ela esses sistemas são mais diligentes à medida que alteram nossa habilidade de querer e de amar.

Desvelando os fios daquilo que afeta a capacidade de sentir e conseqüentemente de amar, a autora remonta a escravatura e as marcas que esse período imprime na subjetivação dos negros ainda hoje. Na condição de escravizados, aos negros era muito difícil experimentar ou manter uma relação de amor. Naquele contexto de extrema miséria, criar uma armadura para blindar-se das relações amorosas configurava-se como uma forma de resistir. Afinal, como sobreviver vendo seus filhos, pais e irmãos sendo arrancados de seu convívio ou então testemunhar cotidianamente a tortura de seus amigos, amantes ou companheiros? Essa ferida não se cicatriza imediatamente, seus tentáculos ainda persistem. Ainda hoje, muitos negros sentem reverberar em seus corpos o impedimento que tiveram outrora de manter laços de amor.

Num contexto onde os negros nunca podiam prever quanto tempo estariam juntos, que forma o amor tomaria? Praticar o amor nesse contexto poderia tornar uma pessoa vulnerável a um sofrimento insuportável. De forma geral, era mais fácil para os escravos se envolverem emocionalmente, sabendo que essas relações seriam transitórias. A escravidão criou no povo negro uma noção de

³²⁴ Trindade, 2017.

³²⁵ “bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana, nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é assim mesmo, grafado em letras minúsculas, isso quem me contou foi Flora. A justificativa, encontrei depois numa frase da própria bell: ‘o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu’. Para ela, nomes, títulos, nada disso, tem tanto valor quanto as ideias” (SANTANA, 2017).

³²⁶ 2000, p.188.

intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver³²⁷.

Mas, se no contexto da escravização o represamento das emoções, muitas vezes, foi necessário à sobrevivência, hoje se torna necessário o cuidado consigo e com os afetos na luta contra a opressão, na verdade essas duas experiências estariam interligadas. Para hooks (2000), aprender a amar é uma forma de encontrar a cura, que, tão importante quanto o movimento direto de luta contra o racismo e o sexismo, é o ato de cuidar-se, amar-se. Vimos a partir dos estudos de Slenes (2011) no Brasil, que a questão da vinculação durante a escravização é complexa, e naquele período a composição de famílias entre os escravizados já denotava práticas de resistência.

A ideia de amor aqui está próxima a de uma expansão de si, o amor enquanto ação. Parece-nos que Maria pôde experimentar isso. Ao longo de sua vida, foi preparada para cuidar dos outros e ignorar suas necessidades para sobreviver. No entanto, conseguiu ir além da sobrevivência. “Todo ato de amor poderíamos dizer, é um acontecimento ontológico na medida em que assinala uma ruptura com o existente e cria um novo ser”³²⁸.

6.4 A vida como obra de arte: cuidado de si e resistência

Diante do exposto, é possível apreender que, mesmo em meio ao intrincado jogo das relações de poder, a dinâmica da liberdade se impõe, possibilitando vislumbrarmos faíscas de resistência. Lampejos de resistência que se configuram numa proposta de criação de uma *ética da arte de viver*. Se a estratégia biopolítica é marcada pela incidência do poder sobre a vida, o ponto de contra-ataque encontra-se, justamente, na dobra da vida sobre ela mesma. Foucault³²⁹ já advertira que na atualidade vivemos em extrema dificuldade de constituir uma ética do eu, [...] “quando talvez seja essa uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo”.

³²⁷ hooks, 2000, p.189.

³²⁸ Negri; Hardt, 2016, p. 205.

³²⁹ 2010, p.225.

Se, num dado momento, Foucault anunciara que todo exercício de poder implica, primeiramente, a existência de resistência, no desdobrar de seus estudos, o filósofo atrela a questão ética à política, ao tomar a resistência como produção de práticas de liberdade e criação de uma ética do cuidado de si. Para Gallo³³⁰ a ética do cuidado de si é a retomada de um outro aspecto da governamentalidade, ela é uma forma de praticar a resistência ao poder político. “Muda-se o foco do governo dos outros para o governo de si. Ninguém governa a si mesmo em isolamento, mas sempre em relação aos outros, no convívio social. Governar-se é relacionar-se com os outros, o próprio governo de si é constituído na relação com outrem [...]”

Compreendendo a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, em que essas relações são marcadas pela mobilidade e reversibilidade, as táticas de resistência não poderiam deixar de passar, “teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo”³³¹.

[...] devemos considerar que relações de poder /governamentalidade/ governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética³³².

Mas, se na atualidade é tão difícil a nós sustentarmos uma ética de si, seria essa uma prática impossível? Seria o fim da história, estaríamos nós fadados a vivermos aderidos à busca de uma existência marcada pelo empreendedorismo de si? Foucault lança um estranhamento sobre nossa forma de subjetivação ao mergulhar nos escritos antigos, na leitura desses textos encontra o que não somos mais. Desse modo, o filósofo passa a procurar as práticas na história da subjetividade que levaram a centralidade do ‘conhecimento de si’ em detrimento da relação do ‘cultivo de si’.

Encampando seus estudos, notadamente, nos textos estoicos e epicuristas, busca, na Antiguidade, a referência às práticas que denotem o exercício de cuidado de si e a construção de uma existência pautada numa ética. A partir do curso “Do governo dos vivos”, até o último curso “A coragem da verdade”, “[...] encontramos a busca de

³³⁰ 2013, p.373.

³³¹ Foucault, 2010, p.225.

³³² *ibidem*.

Foucault pelas práticas de se governar a si mesmo, na relação com os outros, o que vai impor um primado ético em seu cruzamento com a política”³³³.

Foucault percebe que o cuidado de si se configura, naquele momento, como um saber da experimentação, da preparação para as intempéries da vida. Os exercícios, cotidianos, nos fazem indagar contra o que é preciso lutar para ser livre. A prática desses exercícios de experimentação não passa por uma submissão a um conjunto de regras de vida, mas por uma constituição de uma técnica de vida (*tékhne tou bíou*). O jogo da verdade na Antiguidade não sugeriria a submissão a uma norma ou uma obediência. A série de práticas – meditação, exame de consciência, uso do silêncio, retirar-se da vida mundana, etc. - remetem-se à tarefa de ocupar-se da própria vida, dando-lhe uma forma bela como se essa fosse uma verdadeira obra de arte. Assim, o cuidado de si culminaria na vida compreendida como “obra de arte”, uma obra que deve ser bela e boa - denominada por ele de “estética da existência”³³⁴.

Dessa forma, o filósofo, gradativamente, evidencia como a relação entre as práticas de subjetivação e os jogos de verdades modulam-se ao longo da história da subjetividade ocidental: “na Modernidade se trata da normalização, no cristianismo da purificação de si mesmo pela obediência, e para definir a forma que toma na Antiguidade, Foucault se serve da expressão ‘estética da existência’”³³⁵.

É corrente em nossa sociedade, tomarmos como enunciado primeiro e fundamental do pensamento ocidental a máxima “conhece-te a ti mesmo” socrático. Esta seria a fonte contínua de todo esforço especulativo do pensamento ocidental racional. Essa evidência é deslocada ao longo do curso “A hermenêutica do sujeito”. A partir de seus estudos, Foucault introduz a ideia segundo a qual o lugar privilegiado concedido ao conhecimento de si, em nossa sociedade, parte da importância que apregoamos a esse pensamento na modernidade, assim, esse imperativo atribuído ao pensamento grego é, na verdade, um empenho da sociedade Moderna ao olhar retrospectivamente para a Antiguidade. “Ora se considerarmos o *gnôthi seautón* somente nele mesmo, parece-me que nos arriscaríamos a estabelecer uma falsa continuidade e a instaurar uma história artificial, que mostraria uma espécie de

³³³ Gallo, 2013, p.379.

³³⁴ Foucault, 2010. p. 380-381.

³³⁵ Castro, 2014, p.140.

desenvolvimento contínuo do conhecimento de si”³³⁶. Ou seja, onde a história tradicional do pensamento humano identifica uma linha contínua, Foucault aponta uma fissura. Para ele o imperativo sobre o qual a Antiguidade pode ser reconhecida é a do “cuidado de si” e não a do “conhecimento de si”. Para o filósofo francês, o princípio do conhecimento de si não é autônomo no pensamento grego, sua inteligibilidade se dá apenas dentro da prática do cuidado de si.

O que Foucault encontra na filosofia antiga é outra figura do sujeito: sujeito não mais da verdade, mas sujeito de verdade, no sentido de que a verdade não é mais o que o confirma em sua natureza fundamental, mas aquilo que o transforma em sua historicidade prática, no sentido em que se fala de um homem *de experiência*. É a ideia, por exemplo, de que, por si mesmo, o sujeito não é capaz de verdade a não ser que transforme seu ser, pois a verdade não é o que completa o sujeito, mas aquilo que o coloca em jogo, o interroga e o transforma³³⁷.

O autor de “Hermenêutica do sujeito” aponta para um sujeito antigo irreduzível à psicologia, para ele uma ruptura se dá à medida que na antiguidade havia o sujeito da ética que é inteiramente estranho a nós, subjetivados na modernidade. No que diz respeito nossa tradição cultural moderna, o olhar para si limita-se a um melhor se conhecer para que desse conhecimento possa ser extraído princípios de ação. Em seu retorno sob os antigos, ao trazer o pensamento estoico, por exemplo, ele nos revela que esse olhar sobre si não tem por objetivo um decifrar-se, não se trata de constituir-se enquanto objeto de conhecimento. Este retorno para si é apenas um concentrar em si e descobrir a melhor forma de reagir diante dos acontecimentos do mundo, é uma forma de preparação para os acasos e acidentes. “O sujeito engendrado por este retorno sobre si não é um sujeito do conhecimento introspectivo, mas um sujeito que *age* e *age* de maneira conforme aos seus princípios de ação”³³⁸.

Dessa forma, na filosofia antiga, a transformação do sujeito tem local privilegiado na experiência. A subjetivação via cuidado de si é acima de tudo ética: seu mote é a do que se pode fazer de sua vida, isso tomando a própria vida como uma obra, um material de um trabalho possível. “[...] a questão é a dos exercícios que podem nos

³³⁶ Foucault, 2010, p. 414.

³³⁷ Gros, 2012, p.320.

³³⁸ *ibidem*, p.323.

transformar; e, enfim, é a das regras de conduta que se deveria adotar: encontram-se aí os princípios de uma estética, de uma ascética e de uma ética da existência”³³⁹.

De certa maneira, não se trata, para o sujeito, de ampliar o conhecimento que ele pode ter de si mesmo, mas de reativar uma concentração nele mesmo, de redefinir princípios de ação nele e por ele mesmo, de reativar nele este sujeito ético³⁴⁰.

O que está posto na subjetivação do cuidado de si na Antiguidade é a capacidade do sujeito de transformar seu modo de ser na urgência da ação e face ao imprevisto dos acontecimentos. Ou seja, como agir como se deve? Em resumo, “[...] a filosofia antiga e a verdade de seu discurso não se vinculam absolutamente à resposta da questão ‘quem somos nós?’ como natureza ou essência cognoscíveis, mas à questão ‘que devemos fazer de nossa existência?’ como sujeitos que agem”³⁴¹. Foucault frisa que a noção de cuidado de si não designa meramente uma atitude geral ou uma simples atenção voltada para si, ele constitui-se como um imperativo posto a todas as fases da vida. “Também designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos”³⁴².

Se a verdade do discurso da psicologia se detém em tentar reduzir a inevitável distância entre o que nós somos e o que nós acreditamos que somos, a verdade do discurso da filosofia antiga, por sua vez, tenta reduzir a inevitável distância entre o que nós fazemos e o que dizemos que deveríamos fazer³⁴³.

A psicologia ao longo de sua história esteve, hegemonicamente, ligada muito mais ao conhecimento de si do que propriamente ao cuidado de si. Rose (2011), por exemplo, em seus estudos, nos mostra como o crescimento das tecnologias intelectuais e das práticas da psicologia nas sociedades ocidentais está entrelaçada, intrinsecamente, à própria história do governo liberal, ou, mais especificamente, as transformações no exercício de poder nas democracias contemporâneas. O conhecimento teria, dessa forma, um lugar privilegiado na condução da conduta contemporânea: “qualquer tentativa legítima de agir sobre a conduta deve incluir alguma forma de entender,

³³⁹ *ibidem*, p. 321.

³⁴⁰ *ibidem*, p.324.

³⁴¹ *ibidem*, p.327.

³⁴² Foucault, 2010, p.12.

³⁴³ Gros, 2012, p.327.

classificar e, então, ser articulada em termos de algum sistema explícito de pensamento e julgamento”³⁴⁴.

PONTUAÇÕES FINAIS: TRAVESSIA

Escrevo o idioleto manelês arcaico (Idioleto é o dialeto que os idiotas usam para falar com as paredes e com as moscas). Preciso de atrapalhar as significâncias. O despropósito é mais saudável que o solene. (Para limpar das palavras alguma solenidade – uso bosta). Sou muito higiênico. E, pois. O que ponho de cerebral nos meus escritos é apenas uma vigilância pra não cair na tentação de me achar menos tolo que os outros. Sou bem conceituado para parvo. Disso forneço certidão³⁴⁵.

Na urgência de criar um desfecho para essa tese-travessia deparo-me com esse verso de Manoel de Barros. Ele me faz lembrar do quanto esse percurso de escrita imprimiu em mim a potência das “insignificâncias”. Assim como Barros, na criação de nosso “idioleto”, ironicamente, encontramos ressonância nas paredes e moscas. Quando, diante dos muros da prisão e dos encarceramentos a céu aberto, a asfixia nos levou a conversar com larvar de moscas e manchas nas paredes: naquele momento apenas elas

³⁴⁴ Rose, 2011, p.26

³⁴⁵ Barros, 1996, p. 43.

nos contavam histórias de resistência. Foi, então, longe da solenidade presente na academia, que encontramos, no cotidiano, pequenas e raras fissuras que expandem a vida.

Na travessia dessa escrita, não nos interessamos pelas grandes figuras da militância que exercem sua resistência no atual contexto político econômico. Nossa atenção se voltou aos pequenos feixes de luz que de forma intermitente persistem em meio à escuridão. São fragmentos de histórias de vida de mulheres, jovens e crianças que lutam ora como feras, ora se “fazendo de bobo” frente aos que se julgam espertos. No anonimato e infâmia, essas existências nos permitiram enxergar resistência onde, a princípio, parecia existir apenas dor e passividade.

Na maior parte desse trabalho, o que evidenciamos foi a tentativa de transformação de pessoas ditas vulneráveis em capital humano a ser explorado pelo Estado ou empresas sociais. Mas, em alguns momentos, em meio ao improvável, nos deparamos com existências que inventam seu cotidiano nas margens. Homens lentos a habitarem zonas opacas, como nos lembra Milton Santos (1994), esquivam das identidades impostas e, assim, criam a possibilidade de romper com a objetificação. Mostrando-se irreduzíveis à condição de mercadorias, essas pessoas me permitiram testemunhar a força do amor revolucionário, que faz odiar os aprisionamentos, e a raiva que cura a passividade das existências. Neste sentido, percebemos que a raiva, em alguns contextos, é a resposta possível ao esquecimento e aniquilamento em que muitos são submetidos. Como afirmara a ativista negra:

Minha raiva é uma resposta às atitudes racistas e às ações e presunção que surgem dessas atitudes. Se você lidar com outras mulheres reflète essas atitudes, então minha raiva e seus medos são focos que podem ser usados para crescimento, da mesma forma em que eu usei aprender a lidar com a raiva para o meu crescimento. Mas, para controle de danos, não para culpa. Culpa e defensividade são tijolos numa parede contra a qual todas nós batemos; ela não serve a nenhum de nossos futuros³⁴⁶.

Embora o ato de narrar histórias, revirar memórias e experiências nos tragam mais “inconclusões” e interrogações que certezas, o próprio ato de pesquisar constituiu-se para nós, ao longo do trajeto, como um ato de resistência. Esse desentranhar de nós

³⁴⁶ Lorde, 1981.

as inquietações, permitiu que nossas angústias e dores deixassem de ser paralisantes para se transformarem em algo “por vir”; algo que não permanece no mesmo lugar e que, por ventura, possibilita inaugurar um pensamento que se abre a outras possibilidades. Assim como Alzandúa, “Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”³⁴⁷.

A partir do campo de experiência, o decantar de imagens, narrativas e acontecimentos nos permitiu explicitar a lógica hegemônica de “condução da conduta” – governamentalidade das populações –, através do processo de “criminalização da pobreza”. Pudemos concluir que a miséria e as questões sociais a ela ligadas tornaram-se, na atualidade, um lucrativo negócio. Nesta perspectiva, tanto a capitalização das subjetividades supostamente em situação de vulnerabilidade, quanto o encarceramento seletivo da população pobre e a atualização dos poderes penais através de políticas de assistência social, nos mostraram fazer parte de um mesmo dispositivo de produção de subjetividades criminalizáveis. Portanto, não haveria uma ruptura entre estas ações, mas uma continuidade em que o paradigma da segurança seria condição para exercício da cidadania.

Um dos pontos importantes da feitura dessa tese, foi perceber que o empreendedorismo presente no discurso hegemônico que atualiza a objetificação do corpo negro e pobre em nossos dias, não está apenas lá fora na prática do empreendedor social. Ele está vivo em nosso corpo. Evidenciar a capitalização da vida em nós permitiu desdobrar as afetações e memórias de meu corpo, minha história, na escrita acadêmica. Dessa forma, essa tese transmutou-se, em alguns momentos, em uma escrita de si onde a experiência vivida foi ganhando contorno na intersecção do teórico com a vida. Pensamento encarnado que se fez a partir conceitos, mas, também, se fez escrito pelo ventre. No texto e na carne foi preciso abrir passagem...

³⁴⁷ Anzaldúa, 2000, p.232.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, P. **Lei antidrogas encaminha dependentes para a cadeia ao invés de tratá-los.** Direito Rio, FGV, maio de 2011. Disponível em:<<http://diretorio.fgv.br/node/1562>>. Acesso em: 27 set. 2012.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; SOUSA, F. L.; MARTINELLI, C. C.. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafio para as políticas públicas.** Brasília: Unesco, BID, 2002.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Estudos feministas, v. 8, n. 1, 2000.

AQUINO, W. **Presos morrem no sistema penitenciário do Rio sem atendimento adequado.** Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-03-05/presos-morrem-no-sistema-penitenciario-do-rio-sem-atendimento-adequado.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

AUGUSTO, A. **Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 263-276, jan/jun 2010.

BAPTISTA, L. A. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: Ira Maria Maciel. (Org.). Psicologia e educação: novos caminhos para a formação. 1ed. Rio de Janeiro: Ciência moderna, 2001, v. 1, p. 195-212.

_____. Tartarugas e Vira - Latas em Movimento: políticas da mobilidade na cidade. In: Paola Bernstein Jacques; Fabiana Dultra Britto. (Org.). Corpocidade : debates, ações e articulações . 1ed. Salvador: EDUFBA, 2010, v. 720, p. 54-79.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

_____. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003b.

_____. Adeus às ilusões “Re”. In: **PIVETES: encontros entre a psicologia e o judiciário**, 2010.

_____. Adesão subjetiva à barbárie. In: In: Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. **O Tribunal de Drogas e o Tigre de Papel.** Disponível na Internet: <<http://www.mundojuridico.adv.br>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

BARATTA, A. Prefácio. In: BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARROS, M. Livro sobre o nada. São Paulo, Ed. Record, 1996.

BAUMAN, Z. A criação e anulação dos estranhos. In: **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

bell hooks. **Vivendo de amor**. In: WERNECK, J. ; MENDONÇA, M; WHITE, E. C. (orgs.). O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, p. 188-198, 2000.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BINKLEY, S. A felicidade e o programa de governamentalidade neoliberal. In: FREIRE FILHO, J (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BLANCHOT, M. **A fala cotidiana. Em: A conversa infinita 2: a experiência limite**. São Paulo: Escuta, 2007.

BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. **A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens**. Paidéia, Vol. 21, No. 49, p.263-271, 2011.

BRASIL, Lei n. 7210, de 11 de junho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

BUCCI, E. **A sociedade de consumo ou o consumo de preconceito**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/preconceito/sociedadeconsumo.html>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

BUTLER, J. **O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CANDIOTTO, C. **A governamentalidade política no pensamento de Foucault**. Filosofia política, 2010.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTELO BRANCO, G. **A seguridade social em Michel Foucault**. Ecopolítica, Nº5, 2013.

CASTRO, E. V. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. o que nos faz pensar** nº 18, setembro de 2004.

_____. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naif, N-1, 2015.

CARVALHO, C. P. F. **Segurança na Organização dos Estados Americanos (OEA): Uma análise crítica dos discursos sobre segurança cidadã e direitos humanos**. UERJ, 2012.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CNJ. Reunião Especial de Jurisdição: Conselho Nacional de Justiça 2017. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório / Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

COSTA, A. C. Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-nas-prisoas-do-rio-16313782> acesso em: 25 de novembro de 2016.

COIMBRA, C. M. B. **Produzindo o mito da “guerra civil”: naturalizando a violência**. In: BATISTA, M; CRUZ, M. S; MATIAS, R. (Org.). *Drogas e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003. p. 165-174

_____. **Operação Rio: o mito das classes perigosas - um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos, crise e insurreição**. São Paulo: Ed. N-1 2016.

DEL OLMO, R. D. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1990.

DELEUZE, G. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. O que é um dispositivo? Em: DELEUZE, Gilles. O mistério de Ariana. Lisboa: Vega, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4.** São Paulo. Editora 34, 2005.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5.** São Paulo: Ed. 34. 2012.

DELEUZE, G.: PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DIDI- HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUARTE, A. **Foucault a as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo.** In: RAGO, M. ; VEIGA-NETO A. (Org.). **Para uma vida não-fascista.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-50.

ESPINOSA, B. **Tratado Político.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FLACH, F. F. **Resiliência: A arte de ser flexível.** São Paulo: Saraiva. 1991.

FLAUZINA, A.L.P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** Dissertação, Brasília, 2006.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e o Direito.** São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, D. **Avessos de Cidadania: Um Exercício Analítico.** Dissertação de Mestrado. Originalmente apresentado com dissertação de mestrado, São Paulo: PUC/SP, 1997.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW; P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. “‘Ommes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, M. B. da (org.). **Estratégia, poder-saber.** São Paulo, Forense, v. 4, pp. 355-385, 2003.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: Foucault, M. **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O cuidado com a verdade. Em: **Ditos e Escritos volume V. Ética, sexualidade e política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes 2008b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito.** 3ª edição - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade.** In: MOTTA, Manoel Barros de (org). **Ética, Sexualidade, Política / Ditos e Escritos V.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 264-287, 2010a.

_____. Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2011.

_____. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2011a.

_____. Na berlinda. In: MOTTA, M. B. **Michel Foucault: segurança, penalidade e prisão.** Coleção ditos e escritos VIII. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 22ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012b.

FREIRE FILHO, J. A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo pessoas cronicamente felizes. In: FREIRE FILHO, J (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

GABBEH. Direção: Mohsen Makhmalbaf, Produção: Khalil Mahmoudi. Irã/França: MK2 Productions, Sanaye Dasti, 1996.

GALLO, S. **Do cuidado de si como resistência biopolítica.** In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Foucault, filosofia e política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GROS, F. **A propósito de A hermenêutica do sujeito.** Revista Mnemosine Vol.8, nº2, p. 316-330, 2012.

GAGNEBIN, J.M. O método desviante. Disponível em: <https://oficinadefilosofia.com/2007/02/21/o-metodo-desviante-por-jeanne-marie-gagnebin/> acessado em : 27/03/2017.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S.. Micropolítica: cartografias do desejo, Petrópolis, Vozes, 1993.

GUATTARI, F. Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HAMANN, T. H. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética.** Ecopolítica, 3: 99-133, 2012.

HARA, T. **Mídia, subjetividade e juventude.** Revista Verve, Nº 12, 2007.

HILLESHEIM, B. e CRUZ, L.R. **Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações.** Psicologia & Sociedade; 20 (2): 192-199, 2008.

HOFFMANN, E. T.A. **A janela de esquina do meu primo.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KARAM, M. L. **Legislações proibicionistas em matéria de drogas e danos aos direitos fundamentais.** Revista Verve, Nº 12, 2007.

LAGASNERIE, G. **A última lição de Michel Foucault.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAZZARATO. M. **Signos, máquinas, subjetividades.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ N-1 edições, 2014.

_____. **Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo.** In: Cadernos de Subjetividade, 2010.

_____. **Posfácio.** In: REUNIG, G. **Mil Máquinas: breve filosofia de las máquinas como movimiento social.** Madrid: Traficante de Sueños. 2008.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MBEMBE, A. **Critica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

_____. **NECROPOLÍTICA**. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, dezembro 2016.

MELITOPOULOS, A: e LAZZARATO, M. **O animismo maquínico**. Caderno de subjetividade. PUC-São Paulo, ano 8, nº 13, 2011.

MELO NETO, J. C. de. **A educação pela pedra** (1966). In: Oliveira, M. (Org.). Obra completa: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MELVILLE, H. **Bartleby, o escriturário**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2003.

MONTEIRO A.; COIMBRA, C.; MENDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? Psicologia & Sociedade; 18 (2): 7-12; mai./ago. 2006

NEGRI, A.; HARDT, M. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

O GLOBO. **Lagoa, Aterro e Méier terão policiais pagos pela Fecomércio**. Disponível: <https://oglobo.globo.com/rio/lagoa-aterro-meier-terao-policiais-pagos-pela-fecomercio-17868090#ixzz4wfhXv8qc> acesso: 15 de junho de 2017.

OLIVEIRA, S. **Política e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação**. Revista Eopolítica, vol. 1, p.77-103, 2011

OLIVEIRA, S. **Política e resiliência – apaziguamentos distendidos**. Revista Eopolítica, vol. 4, p. 105 a 129. 2012.

ORELLANA, R. C. **A ética da resistência**. Revista Eopolítica, vol. 2, p. 37-63. 2012.

OEA, Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos**. OEA documentos oficiais, 2009.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. **Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões**. Revista: Paidéia, Nº17, 2007.

PASSETTI, E. **Governamentalidade e violências**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.42-53, Jan/Jun 2011a.

PASSETTI, E. **Michel Foucault e os guerreiros insurgentes: anotações sobre coragem e verdade no anarquismo contemporâneo.** In: Cartografias de Foucault. ALBUQUQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (Orgs). 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011b.

PASSETTI, E. **Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado.** In: Revista Verve: São Paulo, Nu-sol, v. 12, 2007, pp. 11-43.

PELBART, P. P. A nau do tempo-rei. In: _____. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura.** São Paulo: Imago, 1993.

_____. O anjo da morte. In. **A vertigem por um fio.** Políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento.** São Paulo: N-1 Edições. 2013.

_____. **Tudo é feito para conexão absoluta, a mais saturada possível.** Disponível em: <http://www.revistacontinente.com.br/especial/19362-tudo-%C3%A9-feito-para-conex%C3%A3o-absoluta,-a-mais-saturada-poss%C3%ADvel.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

RAUTER, C. **Percepções da violência nas práticas dos profissionais de saúde: famílias desestruturadas, tiroteios e outras histórias.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3 nº1, janeiro-abril 2011.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=1484134>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

REIS, J.J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835.**

RIO DE JANEIRO, Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://uppsocial.org/programa/#sthash.lyBItnGn.dpuf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

ROLNIK, S. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia.** Disponível em:

<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2014.

ROSA, J. G. **A terceira margem do rio**. In: _____. Ficção completa: volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 409-413.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROLNIK, S. **Amor: o impossível... e uma nova suavidade**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Novasuavidade.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2017.

SANTANA, Andreia. **bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas**. Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/> Acesso em: 29 de Julho de 2017.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. **Censo das unidades prisionais e dados agregados**. 2014.

SILVA JUNIOR, E. L. **Política e segurança pública, uma vontade de sujeição**. São Paulo, PUC-SP, dissertação de mestrado, 2007.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor- esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª Edição corrigida. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2011.

SANTOS, J. R. **Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres**. São Paulo: Global, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O país distorcido: o Brasil. A globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SALGADO, S. **Da minha terra à terra**. São Paulo: Paralela, 2014.

TELLES, V. S. **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade** In:

TRIANA, S. V. **Capitalismo Gore y necropolítica em México contemporâneo**. Relaciones Internacionales, núm. 19, febrero de 2012.

TRINDADE, R. **Afetos (bio)político: Amor**. Disponível em: <https://razaoadequada.com/2016/09/28/afetos-biopoliticos-amor/> acesso em: 15 de julho de 2017.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

YUNES, M. A. M. **Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família**. Psicologia em Estudo, Maringá, vol. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

WACQUANT, L. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: **Discursos sediciosos: crime, Direito e sociedade**. Rio de Janeiro, Ano 7, n. 11, p. 15-41, 1º semestre de 2002.

_____. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Revista de sociologia e Política, Nº 23: 155-164 NOV. 2004.

_____. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos estud. - CEBRAP nº.80 São Paulo Mar. 2008

_____. **Da escravidão ao encarceramento em massa: repensando a “questão racial” nos Estados Unidos**. Disponível em: acesso em 30 de julho de 2017.

_____. **Guetos no Brasil são das classes média e alta, diz sociólogo francês**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2204200119.htm>. Acesso: 03 de agosto de 2017a.